COMISSÃO LUSO-BRASILEIRA PARA SALVAGUARDA E DIVULGAÇÃO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL – COLUSO

SEÇÃO BRASILEIRA

Relatório de Atividades

2010-2014

COMISSÃO LUSO-BRASILEIRA PARA SALVAGUARDA
E DIVULGAÇÃO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL - COLUSO
SEÇÃO BRASILEIRA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

COMISSÃO LUSO-BRASILEIRA PARA SALVAGUARDA E DIVULGAÇÃO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL - COLUSO

Relatório de atividades 2010 - 2014

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
ARQUIVO NACIONAL

ARQUIVO GERAL
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Arquivo Histórico do Itamaraty

AHEX
Arquivo Histórico do Exército

ARQUIVO PÚBLICO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL

AUSPICE PETRO SECUNDO
PACIFICA SCIENTIÆ OCCUPATIO
INSTITUTUM HISTÓRICO-GEOGRAPHICUM IN URBE FLUMINENSI CONDITUM DIE XXI OCTOBRIS A-D-MDCCCXXXVIII
Fundado em 1838
Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

projeto RESGATE
BARÃO DO RIO BRANCO

Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
UERJ

etreina
Estágios e Bolsas

Arquivo Público do Estado da Bahia

PUC Minas

COMISSÃO LUSO-BRASILEIRA PARA SALVAGUARDA E DIVULGAÇÃO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL - COLUSO SEÇÃO BRASILEIRA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2010-2014

ORGANIZADOR: COLUSO

Editora Serviço de Documentação da Marinha
Rio de Janeiro
2014

C733 Comissão Luso-Brasileira para Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental – COLUSO : Seção brasileira : Relatório de atividades 2010-2014 / Organizador: COLUSO – Rio de Janeiro : Serviço de Documentação da Marinha, 2014.
137 p. : il.

ISBN 978-85-7047-103-1
1. Comissão Luso-Brasileira para Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental. I. Título.

CDD – 027

CRÉDITOS

República Federativa do Brasil
Dilma Vana Rousseff, Presidenta

COMISSÃO LUSO-BRASILEIRA PARA SALVAGUARDA E DIVULGAÇÃO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL - COLUSO - SEÇÃO BRASILEIRA

Arquivo Nacional
Jaime Antunes da Silva, Diretor-Geral/ Presidente da Seção Brasileira da COLUSO

Arquivo Nacional/Coordenação-Geral de Processamento e Preservação do Acervo
Mauro Domingues de Sá, Coordenador

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro
Beatriz Kushnir, Diretora

Arquivo Público da Bahia
Maria Teresa Navarro de Britto Matos, Diretora

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro
Paulo Knauss de Mendonça, Diretor

Comando do Exército/Arquivo Histórico do Exército
Eduardo Lopes e Silva – Coronel, Diretor

Fundação Biblioteca Nacional/Centro de Referência e Difusão
Mônica Rizzo Soares Pinto, Diretora

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro-IHGB
Arno Wehling, Presidente
Regina Maria Martins Pereira Wanderley, Representante

Ministério da Cultura/Projeto Resgate "Barão do Rio Branco"
Katia Jane de Souza Machado, Coordenadora-Geral

Ministério das Relações Exteriores/Coordenação de Documentação Diplomática (CDD)
Pedro Frederico de Figueiredo Garcia - Conselheiro, Coordenador

Ministério das Relações Exteriores/Arquivo Histórico do Itamaraty
Rosiane Graça Rigas Martins, Representante no Escritório do Rio de Janeiro

Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha - DPHDM
Armando de Senna Bittencourt - Vice-Almirante, Diretor

Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha/Departamento de Arquivos e Biblioteca da Marinha
Cláudia Drumond do Nascimento - Capitão de Fragata, Chefe

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC-MG
Caio César Boschi, Professor

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ/Departamento de História
Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz, Professora

Coordenação da Publicação:
Katia Jane de Souza Machado

Equipe Técnica da Publicação: Domícia Gomes (AN), Luis Carlos Alves Colonezi Silva(AN) e Rose Mary Guerra Amorim (FBN)

Equipe Editorial / Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha:

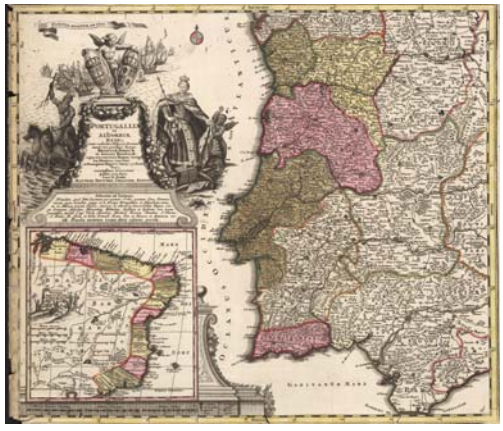
Coordenação Editorial:
Cláudia Drumond do Nascimento

Projeto Gráfico e Diagramação
Rebeca Aismini Pereira e Silva
Thais da Silva Ramos
Mariana de Jesus Guerra

Capa
Thais da Silva Ramos

Revisão
Kelly Ibrahim - Primeiro-Tenente (RM2-T)
Denise Koracakis
Donato Barbosa do Amaral
Jacir Guimarães
Mauro da Silva

Acompanhamento do Projeto Gráfico e Virtual
Luiz Cesário da Silveira do Nascimento - Primeiro-Tenente (RM2-T)



Capa: registro catalográfico do **Mapa de Portugal com encarte do Brasil** (Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil)

SEUTTER, George Matthaus, 1678-1757
Portugalliae et Algarbiae Regna cum confinibus Hispaniae Provinc. Simul vero peculiari Mappa Brasiliae Regnum in America Meridionali, cujus ora maritima Regem Portugalliae Dominum veneratur et Primogenito Regio Infanti prope dicata floret, recentissima delineatione publici juris facta [Material cartográfico] / cura et studio Matthaei Seutteri S. Caes. M. Geogr., - Escala [ca.1:1.1500000], 13 Milliaria Germanica Communia = [6,30 cm]. - Aug[sburg] : G. M. S., <[ca >1735]. - 1 mapa: gravura, aquarelado; 50,00x58,20 cm, em folha de 52,00 x 62,50 cm.

Faz parte do volume factício "Mappas do Reino De Portugal e suas conquistas collegidos por Diogo Barbosa Machado".
Referência: Biblioteca Nacional de Portugal. Disponível em
< http://purl.Pt/898/2/ >.
Acesso em: 01 de junho de 2014.

Resumo: mapa do século XVIII, há referências que o datam de 1730 e 1735, cujo autor foi um dos maiores cartógrafos da atual Alemanha. Há rica iconografia, bem como traços em aquarela dividindo o território português. Possui ainda um encarte representando o Brasil, com o título *Brasiliae Regna*, dividido administrativamente em 13 capitanias e território dos indígenas, nomeados em latim como *barbarorum*, ou seja, selvagens. Inclui cartucho ornado com dois brasões, anjos, embarcações e a imagem de Netuno. Abaixo do cartucho, há uma cartela explicativa sobre o domínio português nos quatro continentes: Europa, África, Ásia e América.
Localização: arc.016,07,009
Biblioteca Nacional do Brasil. Disponível em:
http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart1078057/cart1078057.htm
Pedido de reprodução: cart1078057 HD-003 DVD-0053.
Disponível na internet em fevereiro de 2004.

APRESENTAÇÃO

Por ocasião das comemorações dos 500 anos do Descobrimento do Brasil, inúmeras instituições representantes dos diversos segmentos da sociedade se movimentaram no sentido de participar de programas e eventos a serem desenvolvidos em consonância com essas comemorações.

Dentre tais iniciativas, merece destaque o Protocolo de Colaboração firmado entre o Governo do Brasil e o Governo de Portugal, assinado na cidade do Rio de Janeiro, em 16 de agosto de 1995, com o objetivo de estimular a permuta de informações contidas nos acervos arquivísticos de interesse mútuo, sob a guarda de cada um dos países intervenientes.

Para dar cumprimento aos objetivos desse Protocolo de Colaboração, foi ainda assinado e implementado o Plano Luso-Brasileiro de Microfilmagem, em que os dois países trocariam, por meio de rolos de microfilmes, conjuntos de documentos de seu interesse. Essa atividade acarretou melhor conhecimento e organização dos arquivos de cada um dos países, além de permitir a pesquisa em fontes documentais que antes demandavam deslocamento dos pesquisadores ao exterior.

De conformidade com o disposto no referido Protocolo de Colaboração, foi criada uma Comissão Luso-Brasileira para Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental – COLUSO –, configurada em duas Seções: uma Brasileira e uma Portuguesa.

Essas Seções se reúnem anualmente para fazer um balanço das atividades realizadas e elaborar programas de trabalho para o exercício seguinte, alternando-se o local de realização, isto é, um ano no Brasil, outro em Portugal.

Considerando a importância dos trabalhos previstos nas cláusulas do referido Protocolo de Colaboração, o CONARQ buscou a parceria da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ –, que resultou na assinatura de convênio firmado em 1996, com o objetivo de viabilizar, por meio da concessão de 50 bolsas anuais de estágio para estudantes da Universidade, que no ano de 2014 teve um incremento de mais 20% de bolsas, o desenvolvimento de projetos de organização e descrição de fundos documentais existentes em instituições públicas e privadas sediadas no Rio de Janeiro de interesse para Portugal.

Tendo presente o êxito desse convênio, firmou-se, em 6 de julho de 2001, novo convênio para dar continuidade aos trabalhos em desenvolvimento, o qual, por sua vez, foi renovado em 2006 e 2011, com vigência até 2016.

No período de março de 1977, quando efetivamente deu-se início ao programa de bolsas da UERJ, até maio de 2014, foram beneficiados pelos convênios UERJ/CONARQ 1.529 alunos.

Anualmente, projetos novos ou em andamento são submetidos à Seção Brasileira da COLUSO, com vistas a sua aprovação e, consequentemente, à renovação de contratos ou contratação de novos estagiários para atuarem nesses projetos.

Na IX Reunião Conjunta da COLUSO, realizada em Lisboa, entre os dias 23 e 27 de novembro de 2009, foi entregue aos integrantes da Seção Portuguesa um relatório sobre as atividades desenvolvidas pela Seção Brasileira, desde o início de sua implementação até 2009. Para a XI Reunião Conjunta da COLUSO, a ser realizada em Lisboa e Évora nos dias 6 a 10 de outubro de 2014, a Seção Brasileira da COLUSO apresenta este Relatório sobre as atividades desenvolvidas entre os anos de 2010 a 2014.

Jaime Antunes da Silva
Presidente da Seção Brasileira da COLUSO
Presidente do Conselho Nacional de Arquivos
Diretor-Geral do Arquivo Nacional do Brasil

SUMÁRIO

Comissão Luso-Brasileira para Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental - COLUSO 13

Procedência 17

Seção Brasileira: Integrantes no período de 1996 ao ano de 2014 19

Relação dos integrantes por Instituição e ano 21

Seção Portuguesa: Integrantes no ano de 2014 23

Relação dos integrantes por Instituição 25

Reuniões Conjuntas: Brasil e Portugal 27

Reuniões conjuntas 29

Projetos desenvolvidos pelas Instituições que compõem a Seção Brasileira da COLUSO no período de 2010 a 2014 31

Arquivo Nacional 33

Coleção Negócios de Portugal – 1596 – 1851 35

Exposição: O Mundo Luso-Brasileiro 37

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro 39

Projeto: Presença Portuguesa na Documentação da Municipalidade Carioca: 1808 a 1822 41

Arquivo Histórico do Itamaraty 45

Arquivo Histórico do Exército 51

Tratamento das Coleções referentes aos Códices Militares: Série Corte (1808-1823) 53

Tratamento da Coleção de Códices: Série Corte (1808-1823) 56

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro 57

Projeto Migrantes no Estado do Rio de Janeiro 59

Projeto Tratamento Técnico do Acervo da Presidência de Estado do Rio de Janeiro 60

Projeto Base de Dados Presidência da Província do Rio de Janeiro 61

Produção Científica 62

Fundação Biblioteca Nacional 63

A Biblioteca Nacional 65

Documentos Biográficos: Um Retrato da Vida Cotidiana do Império 67

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro 73

O IHGB no Projeto COLUSO 75

Projeto Resgate "Barão do Rio Branco" e Projecto Reencontro 83

Projeto Resgate "Barão do Rio Branco" 85

Projecto Reencontro 91

Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha .. 95

Projeto 1 - "Memorial Naval Brasileiro na Independência do Brasil": Consolidação das Atividades Navais no período de 1796-1895 97

Projeto 2 - Digitalização, Descrição e Indexação do Fundo "Secretaria de Estado e Negócios da Marinha" custodiados no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), do período do séc. XVI a 1825 99

Projeto de Descrição do Acervo Documental da Secretaria de Estado e Negócios da Marinha 101

Projetos em Andamento no Âmbito da Seção Brasileira da COLUSO no Ano de 2014 103

Projetos em andamento na Seção Brasileira da COLUSO 105

Endereços das instituições brasileiras que integram a COLUSO 107

Instituições da Seção Brasileira 109

Anexos 113

1. Protocolo de Colaboração entre o Ministério da Justiça da República Federativa do Brasil e a Presidência do Conselho de Ministros da República Portuguesa. Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1995 115

Protocolo de Colaboração entre o Ministério da Justiça da República Federativa do Brasil e a Presidência do Conselho de Ministros da República Portuguesa 117

2. Plano Luso-Brasileiro de Microfilmagem. Rio de janeiro, 23 de Outubro de 1997 119

Plano Luso-Brasileiro de Microfilmagem 121

3. Protocolo de Colaboração na Área de Arquivos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa. Brasília, 5 de setembro de 2001 125

Protocolo de Colaboração na área de arquivos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa 127

4. Resolução do Conselho de Ministros n.º 7/2012, de 13 de janeiro de 2012 131

Resolução do Conselho de Ministros 133

COMISSÃO LUSO-BRASILEIRA PARA SALVAGUARDA E DIVULGAÇÃO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL - COLUSO

PROCEDÊNCIA

Inserido nas comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil, o Ministério da Justiça da República Federativa do Brasil firmou, em 16 de agosto de 1995, com a Presidência do Conselho de Ministros da República Portuguesa, um Protocolo de Colaboração, visando estimular a permuta de informações contidas nos acervos arquivísticos de interesse mútuo, sob a guarda de cada um dos países intervenientes.

Para operacionalizar o desenvolvimento dos trabalhos, o item 5 do referido Protocolo de Colaboração preconizava, para esse fim, a criação de uma comissão bilateral. Assim, pela Portaria nº 1.248, de 25 de setembro de 1995, do Ministro de Estado da Justiça, o Conselho Nacional de Arquivos foi designado órgão executor do mencionado Protocolo. Pela Portaria nº 12, de 27 de fevereiro de 1996, do Presidente do CONARQ, foi criada a Seção Brasileira da comissão bilateral em referência, que passou a ser designada Comissão Luso-Brasileira para Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental – COLUSO, por proposta do CONARQ, aprovada pelos membros da Seção Portuguesa.

A Seção Brasileira, presidida pelo Presidente do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, atualmente é integrada por representantes do Arquivo Nacional, do Ministério da Cultura-Projeto Resgate "Barão do Rio Branco", da Fundação Biblioteca Nacional, do Ministério de Relações Exteriores - Arquivo Histórico do Itamaraty, do Serviço de Documentação da Marinha, do Arquivo Histórico do Exército, dos Arquivos Estaduais do Rio de Janeiro e da Bahia, do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

A Seção Portuguesa foi presidida, no período de 1996 a 2001, pelo Diretor do Centro de Estudos Damião de Góis, órgão vinculado ao então Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo e atualmente é presidida pelo Diretor-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas de Portugal e integrada por representantes do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, da Biblioteca Nacional de Portugal, do Arquivo Histórico Ultramarino, do Gabinete de Estratégia, Planejamento e Avaliação Culturais (GEPAC), do Arquivo Histórico Militar, do Arquivo Histórico Diplomático, da Biblioteca Central da Marinha, e do Arquivo Histórico da Marinha.

SEÇÃO BRASILEIRA: INTEGRANTES, PERÍODO DE 1996 A 2014

RELAÇÃO DOS INTEGRANTES POR INSTITUIÇÃO E ANO

Arquivo Nacional (1996-2014)
Maria do Carmo Teixeira Rainho (1996)
Silvia Ninita de Moura Estevão (1996)
Mary Lucy Murray Del Priore (2002)
Mônica Medrado da Costa (2002)
Inês Terezinha Stampa (2006)
Carmen Tereza Coelho Moreno (2009)
Mauro Domingues de Sá (2013)

Arquivo Histórico do Exército (1996-2014)
Carlos Patrício Freitas Pereira, Gal. (1996)*
Sergio Roberto Dentino Morgado, Gal.Brig. (1997)
Raul Roberto Musso Santos, Cel. (1998)
Paulo Dartanhan Marques de Amorim, Cel. (1999)
Júlio César de Almeida Vasconcelos, Ten.Cel. (2006)
Claiton Pereira Muniz, Ten.Cel. (2008)
José Luis Cruz Andrade (2009)
Mário Gustavo Freire da Silva Caldas (2012)
Eduardo Lopez e Silva (2014)

* Cel. Carlos Xavier Filho e Ten. Samuel Xavier dos Santos substituíram, por vezes, o Gal. Carlos Patrício Freitas Pereira.

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (2007-2014)
Beatriz Kushnir (2007)

Arquivo Público do Estado da Bahia (1996-2014)
Ana Amélia Vieira Nascimento (1996)
Marli Geralda Teixeira (2003)
Maria Teresa Navarro de Britto Matos (2009)

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (2009-2014)
Paulo Knauss de Mendonça (2009)

Fundação Biblioteca Nacional (1996-2014)
Carmen Tereza Coelho Moreno (1996)
Sylvia Gonçalves Estrella (1996)

Mônica Rizzo Soares Pinto (2009)

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1996-2014)
Arno Wehling (1996)
Regina Wanderley, Representante

Ministério da Cultura – Projeto Resgate "Barão do Rio Branco" (1996-2014)
Esther Caldas Guimarães Bertoletti (1996)
Katia Jane de Souza Machado (2011)

Ministério das Relações Exteriores (1996-2014)
Adolf Libert Westphalen, Ministro (1996)*
Maria Elisa Berenguer, Ministra (2002)
Paulo Roberto França (2002)
Gilda Ohanian Nunes (2003)
Eduardo Pereira Ferreira, Secretário (2006)
Henrique Archanjo Ferrari, Secretário (2007)
Paulo Rocha Cypriano de Andrade, Secretário (2009)
Pedro Frederico Figueiredo Garcia, Conselheiro (2010)

* O Secretário Rui Jucá Pinheiro de Vasconcelos e Lucia Monte Alto Silva representaram o Ministro Adolf Libert Westphalen.

Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha
Departamento de Arquivo do Ministério da Marinha (1996-2014)
Maria Rosângela da Cunha, Cap.Ten. (1996)
Armando de Senna Bittencourt, Vice-Alte. (2009)

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (1996-2014)
Caio César Boschi (1996)

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ (2002-2014)
Tania Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira (2002)

SEÇÃO PORTUGUESA: INTEGRANTES NO ANO DE 2014

RELAÇÃO DOS INTEGRANTES POR INSTITUIÇÃO

INSTITUIÇÃO	INTEGRANTES
Direcção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas	Dr. Silvestre Lacerda
Arquivo Histórico Ultramarino	Dra. Ana Cannas
Gabinete de Estratégia, Planejamento e Avaliação Culturais (GEPAC)	Dra. Ana Cabeças
Biblioteca Nacional de Portugal	Dra. Inês Cordeiro
Arquivo Histórico Militar	Coronel de Artilharia Carvalho Pires
Arquivo Histórico Diplomático	Dra. Margarida Lages
Biblioteca Central de Marinha	Comandante Rocha de Freitas
Arquivo Histórico de Marinha	Dra. Isabel Beato
Arquivo Histórico Ultramarino	Dr. José Sintra Martinheira

REUNIÕES CONJUNTAS: BRASIL E PORTUGAL

REUNIÕES CONJUNTAS

As Seções Brasileira e Portuguesa se reúnem anualmente para balanço e avaliação dos trabalhos desenvolvidos pelas instituições partícipes do referido Protocolo de Colaboração, para apresentar e discutir programas de trabalho, bem como para apreciar e aprovar novos projetos.

As reuniões conjuntas anuais são realizadas, alternadamente, nas cidades do Rio de Janeiro e de Lisboa. Dentre as matérias constantes da pauta da I Reunião Conjunta da Comissão, ocorrida no Rio de Janeiro, dias 5 e 6 de fevereiro de 1996, merece destaque a aprovação do Plano Luso-Brasileiro de Microfilmagem, que estabelece diretrizes para o desenvolvimento do programa de microfilmagem, a ser exercido pelos dois países. Insere-se nesse programa o Projeto Resgate Barão do Rio Branco relativo à microfilmagem de acervos coloniais sobre o Brasil, existentes em Portugal, como uma das atividades programadas para as comemorações dos 500 anos do Descobrimento do Brasil.

Na II Reunião Conjunta da COLUSO, realizada no Rio de Janeiro, em 23 e 24 de outubro de 1997, o plenário alterou o artigo 11 do referido Plano Luso-Brasileiro de Microfilmagem, por proposta da Seção Portuguesa, mantendo-se o seu parágrafo único que evita a reprodução dos microfilmes para fins comerciais.

Aproveitando o ensejo da III Reunião Conjunta, realizada em Lisboa, no mês de novembro de 1998, estabeleceu-se, de mútuo acordo, um programa de trabalho a ser desenvolvido naquela oportunidade, conforme se segue: de 2 a 10 de novembro, uma Missão Técnica, constituída de representantes das Seções Brasileira e Portuguesa, dedicou-se a duas importantes tarefas para o êxito do Protocolo: a) estudo de estratégias para normatização de bases de dados e padronização da descrição arquivística a serem adotadas; b) identificação, em instituições portuguesas, de fundos documentais de interesse para o Brasil, a serem incluídas no Plano Luso-Brasileiro de Microfilmagem. Os dias 9 e 10 de novembro foram dedicados a visitas técnicas da delegação brasileira às seguintes instituições portuguesas: Biblioteca Nacional, Arquivo Histórico Ultramarino, Arquivo Histórico Militar, Arquivo Histórico da Marinha, Arquivo da Academia de Ciências e Palácio da Ajuda. A III Reunião Conjunta, propriamente dita, realizou-se de 11 a 13 de novembro, cuja agenda constou de relatos sobre projetos em curso, apresentação e discussão de novos projetos, bem como apresentação dos resultados dos estudos empreendidos pela Missão Técnica já mencionada.

A IV reunião conjunta ocorreu no Rio de Janeiro, de 10 a 12 de abril de 2000, na qual foram apresentados os resultados parciais e o estágio em que se encontram os projetos desenvolvidos pelas instituições integrantes das Seções Brasileira e Portuguesa. Na ocasião, o Presidente da Seção Brasileira manifestou interesse em renovar o Protocolo de Colaboração, cuja vigência expiraria em agosto de 2001.

Tendo presente o êxito desse Protocolo firmado em 1995, a Comissão, em sua V Reunião Conjunta, realizada em Lisboa,

de 14 a 16 de maio de 2001, deliberou dar continuidade ao primeiro Protocolo, aprovando minuta de um novo documento de cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa, com vigência até o ano 2008, quando se comemora o bicentenário da chegada da Corte Portuguesa no Brasil.

Este novo Protocolo, assinado em 5 de setembro de 2001, pelo Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República do Brasil e pelos Ministros da Cultura dos dois países, visa dar continuidade à permuta de informações contidas nos acervos arquivísticos de interesse mútuo, mediante o intercâmbio de bases de dados e o desenvolvimento do Programa Luso-Brasileiro de Microfilmagem, e prevê ainda:

• dar prosseguimento à programação de colóquios, exposições, concursos monográficos, a terem lugar em Portugal e no Brasil, podendo, inclusive estender tais eventos a outros países que comunguem da mesma tradição cultural, se assim o desejarem;

• estimular as universidades e centros de investigação de ambos os países a criarem ou fortalecerem linhas de pesquisa sobre a História comum;

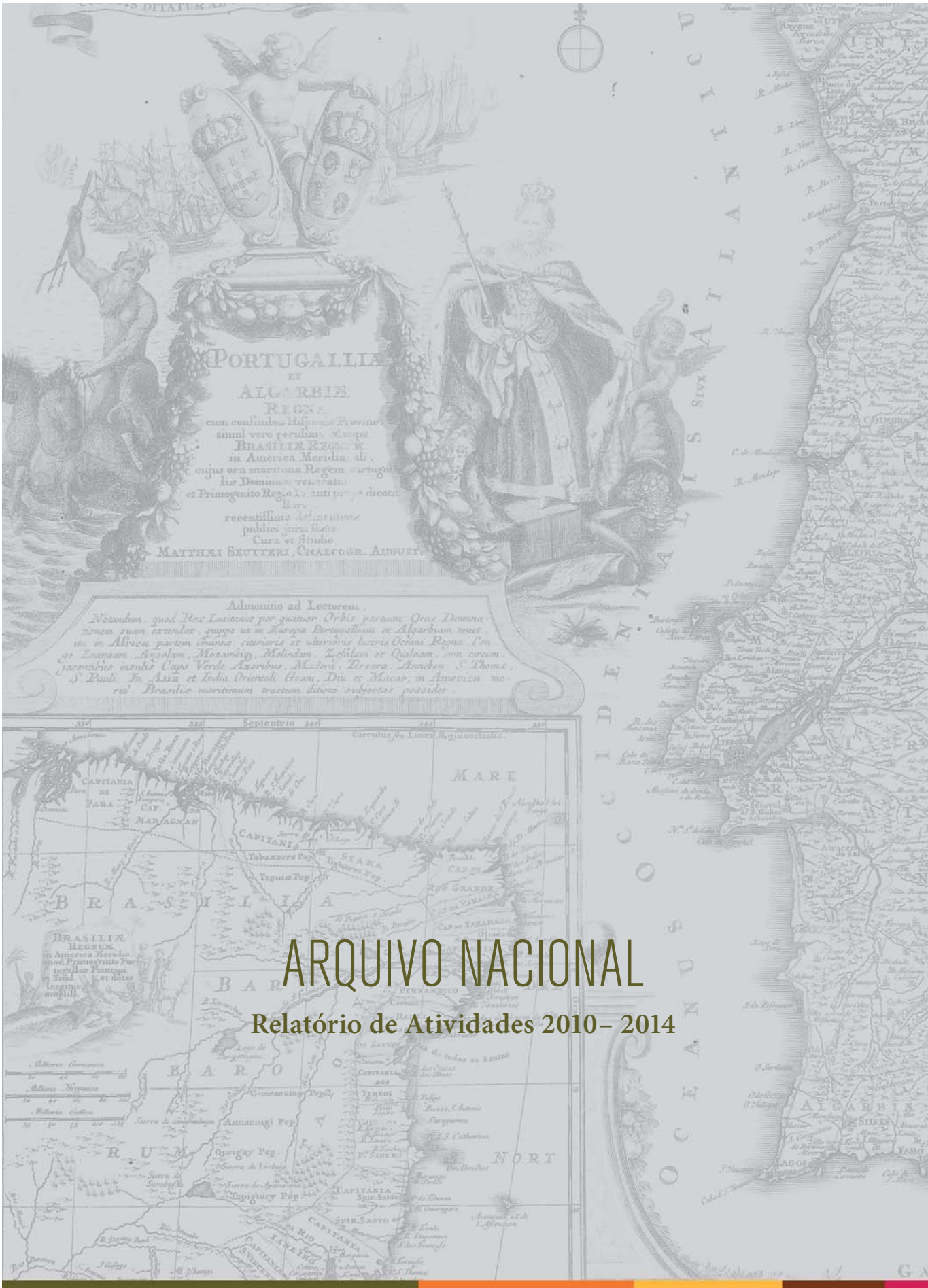
• fomentar o intercâmbio de especialistas na área de Arquivos e de Bibliotecas, a troca de informações por meio de instrumentos de pesquisa tradicionais ou de bases de dados existentes em seus programas de informatização, inclusive via redes externas de informação (Internet).

A VI Reunião Conjunta da COLUSO ocorreu em Lisboa no dia 10 de outubro de 2003, na qual as Seções Portuguesa e Brasileira apresentaram seus projetos com a temática comum do período Joanino no Brasil, que teria seu bicentenário celebrado em 2004. Dando continuidade aos trabalhos realizados em 2003, foi aprovada na VII Reunião Conjunta da COLUSO, realizada no Rio de Janeiro no dia 21 de abril de 2006, o regulamento do *Concurso de Monografias – Prêmio D. João VI de Pesquisa*, bem como o programa de trabalho para o triênio 2006/2008, visando dar continuidade aos Projetos Resgate e Reencontro, bem como a programação para as Comemorações do Bicentenário da Chegada da Corte Portuguesa ao Brasil.

A VIII Reunião Conjunta da COLUSO ocorreu em Lisboa nos dias 8 a 12 de outubro de 2007, em duas sessões de trabalho, no âmbito do *Seminário Internacional Memórias Lusófonas: a saída da Corte para o Brasil,* em que foram discutidos os resultados dos Projetos Resgate e Reencontro, apresentados os projetos vencedores do Prêmio *D. João VI* de Pesquisa e relatado o ponto de situação dos projetos em curso em ambas as Seções.

Na IX Reunião Conjunta, realizada em Lisboa nos dias 23 a 27 de novembro de 2009 concomitantemente com o Fórum dos Arquivos Lusófonos, foram discutidas estratégias a serem adotadas para facilitar o acesso de documentação decorrente dos Projetos Resgate e Reencontro e sua divulgação. Foi lançado na Embaixada do Brasil em Portugal o Relatório de Atividades Desenvolvidas pela Seção Brasileira da COLUSO referente ao período de 1996 a 2009.

PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS INSTITUIÇÕES QUE COMPÕEM A SEÇÃO BRASILEIRA DA COLUSO NO PERÍODO DE 2010 A 2014



ARQUIVO NACIONAL

Relatório de Atividades 2010– 2014

COLEÇÃO NEGÓCIOS DE PORTUGAL – 1596–1851

Coleção composta basicamente da documentação trazida de Portugal por D. João VI, quando da transferência da Família Real para o Brasil e daquela enviada para cá, no período em que no Rio de Janeiro se instalou a Corte. Reúne documentos de alguns fundos, unidos pela temática, como por exemplo, o Gabinete do Rei e Ministério do Reino, que recebia a documentação enviada pelos órgãos portugueses para exame no Brasil.

A documentação deve, em parte, sua origem ao Ministério do Império e, em parte, ao próprio Arquivo Nacional. Do Ministério do Império, herdando documentos do Ministério do Reino, pasta a qual estiveram afetos diferentes assuntos relacionados a Portugal e à Família Real no período em que a sede do Governo português achava-se no Brasil, que por sua vez acabou por encaminhar esses documentos ao Arquivo, à época denominado Arquivo Público do Império.

A coleção é formada por ofícios e contas dos governadores do Reino dando informações e enviando requerimentos de habitantes de Portugal e domínios ultramarinos para consulta por órgãos sediados no Rio de Janeiro. Consultas da Mesa do Desembargo do Paço e Mesa da Consciência e Ordens. Documentos do Gabinete do Rei, tais como correspondência de ministros, cartas de soberanos europeus, correspondência diplomática, pareceres dos membros do Conselho de Estado. Memórias. Documentos relativos à Guerra dos 7 Anos. Foral de Macau.

Entre documentos encadernados e avulsos, o montante é estimado inicialmente em 43,16 metros, abrangendo, em termos de assunto, o período 1596 a 1851, predominando, entretanto, do ponto de vista da produção dos documentos, da década de 1790 ao ano de 1821.

Em 1932, foi proposto o primeiro tratamento da Coleção Negócios de Portugal. Objetivava atender à Comissão Brasileira dos Centenários de Portugal engajando o Arquivo Nacional naquele evento. Durante o século XX, outros tratamentos foram aplicados ao acervo visando sua organização. Entre o final da década de 1960 e 1970, a coleção foi novamente tratada, tentando-se agrupar tematicamente (mesmo quando o tema é uma instituição) os documentos nas caixas. Tal tratamento, aliado ao próprio manuseio dos documentos para consulta, e a renumeração das caixas da então existente Seção Histórica, terminou por dificultar a recuperação dos documentos desejados, principalmente quando o pesquisador os levantava pelo fichário, mais extensivo instrumento existente sobre o conjunto.

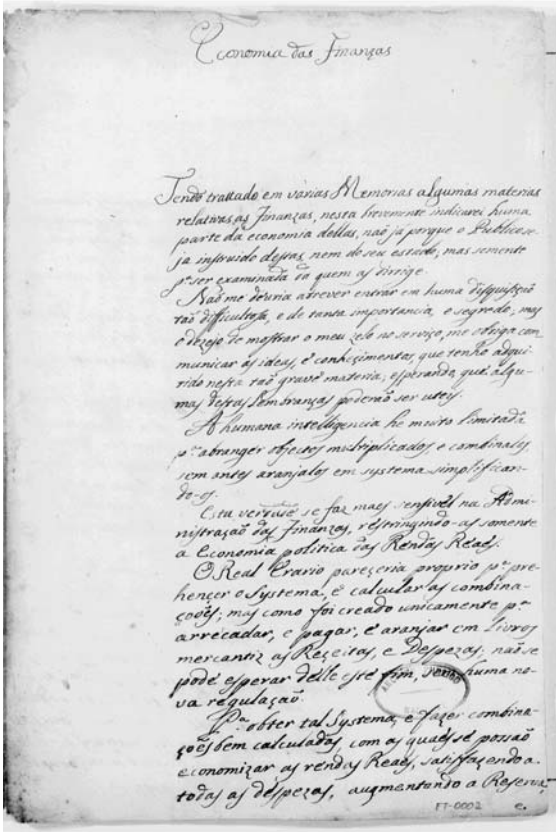
Tal era a situação em 1984-1985, e a proposta de trabalho assumida inicialmente por aqueles que trabalharam o conjunto nesta fase era a de reordenar os documentos dentro das caixas, anotando--se as ausências percebidas. No decorrer do trabalho, a proposta foi redefinida, chegando-se a alterar algumas (poucas) descrições errôneas e restabelecendo-se dossiês que haviam sido partidos. Nesses casos, as informações de tais ajustes, bem como as

ausências, eram registradas em fichas individuais por caixas.

Em 2010, uma nova intervenção no acervo foi proposta. Tentar-se-ia aperfeiçoar os trabalhos anteriormente realizados tanto na etapa de organização quanto na de descrição, mas com o propósito de reunir o máximo possível os documentos dispersos, acondicionando o acervo de maneira adequada, executando reparos, alimentando a base de dados do Arquivo Nacional – Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN) –, www.arquivonacional.gov.br, de modo a que seus produtos e subprodutos ampliassem as possibilidades de recuperação dos dados, promovendo a microfilmagem de preservação e publicação do inventário e dos índices básicos como forma de ampliar o acesso.

Em 2013, após quase cinco anos de reorganização e interdição do acervo, optamos por reequacionar o projeto. Partimos do princípio que não teria mais sentido o rico acervo da Coleção Negócios de Portugal continuar a ser periodicamente reorganizado.

Já estão disponíveis para acesso no SIAN 1.500 dossiês. A coleção completa estará disponível em 2015.


Economia das Finanças

Tendo tratado em varias Memorias algumas materias relativas ás Finanças, nesta brevemente indicarei huma parte da economia dellas, naõ já porque o Publico seja informado dellas, nem do seu estado, mas somente p.a ser examinada ou quem as dirige.

Naõ me deveria atrever entrar em huma disquisiçaõ taõ dificultosa, e de tanta importancia, e segredo, mas o desejo de mostrar o meu zelo no serviço, me obriga com municar as ideas, e conhecimentos, que tenho adquirido nesta taõ grave materia, esperando que algumas letras sem franças poderaõ ser uteis.

A humana intelligencia he muito limitada p.a abranger objectos multiplicados, e combinados com outros arranjados em systema simplificado-os.

Esta verdade se faz mais sensivel na Administraçaõ das finanças, restringindo-as somente a Economia politica das Rendas Reaes.

O Real Erario pareceria proprio p.a prehender o Systema, e calcular as combinaçoes; mas como foi creado unicamente p.a arrecadar, e pagar, e arranjar em livros mercantis as Receitas, e Despezas, naõ se pode esperar delle este fim, sem huma nova regulaçaõ.

Para obter tal Systema, e fazer combinaçoes bem calculadas, com as quaes se possaõ economizar as rendas Reaes, satisfazendo a todas as despezas, augmentando a Reserva.

FT-0002 c.

Coleção Negócios de Portugal

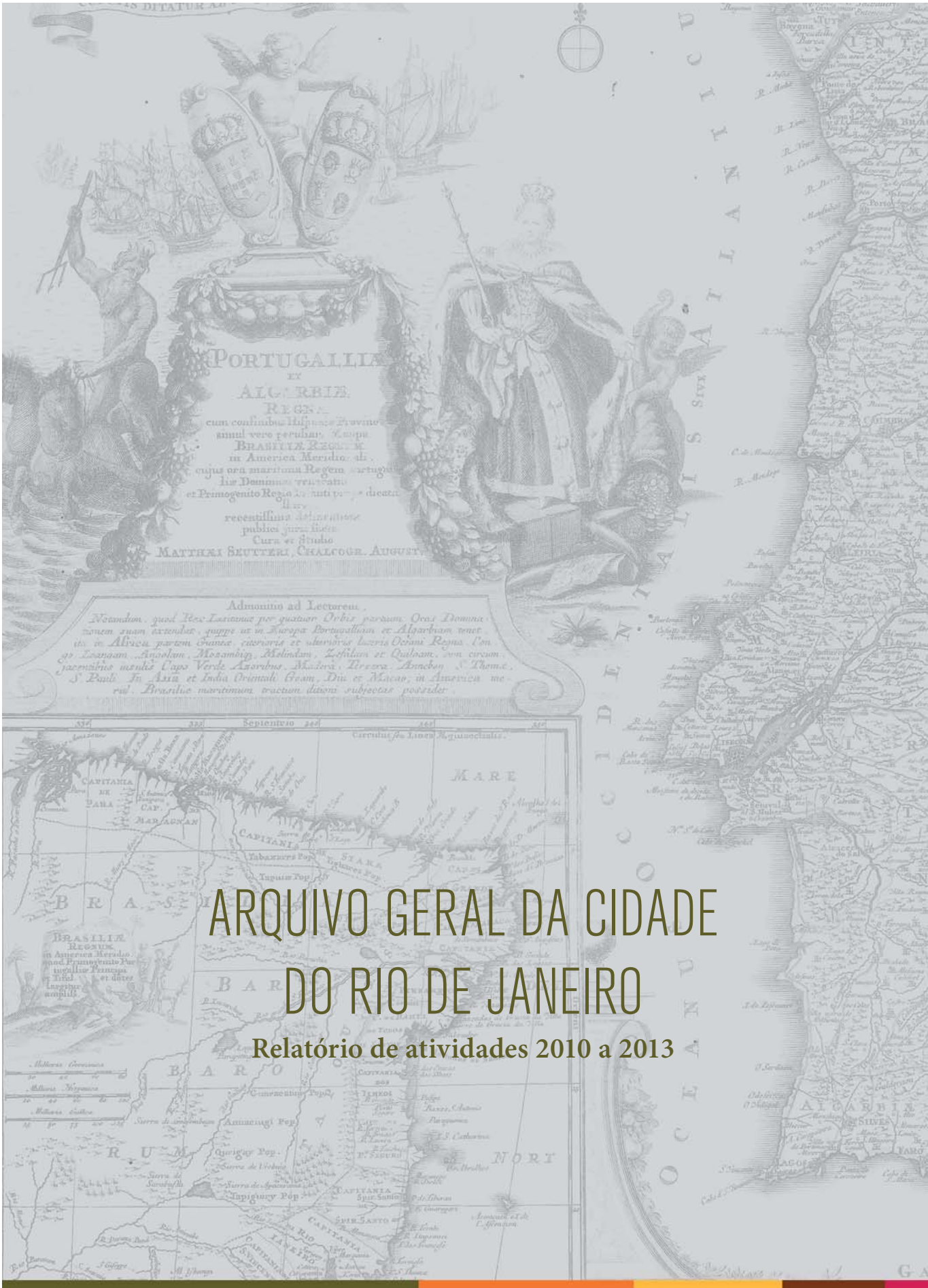
EXPOSIÇÃO: O MUNDO LUSO-BRASILEIRO

A ideia de um mundo luso-brasileiro evoca uma origem ibérica para a civilização que se ergueu nos trópicos, conectada ao Império Ultramarino na geografia, no comércio, no tráfico de escravos e na partilha do tempo histórico. A América portuguesa foi o principal objetivo da metrópole a partir do século XVIII, quando também se torna mais difícil conter o fluxo das ideias ilustradas. Reformas, inconfidências balançam aquela ordem que conhece uma guinada com o desembarque da Corte portuguesa no Rio de Janeiro, em 1808.

Para a exposição, foram selecionados manuscritos que constituem séries como os mapas de comércio e de população, as cartas de sesmarias, ou aqueles marcados pela sua excepcionalidade como o Foral de Macau. Montada originalmente em 2005, a exposição também reúne ainda ampliações extraídas de obras raras, mapas e desenhos produzidos nos séculos XVII e XVIII. Com a independência da "nação luso-brasílica", na expressão de Pedro I, completa-se o circuito que oferece, ainda, a oportunidade de visitar os originais de documentos como o Tratado de Paz entre Portugal e França em 1801 e a Constituição de 1824. Todos os documentos utilizados na exposição pertencem ao acervo do Arquivo Nacional.

A exposição foi montada na sede do Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, no período de 26 de agosto de 2013 a março de 2014.

Divulgação Exposição: O mundo luso-brasileiro



ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Relatório de atividades 2010 a 2013

PROJETO: PRESENÇA PORTUGUESA NA DOCUMENTAÇÃO DA MUNICIPALIDADE CARIOCA: 1808 A 1822

Inicialmente, as pesquisas para o projeto "A Presença Portuguesa na Municipalidade Carioca", desenvolvidas entre setembro de 2012 e dezembro de 2013, deveriam concentrar-se no período compreendido entre os anos 1808 e 1822. De acordo com o projeto originalmente proposto, o acervo a ser trabalhado por intermédio do referido programa seria composto de documentos produzidos pela municipalidade carioca, especificamente pela Câmara Municipal, nos quais fossem encontrados dados e informações que remetessem à presença portuguesa na constituição da memória carioca.

Porém, com a realização da identificação e levantamento de documentos existentes, percebeu-se a necessidade de ampliar o período proposto, pois muitos itens referentes à temática ultrapassavam a baliza de tempo predeterminada, encaminhando as pesquisas para a segunda metade do século XIX e início do XX. Com isso, a tarefa, além do acervo da Câmara Municipal, abarcou ainda os acervos do Conselho Municipal de Intendência e da Prefeitura do Distrito Federal.

Descrição das atividades:

Assim, com a finalidade de identificar os documentos relativos à temática do projeto inscrito, foi feito um levantamento prévio dos itens nos índices de documentação textual. Desta forma, foi possível realizar:

a) A identificação individual dos documentos referentes à temática do projeto;

b) A identificação das séries documentais às quais se remetem estes documentos;

c) A verificação das datas limites.

Resultados Obtidos:

Após a seleção do acervo a ser pesquisado, iniciamos uma outra etapa, na qual realizamos as tarefas descritas abaixo:

– Avaliação do estado físico dos documentos – higienização mecânica, mudança de acondicionamento com material de qualidade arquivística.

– Estudo para avaliar se as informações contidas eram pertinentes ao projeto; reavaliação da codificação existente adequando-a aos preceitos da NOBRADE.

Levantadas essas características prévias das séries, passou-se à extração dos dados contidos nos documentos. Resultando em:

a) Leitura Paleográfica dos itens documentais – identificamos algumas dificuldades iniciais na extração das informações dos documentos por parte dos bolsistas, visto que eles não estavam habituados à leitura de documentos do período trabalhado. Buscou-se solucionar este problema por meio de capacitação dos bolsistas em leitura paleográfica.

b) Identificação dos fundos documentais existentes – com a realização deste trabalho, foi possível relacionar a qual fundo, coleção e séries pertenciam os documentos, o que possibilitou a confecção de um instrumento de pesquisa mais completo.

c) Elaboração de um instrumento de pesquisa adequado, contendo a codificação do documento, relação dos nomes identificados, paginação e data.

Exemplificado no modelo abaixo:

Notação	Notação	Pg	Nome	Assunto	Data
BR RJAGCRJ CM ITP	13.2.29	76	Alfredo Torres Pereira	Instrução Pública	16/12/1861
BR RJAGCRJ CM ITP	13.2.29	90	Antonio de Souza Gonçalves	Instrução Pública	11/6/1861
BR RJAGCRJ CM ITP	13.2.29	122	Bernardo José d'Almeida	Instrução Pública	14/3/1861

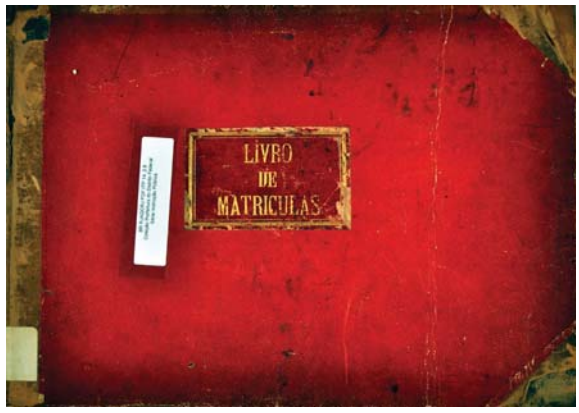
Capacitação dos bolsistas

Através deste projeto, foi possível realizar a capacitação dos bolsitas em leitura paleográfica de documentos, identificação e levantamento de acervo, confecção de instrumentos de pesquisa, manuseio correto de documentos históricos, importância dos materiais de proteção. Com a continuidade do programa, pretendemos dar prosseguimento à capacitação dos bolsistas voltada para a realização das etapas necessárias à execução do projeto.

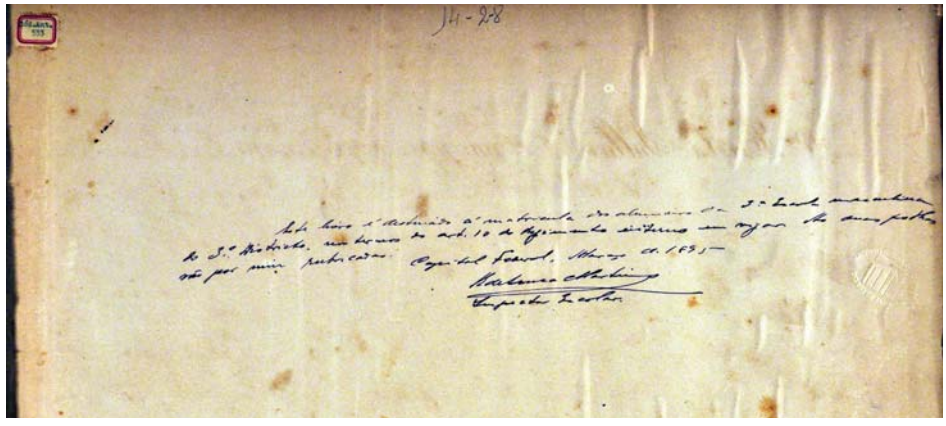
Conclusão

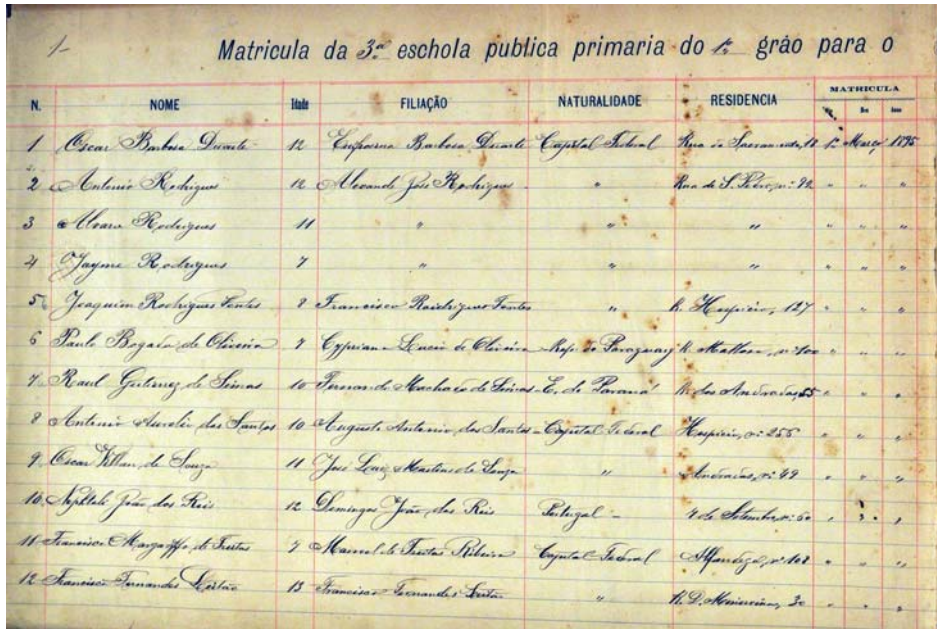
De acordo com os objetivos propostos para o Projeto "A Presença Portuguesa na Documentação da Municipalidade Carioca: 1808 a 1822", anos de 2012/2013, verificamos que foi necessária à ampliação das datas limites propostas para a segunda metade do século XIX e início do XX, em função do recorte temporal dos documentos trabalhados. Para o AGCRJ o desenvolvimento deste projeto tem sido de muita importância, por seu intermédio foi possível o aprofundamento do conhecimento dos acervos levantados. Por meio dele, foi possível a identificação da proveniência dos conjuntos documentais: Fundo Câmara Municipal, Coleção Conselho de Intendência e Coleção Prefeitura do Distrito Federal, bem como das séries a que estão relacionados os documentos. Certamente, o resultado deste trabalho contribui qualitativamente para o objetivo proposto pela COLUSO: o resgate da memória da imigração portuguesa no Brasil.

Por intermédio deste trabalho, foi possível ainda a avaliação do estado físico da documentação, considerada boa em sua maioria, além do tratamento e acondicionamento correto para a guarda. Através da utilização das prerrogativas e normas consagradas pela Arquivística para organização do acervo, foi realizada a atualização das notações dos documentos dos quais foram extraídos os dados para compor as pesquisas. Finalmente, obtivemos um quantitativo de 3.050 itens documentais identificados com a temática do projeto.



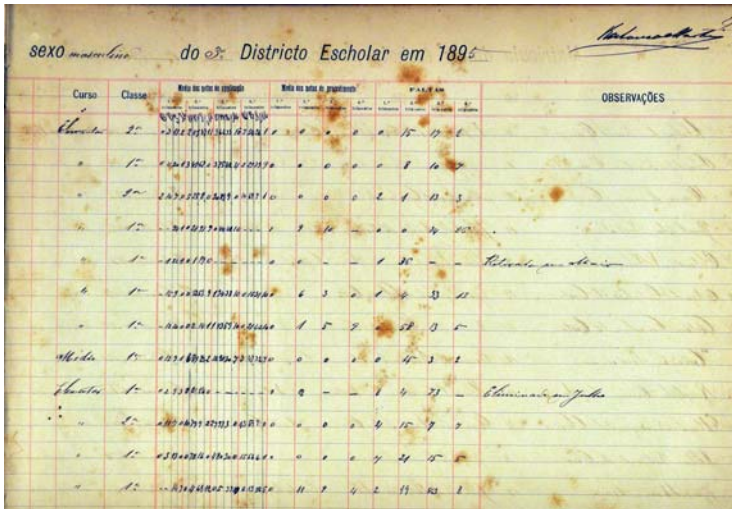
Acervo documental da Prefeitura do Distrito Federal utilizado no projeto de pesquisa "A Presença Portuguesa na Municipalidade Carioca"





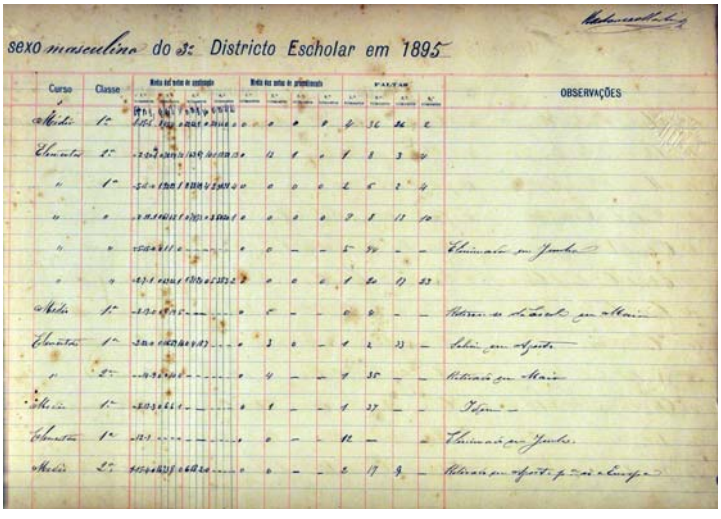
1 — Matricula da 3ª eschola publica primaria do 1º grão para o

N.	NOME	Idade	FILIAÇÃO	NATURALIDADE	RESIDENCIA	MATRICULA		
						N.	1a	1m
1	Oscar Barbosa Duarte	12	Euphemia Barbosa Duarte	Capital Federal	Rua de Sacramento, 12	1	2	Março 1895
2	Antonio Rodrigues	12	Alexandre José Rodrigues	"	Rua de S. Pedro, nº 72	"	"	"
3	Alcides Rodrigues	11	"	"	"	"	"	"
4	Jayme Rodrigues	7	"	"	"	"	"	"
5	Joaquim Rodrigues Fontes	9	Francisco Rodrigues Fontes	"	R. Hespanha, 147	"	"	"
6	Paulo Bogado de Oliveira	7	Cypriano Lucio de Oliveira	Rep. do Paraguay	R. Matheus, nº 100	"	"	"
7	Raul Gutierrez de Simas	10	Hermano de Menchaca de Simas	E. do Paraná	R. dos Andradas, 55	"	"	"
8	Antonio Aurelio dos Santos	10	Augusto Antonio dos Santos	Capital Federal	Hespanha, nº 255	"	"	"
9	Oscar Villar de Souza	11	José Luiz Martins de Souza	"	Andradas, nº 49	"	"	"
10	Nicoláo João dos Reis	12	Domingos João dos Reis	Portugal	Rua do Sacramento, nº 50	"	"	"
11	Francisco Marques dos Santos	7	Manoel dos Santos Ribeiro	Capital Federal	Affonso, nº 102	"	"	"
12	Francisco Fernandes Leitão	13	Francisco Fernandes Leitão	"	R. D. Hermenegildo, 30	"	"	"

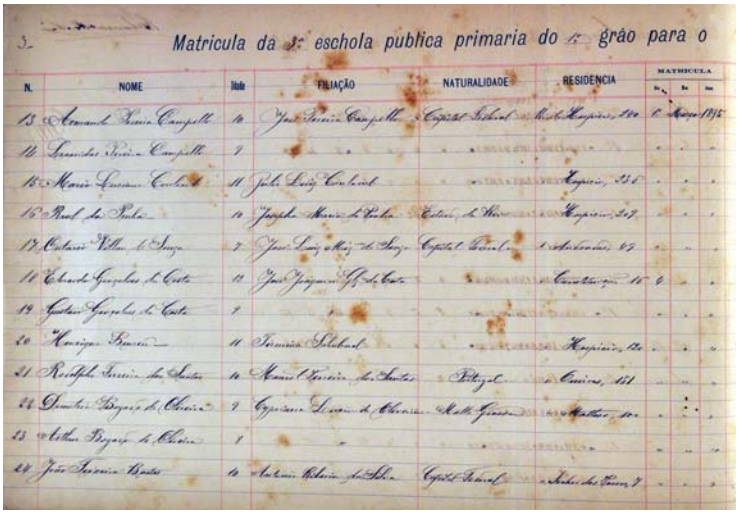

sexo masculino do 3º Districto Escholar em 1895

Curso	Classe	Media das notas de assiduidade				Media das notas de aproveitamento				FALTAS				OBSERVAÇÕES
		1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre	
Elementar	2ª	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	0	0	0	0	15	17	1		
"	1ª	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	0	0	0	0	8	14	4		
"	2ª	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	0	0	0	2	1	13	3		
"	1ª	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	1	3	14	—	0	0	4	10	
"	1ª	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	0	0	—	—	1	10	—	—	Retirado por Maria
"	1ª	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	6	3	0	1	4	13	12		
"	1ª	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	1	5	7	[illegible]	18	3	5		
Media	1ª	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	0	0	0	0	14	3	2		
Elementar	1ª	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	0	0	—	—	1	4	23	—	Eliminado por faltas
"	2ª	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	0	0	0	4	15	7	3		
"	1ª	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	0	0	0	7	24	15	5		
"	1ª	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	11	7	4	2	19	23	1		

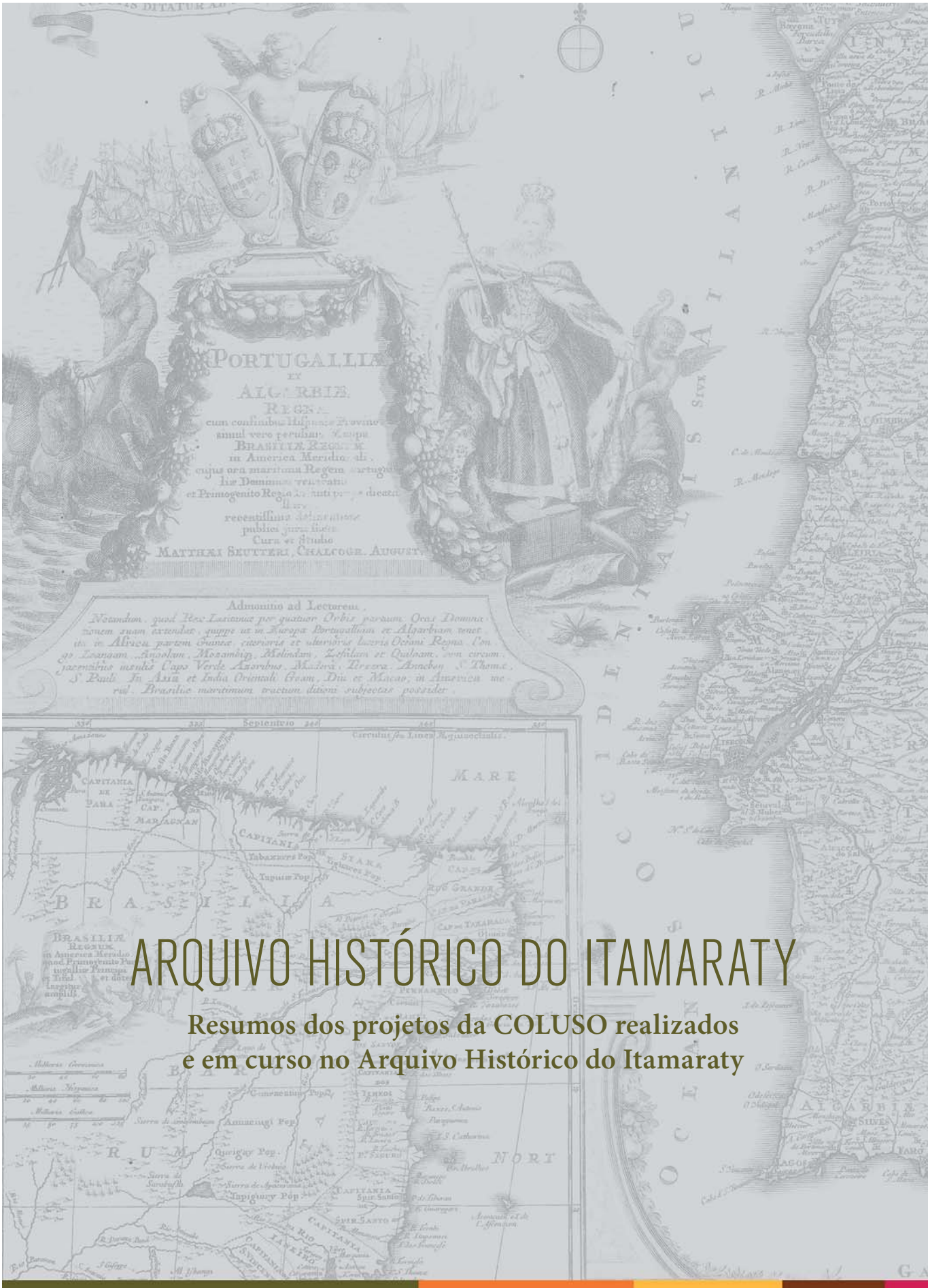
Acervo documental da Prefeitura do Distrito Federal utilizado no projeto de pesquisa "A Presença Portuguesa na Municipalidade Carioca"


sexo masculino do 3º Districto Escholar em 1895

Curso	Classe	Media das notas de assiduidade				Media das notas de aproveitamento				FALTAS				OBSERVAÇÕES
		1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre	
Media	1ª	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	0	0	0	0	4	36	26	2	
Elementar	2ª	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	12	1	0	1	8	3	4		
"	1ª	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	0	0	0	2	6	2	4		
"	2ª	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	0	0	0	7	8	11	10		
"	2ª	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	0	0	—	—	5	34	—	—	Eliminado por faltas
"	2ª	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	0	0	0	1	20	11	23		
Media	1ª	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	0	0	—	—	0	0	—	—	Retirou-se do Estado por Maria
Elementar	1ª	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	0	3	0	—	4	2	33	—	Saiu por defeito
"	2ª	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	0	4	—	—	7	35	—	—	Retirou-se por Maria
Media	1ª	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	0	1	—	—	1	37	—	—	Tifo
Elementar	1ª	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	0	0	—	—	12	—		—	Eliminado por faltas.
Media	2ª	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	0	0	—	—	5	17	9	—	Retirou-se por defeito e p. ser a Europa


3ª Matricula da 3ª eschola publica primaria do 1º grão para o

N.	NOME	Idade	FILIAÇÃO	NATURALIDADE	RESIDENCIA	MATRICULA
13	Armando Ferreira Campello	10	José Ferreira Campello	Capital Federal	Rua do Lavradio, 104	6 Março 1895
14	Leonardo Ferreira Campello	7	" "	"	"	" " "
15	Maria Luciana Cardoso	11	João Luiz Cardoso	"	Lapinha, 336	" " "
16	Raul da Rocha	10	Joaquim Maria da Rocha	Estado do Rio	Lapinha, 347	" " "
17	Octavio Villar de Souza	7	José Luiz Alves de Souza	Capital Federal	Andradas, 43	" " "
18	Eduardo Gonçalves da Costa	11	José Joaquim Gonçalves da Costa	"	Constituição, 16	" " "
19	Gustavo Gonçalves da Costa	7	" "	"	"	" " "
20	Henrique Ramos	11	Francisco Sobral	"	Lapinha, 12	" " "
21	Rodolpho Ferreira dos Santos	10	Manoel Ferreira dos Santos	Portugal	Carioca, 181	" " "
22	Domingos Bragança de Oliveira	7	Cypriano Lessa de Oliveira	Mato Grosso	Matoso, 10	" " "
23	Arthur Bragança de Oliveira	7	" "	"	"	" " "
24	João Ferreira Bastos	10	Antonio Ribeiro da Silva	Capital Federal	Mata do Paraiso, 7	" " "



ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY

Resumos dos projetos da COLUSO realizados e em curso no Arquivo Histórico do Itamaraty

O Arquivo Histórico do Itamaraty tem desenvolvido projetos de organização e indexação de documentos de seu acervo, com o apoio da Comissão Luso-Brasileira para Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental (COLUSO), o qual resultou na edição dos seguintes instrumentos de pesquisa:

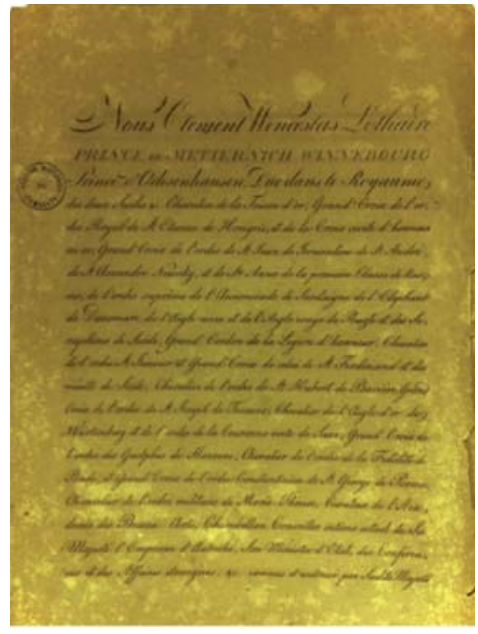
PARTE III seção 30 - Documentação anterior a 1822 (1500-1822)

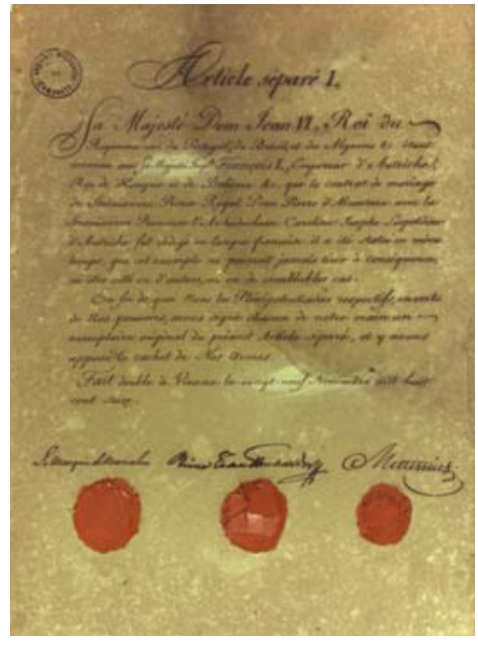
O *Catálogo do Arquivo Histórico do Itamaraty*: documentação anterior a 1822 (2ª edição revista e ampliada), relaciona um período de três séculos de História. Inclui documentos trazidos de Lisboa pela Família Real portuguesa em 1808, outros que vão até a Independência e cópias de documentos extraídos de diversos arquivos estrangeiros e nacionais, além de conter cópias de documentos que o Barão do Rio Branco e Joaquim Nabuco mandaram extrair dos diversos arquivos estrangeiros. Também nesta seção, encontram-se originais dos séculos XVIII e XIX, e uma pequena coleção do séc. XVII, em volumes adquiridos em sua maioria no tempo do Barão.

Prestaram valorosa cooperação a equipe técnica composta pelos seguintes estagiários da UERJ: Álvaro Luís Paixão Eira, Carlos Mariano Filho, Jorge Edilson Reis Vieira e Marieta Pinheiro de Carvalho.

PARTE III seções 35, 36 e 37 – Pareceres do Conselho de Estado; Documentos históricos – primeira série (volumes 1822-1930) e segunda série (avulsos 1822-1930)

Este arquivo contém a documentação do Brasil Império e os princípios da República, até 1930. Nas suas coleções há assuntos e repartições cujos nomes já não mais existem, como, por exemplo: Conselho de





Contrato de casamento de D. Pedro I

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES *Catálogo do Arquivo Histórico do Itamaraty*: documentação anterior a 1822. 2ª Ed. rev. e ampl., Brasília: FUNAG, 2000.

Estado, Mordomia, Procuradoria da Coroa, Comissões Mistas, Junta de Crédito Público, etc.

Participaram deste projeto os alunos Pedro Baldini da Costa Istanley de Almeida Miranda (UERJ), Japauianã Regina da Conceição Pereira dos Santos (UFF), Tereza Cristina Xavier Verli (UFRJ) e Rodrigo Robert Porto (UFRJ).

MANIFESTO

DE

DOM PEDRO, DUQUE DE BRAGANÇA.

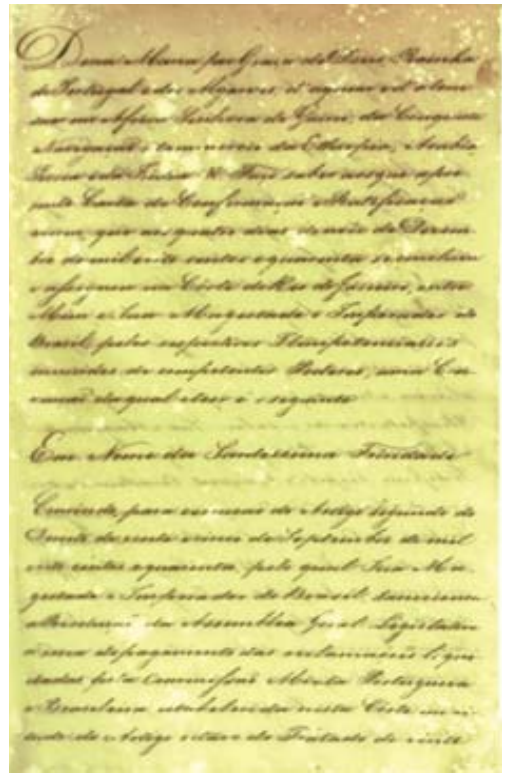
Chamado a succeder a El-Rey Meu Augusto Pai no Throno de Portugal como Seu Filho Primogenito pelas Leis fundamentaes da Monarquia mencionadas na Carta de Lei, e Edicto Perpetuo de 15 de novembro de 1825, fui formalmente reconhecido, como Rei de Portugal por todas as Potencias, e pela Nação Portugueza, que Me enviou á Corte

Manifesto de D. Pedro I
BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Catálogo do Arquivo Histórico do Itamaraty*: documentação referente ao período de 1822 a 1930. 2ª ed., Brasília: FUNAG, 2009.

PARTE III seção 31 – Atos Internacionais

Compreende os atos internacionais bilaterais (1817-1970), multilaterais (1851-1969), conferências pan-americanas (1889-1957), entre terceiros (1907-1956), e organismos internacionais como: ONU, OEA, FAO, UPA, ALALC, UNRRA, OIT, EURATOM, etc. (1942-1970).

A equipe técnica foi composta por Amanda Machado de Barros, Andressa Veniz da Silva, Fabíola de Souza Teixeira, Joyce Sant'Anna Jordão, Lívia Claro Pires, Pedro Geribola Novaes, Teresa Cristina de Andrade Gomes, Thaiany Hechert e Thiago José Paz Angelo, todos estudantes da UERJ.

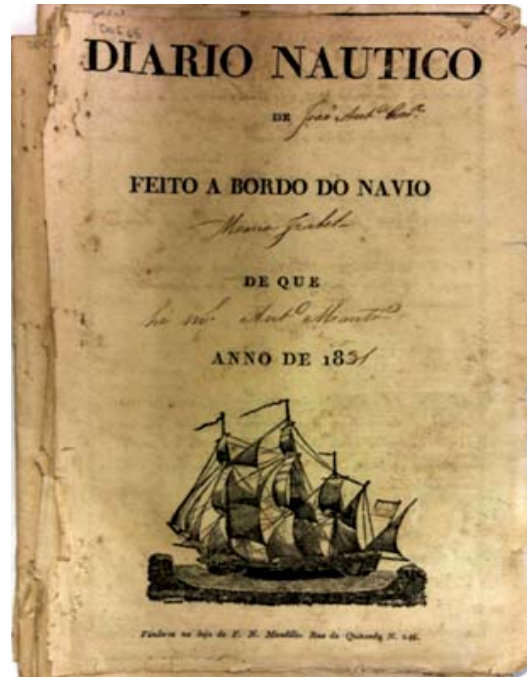


Tratado de Reconhecimento da Independência do Brasil
BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Inventário Sumário Atos Internacionais*: Arquivo Histórico do Itamaraty. Brasília: DCD/CDO, 2011.

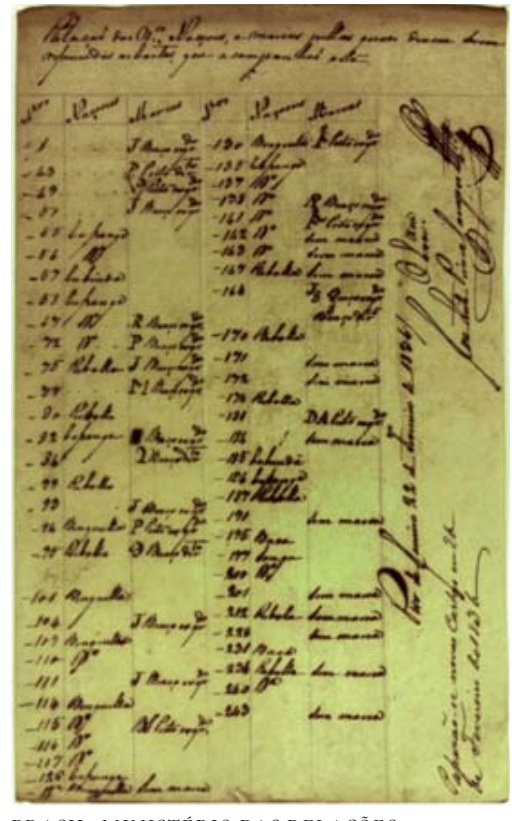
PARTE III seção 33 – Comissões e Tribunais Mistos

Esta série documental encerra farta e curiosa documentação sobre a Comissão Mista Brasil-Grã-Bretanha (1812-1863), que se divide em tráfico de negros, o bloqueio do Rio da Prata e outros casos diversos. Seguem-se a correspondência particular apreendida, as reclamações entre a França e o Brasil e a Espanha e o Brasil, em consequência do tráfico de africanos e de diversos bloqueios. Completando a primeira parte deste volume, figuram as reclamações sobre bloqueios, especialmente a do Rio da Prata, apresentadas pelos Estados Unidos da América, Suécia, Holanda, Dinamarca, Argentina e Chile. A segunda parte do trabalho é quase toda dedicada à Comissão Mista Brasil-Portugal (1809-1862), instituída para dirimir reclamações entre os dois países provenientes da Guerra da Independência. Temos, ainda, a Comissão Brasileira da Construção da Ponte Internacional Brasil-Argentina (1934-1945): incluindo correspondência recebida, expedida, interna e particular; projeto; estudos e análises laboratoriais; material; contabilidade e diversos.

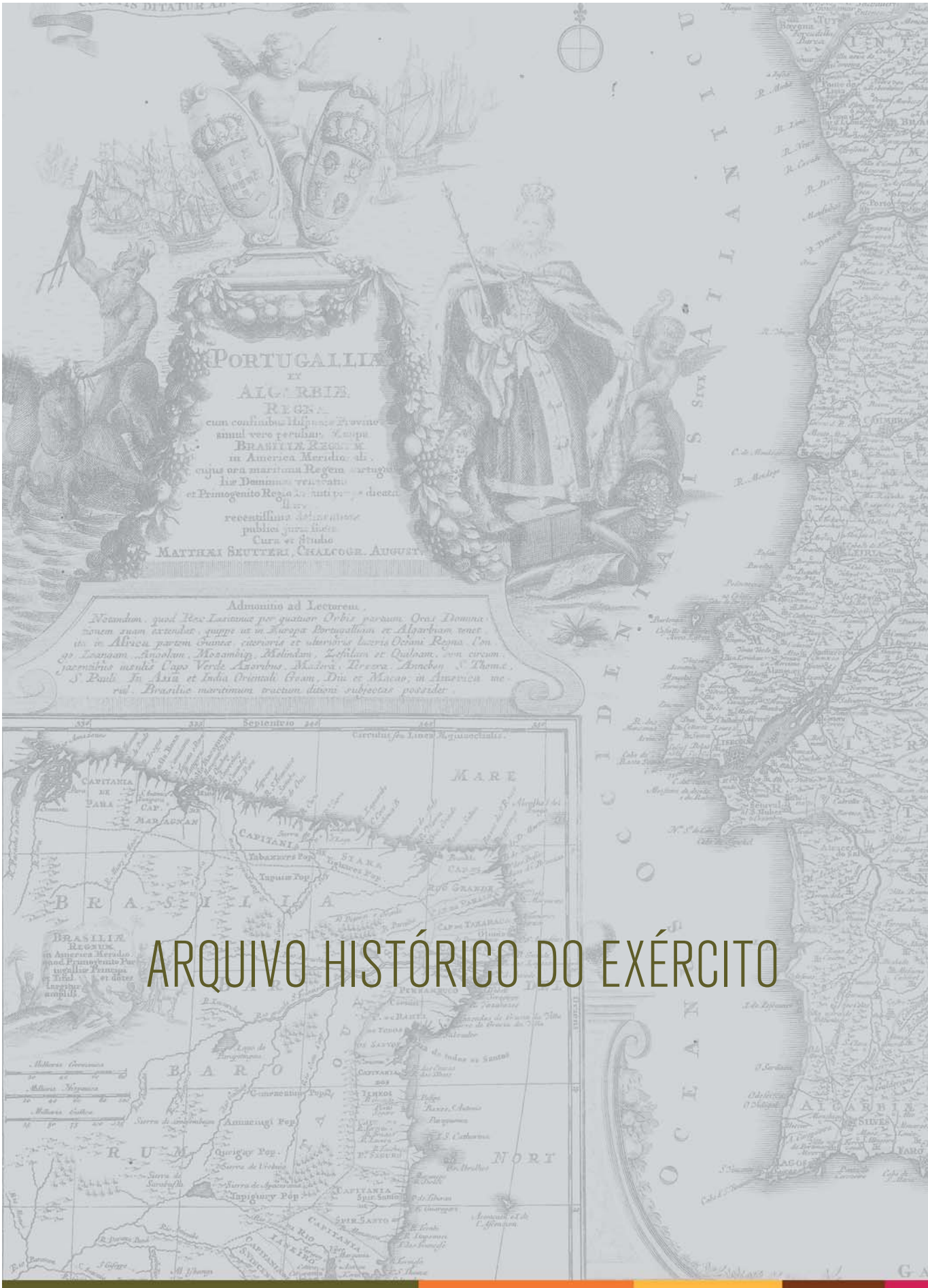
O trabalho com esta documentação encontra-se em andamento, contando com o apoio da equipe técnica composta por Filipe Santoro Pinheiro (UERJ), Gustavo André Guimarães Spindola (IUPERJ/UCAM) e Juliana Morena Borges da Silva (UNIRIO).



Capa do Diário Náutico do Navio *Maria Izabel* (fig.1) e Relação das marcas dos escravos do Brigue *Brilhante*



BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Instrumento de pesquisa em fase de elaboração*



ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO

TRATAMENTO DAS COLEÇÕES REFERENTES AOS CÓDICES MILITARES: SÉRIE CORTE (1808-1823)

Resumo

A organização da Coleção de Códices Militares consiste na descrição sumária de cada documento que compõe o conjunto. O acervo é formado por diversas séries divididas em Corte, províncias, legislação e assuntos. Atualmente, o projeto está voltado para a descrição da série Corte no período de 1808 a 1823. Tratam--se de correspondências diversas entre as autoridades ligadas à Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. As planilhas descritivas poderão ser consultadas no Sistema de Arquivos (SISTARQ), banco de dados do Arquivo Histórico do Exército, disponível no endereço eletrônico da organização militar (http://www.ahex.ensino.eb.br/).

Histórico do AHEx

Localizado no Palácio Duque de Caxias, no centro da Cidade do Rio de Janeiro, RJ, o Arquivo Histórico do Exército (AHEx) é uma Organização Militar que tem como objetivos conservar, restaurar e manter a memória institucional, operacional e dos integrantes do Exército Brasileiro e, receber e processar, arquivisticamente, os acervos das Organizações Militares extintas.

O Arquivo Histórico do Exército tem suas raízes no chamado Período Joanino. Recémchegado ao Rio de Janeiro, vindo da Bahia, onde aportara ao chegar de Lisboa, o regente português, o Príncipe D. João, tomou uma série de medidas administrativas, que buscaram estabelecer as condições de governabilidade do Reino de Portugal a partir de uma de suas colônias, no caso o Brasil.

Assim, em 7 de abril de 1808, tendo Dom Rodrigo de Souza Coutinho como Ministro de Estado e Secretário da Guerra e dos Negócios Estrangeiros, foi criado, através de decreto real, um "Archivo Central" que reuniria, entre outros documentos "Mappas, Cartas, Planos e Memorias".

Esse "Archivo Militar" seria instalado "em huma das Salas, que ora servem de Aula Militar" que, naquele momento, tinha como sede a antiga "Casa do Trem", hoje Museu Histórico Nacional (Rio de Janeiro – RJ), e que teria como nome "Real Archivo Militar".

Com a reorganização do Exército, encetada pelo Marechal Hermes da Fonseca, em 1908, a "4ª Seção" da "Repartição do Estado-Maior" passou a constituir uma dependência do "Departamento Central" da "Secretaria de Estado da Guerra".

Em 1934, através do Decreto nº 23.976, de 8 de março, foi dada novamente autonomia ao órgão, com o nome de "Arquivo do Exército", cujo nome foi alterado, em 1986, através do Decreto Presidencial nº 93.218, de 5 de setembro, para "Arquivo Histórico do Exército".

Hoje, o Arquivo Histórico do Exército (AHEx) é uma organização militar subordinada à Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército e ao Departa-

mento de Educação e Cultura do Exército, tendo suas instalações no 1º e 6º andares do Palácio Duque de Caxias e no 6º andar da Ala Marcílio Dias, na cidade do Rio de Janeiro – RJ – Brasil.

O acervo de códices militares:

No início do século XIX, com a transmigração da Família Real para o Brasil, a sede do imenso Império Português passou a ser a cidade do Rio de Janeiro. Entre suas várias prioridades, a administração real tinha como base a defesa militar. Os códices militares tratam dessa faceta específica da administração portuguesa no Brasil e são constituídos de livros contendo as promoções e transferências de militares brasileiros e portugueses pelo Império Português; das intervenções na Cisplatina (atual Uruguai); dos Comandos Militares de todas as Capitanias e, posteriormente, das Províncias; das Mercês Reais concedidas a militares; dos Processos e Consultas do Conselho Supremo Militar; da Real Academia Militar; de Circulares, Decretos, Cartas Régias e Decretos para o Exército de Portugal e dos Domínios Ultramarinos; das Fábricas de Pólvora e de Ferro de Ipanema, do Hospital Militar, da Pagadoria das Tropas e da Engenharia Militar, entre outros.

O conjunto foi recolhido ao Arquivo Histórico do Exército após 1960, com a extinção da Secretaria do Gabinete do Ministério da Guerra. É um acervo composto de documentos organizados por tipologia documental, províncias e assuntos dos quais pouco mais de 80.000 (oitenta mil) itens documentais já foram descritos. No ano de 2010, começamos também a fazer a descrição dos documentos diretamente no nosso banco de dados e nos anos de 2011 e 2012 começaram os processos de microfilmagem, digitalização e encadernação.

Para a execução do Projeto, o AHEx dispõe de uma equipe de 4 (quatro) estagiários da área de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Equipe atuante no projeto de Tratamento das Coleções referentes aos Códices Militares: série Corte (1808-1823)

Justificativa:

Trata-se de um conjunto de documentos muito procurado (em torno de cem consultas/ano), que não está catalogado através de fichas e, por esse motivo, acumulam-se os problemas de acesso, higienização, conservação, acondicionamento e catalogação. Por outro lado, os costumeiros pedidos de consultas indicam também ser comum a desorganização dos códices nas estantes e dos próprios documentos dentro de cada códice. Portanto, para maior controle do conjunto e solução mais abrangente dos problemas existentes a Direção do AHEx optou pela organização do acervo e inserção dos dados no SISTARQ, sistema multiplataforma deste Arquivo.

Objetivos do projeto:

– identificar os documentos presentes nos códices;

– descrever de maneira sumária os documentos;

– higienizar e diagnosticar o estado de preservação da documentação;

– acondicionar a documentação de modo adequado à sua conservação;

– alimentar nossa base de dados a fim de facilitar o acesso à informação.

Produtos:

1. Organização do acervo;

2. Inserção da descrição dos documentos no SISTARQ de acordo com as Normas Brasileiras de Descrição Arquivística (NOBRADE);

3. Conservação do acervo através de processo de encadernação e guarda em módulo deslizante.

Etapas de trabalho:

1. Seleção e treinamento da equipe;

2. Identificação do acervo;

4. Ordenação e descrição dos documentos;

5. Higienização e diagnóstico do estado de conservação;

6. Acondicionamento;

7. Alimentação da base de dados;

8. Revisão das planilhas inseridas no Sistema de Arquivos do AHEx (SISTARQ);

9. Microfilmagem do acervo no projeto de microfilmagem institucional;

10. Encadernação do acervo.

Recursos materiais:

Cabe ao Arquivo Histórico do Exército a supervisão técnica e o fornecimento de material de consumo para acondicionamento adequado dos documentos, bem como o espaço físico e equipamento a serem utilizados no desenvolvimento do projeto.

Resultados alcançados:

QUANTIDADE DE CÓDICES PERÍODO JOANINO	16
QUANTIDADE DE PLANILHAS DESCRITAS	11.942
QUANTIDADE DE CÓDICES LANÇADOS NO SISTEMA	09
QUANTIDADE DE CÓDICES MICROFILMADOS E DIGITALIZADOS	11

TRATAMENTO DA COLEÇÃO DE CÓDICES: SÉRIE CORTE (1808-1823)

A organização da Coleção de Códices do Arquivo Histórico do Exército tem o objetivo de realizar a identificação de documentos que fazem parte desse conjunto. O acervo é formado por diversas séries divididas em Corte, províncias, legislação, autoridade e assuntos diversos. O projeto "Tratamento da Coleção de Códices: série Corte (1808-1823)" visa a organização dos 15 volumes encadernados do período joanino que compõem esse nível de descrição.

A série Corte da Coleção de Códices do AHEx é constituída por 37 volumes encadernados e formado por documentos produzidos no âmbito da Secretaria de Estado e Negócios da Guerra e Estrangeiros no Rio de Janeiro, desde a chegada da Família Real portuguesa ao Brasil, em 1808. De maneira que o conjunto traz informações sobre a estrutura organizacional da administração pública no período de 1808 a 1861.

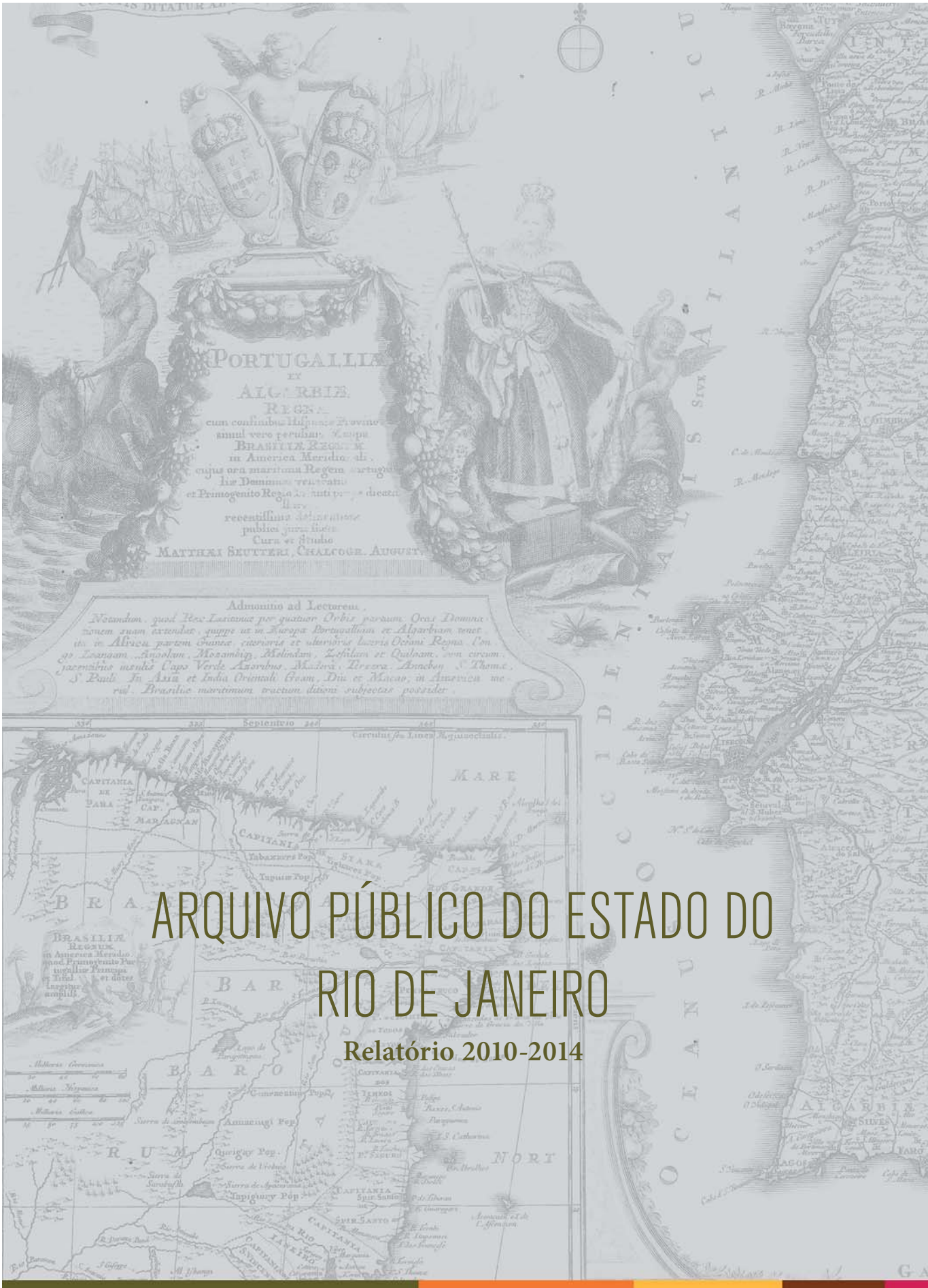
O tratamento do acervo ocorreu em três fases. A primeira envolveu a identificação dos volumes que compõem a série Corte. A segunda fase se concentrou na descrição dos documentos produzidos no período em que D. João VI estava no Brasil. Por fim, foi realizada a organização dos demais volumes que fazem parte da série.

A organização do acervo consistiu em identificar os documentos presentes nos códices e descrevê-los de maneira sumária de acordo com as Normas Brasileiras de Descrição Arquivística (NOBRADE), na higienização e no diagnóstico do seu estado físico, no acondicionamento mais adequado visando a sua conservação e na inserção dos dados no sistema da instituição a fim de facilitar o acesso à informação.

A próxima fase do projeto de tratamento da Coleção de Códices será a organização das demais séries, sobretudo dos documentos produzidos no período joanino.

Período	Período	Período	Período	Período	Período
mar./jun.1808	1810	1817-1819	1827-1828	1839-1841	1850-1851
jun./ago.1808	1810-1811	1819-1820	1828-1831	1841-1842	1851-1852
set./out.1808	1811	1820-1823	1831-1832	1842-1844	1852-1854
nov./dez.1808	1812-1813	1823-1824	1832-1834	1844-1846	1855-1856
1808-1810	1813-1814	1824-1825	1835-1837	1846-1848	1856-1858
1809	1814-1817	1825-1827	1839-1841	1848-1850	1858-1859
1859-1861					

Quadro I



ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Relatório 2010-2014

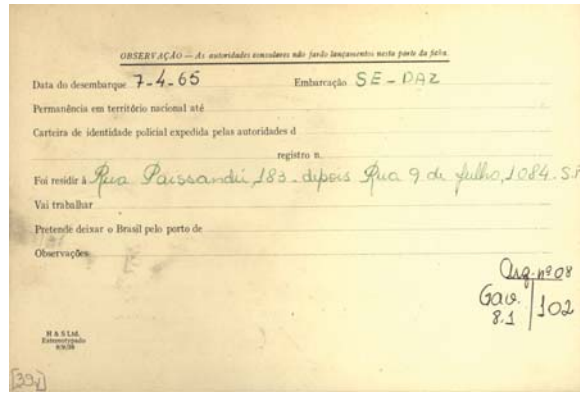
Assim como outras instituições arquivísticas do País, o APERJ possui uma relevante documentação sobre grupos migratórios que participaram da formação da sociedade brasileira contemporânea. Trata-se de material referente à entrada, registro, permanência e naturalização de estrangeiros no Estado do Rio de Janeiro tais como: fichas consulares de qualificação; livros de registro de estrangeiros; livro de protocolo de estrangeiros; processos de pedidos de naturalização; processos e certificados de naturalização; boletins de sindicância de naturalização, dentre outros. Proveniente de diversos órgãos da estrutura administrativa do Estado, a documentação sobre migrantes existente no acervo do APERJ abrange o período compreendido entre os séculos XIX e XX.

O objetivo do projeto é organizar, preservar e divulgar a história dos movimentos migratórios no Estado do Rio de Janeiro, nos séculos XIX e XX, mediante a constituição de uma base de dados sobre o tema a ser disponibilizada na internet. Iniciado em 2010, o projeto vem desenvolvendo atividades de identificação, organização e descrição de conjuntos documentais pertinentes ao tema. Dessa forma, numa primeira etapa, foi tratada a documentação referente à Série *Controle de Registro de Estrangeiros* do Fundo Departamento Geral de Investigações Especiais (DGIE). Como resultado, foram constituídas duas bases de dados para divulgação e disponibilização desse material:

- Base de dados referente à Série CRE em formato ICA-AtoM, a ser disponibilizada em breve na internet;
- Base de dados "Migrantes no Estado do Rio de Janeiro" que contém os seguintes campos referentes ao registro e controle de migrantes: *nome; notação; filiação; nacionalidade; data de nascimento; estado civil; nome do cônjuge; profissão/ocupação; localidade e observações.*

Até o momento, além do tratamento técnico da Série CRE, foram inseridos 52.201 nomes (registros) na base "Migrantes no Estado do Rio de Janeiro".

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
FICHA CONSULAR DE QUALIFICAÇÃO
Nome por extenso Erhard Mitscherling
Admitido em território nacional em caráter temporário de negócios seis meses
Nos termos do art. 7 letra c do dec. n. 7967 de 1945
Lugar e data de nascimento Herbitz / 13.4. / 1939
Nacionalidade alemão Estado civil casado
Filiação (nome do Pai e da Mãe) Gustav Mitscherling e Gertrud Mitscherling Profissão mecanico
Residência no país de origem Starkenberg nº 56 c
FILHOS MENORES DE 18 ANOS
Passaporte n. 271703 expedido pelas autoridades de Ministério das RR.EE. em Berlin na data 29.10.1964
visado sob n. 35
Consulado Embaixada do Brasil em Praga 22 fevereiro de 19 65
O CÔNSUL:
Leopoldo M. de A. Cavalcanti,


OBSERVAÇÃO — As autoridades consulares não farão lançamentos neste ponto da ficha.
Data do desembarque 7-4-65 Embarcação SE-DAZ
Permanência em território nacional até
Carteira de identidade policial expedida pelas autoridades d
registro n.
Foi residir à Rua Paissandú 183 - depois Rua 9 de julho, 1084 - S.P
Vai trabalhar
Pretende deixar o Brasil pelo porto de
Observações

Registro de migrante no Rio de Janeiro

PROJETO TRATAMENTO TÉCNICO DO ACERVO DA PRESIDÊNCIA DE ESTADO DO RIO DE JANEIRO

O Fundo Presidência de Estado do Rio de Janeiro possui cerca de 180 metros lineares de documentos provenientes de diversos órgãos estaduais referentes aos seguintes temas: agricultura; obras públicas; saneamento; iluminação e abastecimento de água; navegação e portos; finanças; engenhos centrais; polícia; saúde; entre outros.

A documentação encontrava-se nos porões da Escola Aurelino Leal, em Niterói. Em 1961, foi transferida para o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro e posteriormente para a Biblioteca Estadual de Niterói, ali permanecendo até 1979, quando retornou ao Arquivo Público. Entre 1977 e 1978, uma parcela da documentação (cerca de 30%) recebeu tratamento técnico de uma equipe da Universidade Federal Fluminense.

O objetivo geral do projeto é organizar, preservar e disponibilizar esta documentação à consulta. Tendo em vista que a separação dos fundos do APERJ efetuada ao longo de sua história institucional manteve reunida, sob a denominação "Fundo Presidência de Estado", toda a documentação referente ao período republicano, pretende-se proceder paulatinamente à organização do material visando, a longo prazo, disponibilizar todo o acervo à consulta.

Nesse sentido, o projeto tem como objetivo específico o mapeamento, separação e identificação da parcela do material correspondente ao período da Presidência de Estado até a Revolução de 1930, quando foi instituído o sistema de interventorias.

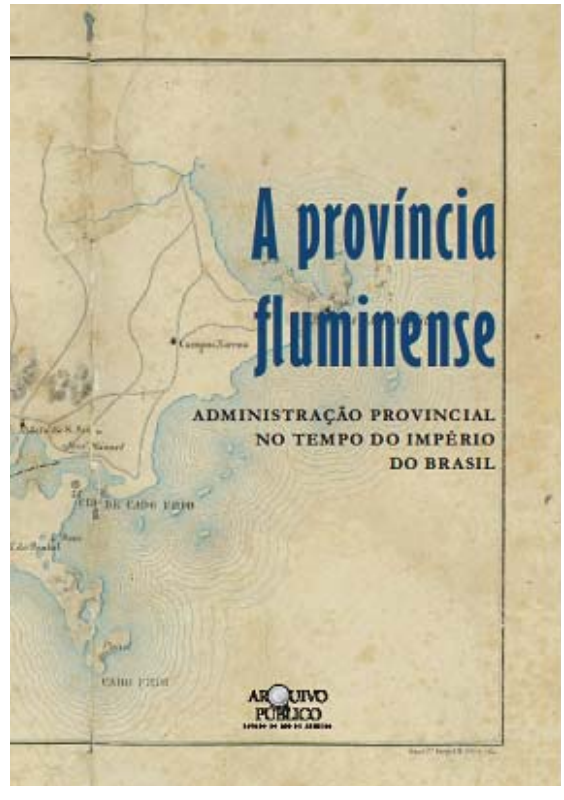
Iniciado em 2013, até o momento foram higienizados, identificados e acondicionados cerca de 3,5 metros de documentos armazenados em caixas-box e 783 códices.

PROJETO BASE DE DADOS PRESIDÊNCIA DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO

O Fundo Presidência de Província do Rio de Janeiro abrange o período de 1715 a 1889 e possui cerca de 90 metros lineares de documentos manuscritos (avulsos e códices), produzidos e acumulados por diversos órgãos administrativos da antiga província fluminense, tais como ofícios, relatórios, mapas estatísticos, autos de agravo e de protesto, processos, requerimentos, certidões e registros de escravos. Contém ainda Registros Paroquiais de Terras, Livros de Decretos e Leis, Livros de Deliberações da Presidência da Província, de Termos de Posse, de Contratos, de Finanças, de Registros de Despesas e da Dívida Pública, plantas, mapas e um álbum de fotografias de autoria de Marc Ferrez. Constitui fonte de fundamental relevância para o estudo da história política, econômica e social da Província bem como para fins probatórios.

Desenvolvido entre 2010 e 2012, o projeto teve como objetivo a migração da base de dados "Presidência de Província do Rio de Janeiro", anteriormente em formato Access, criada na década de 1990, para a base de dados ICA-AtoM, visando sua disponibilização aos pesquisadores e ao público em geral via internet.

Obras de canalização na província fluminense - Fotografia Marc Ferrez



Livro: *A Província fluminense: administração provincial no tempo do Império do Brasil*

PRODUTOS

Como produtos dos referidos projetos podemos apontar:

- *A Província fluminense: administração provincial no tempo do Império do Brasil.* José Edson Schüman Lima (organizador). Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2012. 352p. Livro contendo a história administrativa da província fluminense, publicado com apoio da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

- Base de dados ICA-AtoM, referente ao fundo Presidência de Estado do Rio de Janeiro e à Série *Controle de Registro de Estrangeiros* do Fundo Departamento Geral de Investigações Especiais (DGIE).

- Base de dados *Migrantes no Estado do Rio de Janeiro.*

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL

A BIBLIOTECA NACIONAL

A Biblioteca Nacional (BN) tem a sua origem ligada à Biblioteca Real Portuguesa e sua criação se dá no contexto da transferência da Família Real para o Brasil, em 1808. Portanto, sua história é parte integrante da história de nosso País. O acervo da Biblioteca Nacional é multidisciplinar e constituído por mais de nove milhões de itens, entre monografias, publicações seriadas, manuscritos avulsos, códices, documentação cartográfica e iconográfica (desenhos, estampas, fotografias e impressos efêmeros) e um acervo musical, abrangendo autores nacionais e estrangeiros e destacando-se como primeiro da América Latina e oitavo do mundo, segundo dados estatísticos da UNESCO.

Com a Reforma Administrativa do Estado, em 1990, e a extinção da Fundação Nacional Pró-Leitura e do Instituto Nacional do Livro, a Biblioteca Nacional foi transformada em *Fundação* de direito público, vinculada ao Ministério da Cultura, ampliando seu campo de atuação e passando a operar também nas áreas primordiais do livro, leitura e das bibliotecas. Em 2012, incorporou a Diretoria do Livro, Leitura, Literatura, também oriunda do Ministério da Cultura. Essa incorporação constituiu-se em passo para a institucionalização de uma política pública para os segmentos do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas, permitindo a integração, tanto da execução das ações voltadas para esses setores, quanto dos recursos orçamentários a eles destinados.

A instituição é a única beneficiária da Lei 10.994, de 14 de dezembro de 2004, que dispõe sobre a remessa de publicações editadas no País à Biblioteca Nacional e da Lei 12.192 de 14 de janeiro de 2010, que dispõe sobre o envio de obras musicais produzidas no Brasil para a Biblioteca Nacional. O principal objetivo de ambas as Leis é assegurar o registro e a guarda da produção intelectual nacional, além de possibilitar o controle, a elaboração e a divulgação da Bibliografia Brasileira corrente, bem como a defesa e a preservação da língua e da cultura nacionais.

Sua missão estatutária é a de preservar e prover acesso, a todo cidadão, ao seu patrimônio documental. A Biblioteca Nacional é a principal depositária da produção bibliográfica nacional. Tem ainda, entre os seus serviços, o Escritório de Direitos Autorais e a Agência Brasileira do ISBN. A instituição vem aprimorando e incrementando os serviços oferecidos ao público, quanto à busca e o acesso às informações bibliográficas e documentais e quanto à conservação preventiva de seu acervo-memória. Os usuários têm acesso ao acervo através do Centro de Referência e Difusão, responsável pela sua guarda e manutenção, sendo ainda responsável pelos serviços de assistência e orientação ao público pesquisador, quanto ao uso dos instrumentos de pesquisa.

Buscando atuar como uma biblioteca sem fronteiras, a Biblioteca Nacional, além de dispor de base de dados para acesso local ou remoto, via redes de telecomunicações, possui um serviço de atendimento à distância para suprir a demanda de informações não acessíveis em suporte digital.

Com uma média anual de 150.000 usuários, em âmbito nacional e internacional, a Biblioteca Nacional atende fundamentalmente pesquisadores acadêmicos, estudantes universitários e profissionais especializados. O atendimento ao estudante do ensino fundamental e médio é realizado na Biblioteca Euclides da Cunha, vinculada à Biblioteca Nacional e situada em prédio próximo.

Com vistas a consolidar a inserção da Fundação Biblioteca Nacional na sociedade da informação, foi lançado o Portal Institucional (www.bn.br), permitindo o acesso aos catálogos em linha. Em 2006, foi criada a Biblioteca Nacional Digital concebida de forma ampla como um ambiente onde estão integradas todas as coleções digitalizadas, colocando a Fundação Biblioteca Nacional na vanguarda das bibliotecas da América Latina e igualando-a às maiores bibliotecas do mundo no processo de digitalização de acervos e acesso às obras e aos serviços, via Internet.

A instituição também é responsável pela execução da maior parte das ações do PNLL (Plano Nacional de Livro e Leitura) nos seus quatro eixos, a saber: democratização do acesso à leitura; formação de mediadores de leitura e de ações de mediação; valorização social da leitura, com a devida apropriação desse valor pelo imaginário da população; desenvolvimento e aperfeiçoamento da cadeia criativa e produtiva do livro.

Como uma instituição de excelência, a Biblioteca Nacional estabelece, ainda, estreita relação com organismos internacionais, atuando no desempenho de funções ligadas à biblioteca, livro e leitura em seus diversos segmentos. É membro das seguintes entidades: Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina e Caribe – CERLALC; Associação de Estados Ibero-Americanos para o Desenvolvimento das Bibliotecas Nacionais dos Países de Ibero-América – ABINIA; Federação Internacional de Associações de Bibliotecas – IFLA, participando nos Comitês permanentes de três Seções, a saber: Bibliotecas Nacionais, Preservação e Conservação e América Latina e Caribe; Conferência de Diretores de Bibliotecas Nacionais – CDNL; Comissão Luso-Brasileira de Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental – COLUSO; Diretoria da Associação Foro Ibero-Americano de Responsáveis Nacionais de Bibliotecas Públicas, participando de três Comissões/Foros: Comissão de Conteúdos para web, Foro Ibero-Americano de Responsáveis Nacionais de Bibliotecas Públicas, e Foro Capacitação e Informação Permanente e Normalização e Análises estatísticas de bibliotecas públicas Ibero-Americanas. Ainda no contexto internacional, a BN desempenha um papel estratégico na divulgação do livro e da literatura brasileira no exterior, em especial no atual momento que o País vive, de grande projeção e reconhecimento.

DOCUMENTOS BIOGRÁFICOS: UM RETRATO DA VIDA COTIDIANA DO IMPÉRIO

Introdução

A coleção denominada Documentos Biográficos constituía-se, inicialmente, de um conjunto adquirido no final de século XIX, proveniente do Arquivo da Secretaria dos Negócios do Império (A Secretaria dos Negócios do Império assumiu esta denominação com o Decreto s/nº de 13/11/1823, que alterou a Secretaria de Estado dos Negócios do Império e Estrangeiros, separando os negócios estrangeiros do Império, chamados "do Reino" até o ano de 1822. Reunindo requerimentos de graças honoríficas, privilégios industriais e outros assuntos concernentes à jurisdição do Ministério do Império, foi organizado inicialmente em ordem alfabética de requerente, tendo seu arranjo refletido em um índice alfabético pelo prenome, datilografado e encadernado em 11 volumes.

Muito utilizado para pesquisa genealógica, este conjunto foi sendo "ampliado" com o passar dos anos, dentro da mesma política de tratamento técnico que separava nas coleções a correspondência dos demais documentos. A partir dessa metodologia, passou-se a separar também aqueles documentos tidos como "biográficos", ou seja, aqueles documentos pessoais, como biografias, diplomas etc., e inseri-los nesta coleção. Tal procedimento resultou – um século depois – na ocupação, pela Coleção Documentos Biográficos, de 29 arcazes do 2º andar do mezanino da Divisão de Manuscritos, perfazendo um total de 1.044 gavetas ou 180 metros lineares.

Toda essa documentação passou por um processo de revisão do tratamento técnico a partir da década de 1980, resultando na produção de inventário topográfico, índice temático, índice onomástico e digitalização, já na década de 1990, de 90.000 fichas manuscritas. Hoje, seus registros podem ser acessados no sítio *web* da Biblioteca Nacional.

A fim de garantir a completa disseminação das informações reunidas nos registros desta coleção e para melhor atender aos usuários do acervo de manuscritos da Biblioteca Nacional, foi realizado um projeto em vários módulos. Cada módulo foi trabalhado como um tema específico relativo a atividades administrativas desenvolvidas no período de abrangência da coleção [1808–1868], utilizando como ponto de partida seu índice temático.

Primeiro módulo: registro de estrangeiros

A questão dos estrangeiros é uma preocupação antiga do Estado brasileiro e já nomeou sua estrutura administrativa quando, por Decreto de 2/5/1822, a Secretaria de Estado dos Negócios do Reino incorporou a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, que tinha sido, por este mesmo decreto, desmembrada da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Em consequência da Independência e posterior aclamação de D. Pedro como imperador do Brasil, a 12/10/1822, a Secretaria de Estado dos Negócios do Reino e Estrangeiros passou a denominar-se Secretaria de Estado dos

Negócios do Império e Estrangeiros. O Decreto s/nº de 13/11/1823 separou os negócios estrangeiros dos do Império. A Declaração do governo provisório republicano, de 15/11/1889, alterou a denominação da Secretaria de Estado dos Negócios do Império para Ministério do Interior.

A função de registro de estrangeiros permeia, portanto, a documentação hoje reunida sob a denominação de **Documentos Biográficos** e o controle dessas informações constitui fonte fundamental para a compreensão da construção da nacionalidade brasileira no século XIX e os movimentos migratórios mundiais.

> *Importante destacar que o interesse pelo levantamento de fontes e pesquisa sobre a imigração e o imigrante [...] no Brasil não se restringe ao campo acadêmico, pois criam instrumentos para defesa, comprovação e resguardo de direitos dos cidadãos [...], proporcionando também subsídios para políticas públicas que contemplem os direitos de cidadania dos migrantes, assim como o reconhecimento dos signos identificatórios. (*ROCHA FILHO, Pedricto. *Portugueses no Brasil:* migrantes em dois atos. *Rio de Janeiro: Muiraquitâ, 2006. p.*

Objetivos

Recuperar documentos sobre o registro de estrangeiros no conjunto conhecido como Coleção Documentos Biográficos, proveniente da Secretaria dos Negócios do Império. Proceder à revisão da descrição dos documentos, elaborar um inventário temático, facilitando a busca e o acesso. Preencher uma segunda planilha com dados específicos da base de dados do Arquivo Nacional denominada *Entrada de Estrangeiros no Brasil – Porto do Rio de Janeiro*, para que, ao final do trabalho, seja possível alimentar também a base dessa instituição.

Etapas

1. Recuperação dos documentos na coleção: 410;

2. Revisão da descrição dos documentos;

3. Revisão da digitação;

4. Preparação do Inventário para publicação (instrumento de pesquisa histórica).

Produtos

1. Inventário dos documentos relativos a registro de estrangeiros no Arquivo da Secretaria do Império existentes na Área de Manuscritos da Biblioteca Nacional;

2. Índice onomástico de requerentes;

3. Índice temático;

4. Publicação nos *Anais da Biblioteca Nacional.*

Resultados obtidos

1. Revisão e alteração das descrições;

2. Preenchimento de 410 planilhas;

3. Preenchimento de 266 planilhas para a Base de Dados do Arquivo Nacional;

4. Preservação e acondicionamento em papel alcalino dos 410 documentos;

5. Digitação das descrições atualizadas de 69 registros.

Previsão de trabalho para 2014

1. Digitação das descrições atualizadas dos 969 registros restantes;

2. Elaboração do índice onomástico de requerentes e índice temático;

3. Preparação do Inventário para publicação.

Segundo módulo: privilégios industriais

O módulo Privilégios Industriais também faz um levantamento, dentro da mesma Coleção Documentos Biográficos, dos registros – ou licenças – concedidos pelo governo imperial às pessoas que pretendiam criar novas técnicas, invenções, projetos, etc., nas mais diversas áreas do conhecimento, para facilitar a vida do povo brasileiro durante a vigência do período colonial português e do Império.

Depositário dos requerimentos de patentes de inventos, o Ministério do Império recebeu requerimentos de "privilégios industriais" até a regulamentação deste depósito no Arquivo Nacional em 1876. Até então, recebia e arquivava requerimentos com relatórios detalhados sobre os inventos sobre os quais se requeria o privilégio de patentear acompanhados, quase sempre, de desenhos sobre os inventos em questão. Tais invenções refletiam o avanço da sociedade brasileira no caminho da industrialização e da modernização dos equipamentos destinados a agilizar a produtividade e a lucratividade das atividades de produção de bens e serviços.

Estes requerimentos podem ser encontrados no acervo conhecido como Documentos Biográficos e deve ser trazido à luz para melhor fundamentar os trabalhos de pesquisa histórica sobre a inventiva brasileira e a evolução da industrialização no país.

> *Assim, poderá verificar se um dado passado pode está constantemente no presente, a partir do momento em que for possível buscar, criteriosamente, no acervo documental da FBN as informações essenciais do nosso processo civilizatório. Certamente, muitas dessas informações nunca foram acessadas e permanecem inéditas ainda nos dias atuais, em particular as que se referem às práticas agrícolas, degradação/erosão do solo, invenções mecânicas, práticas médicas etc.*
> *(MORENO, Carmen; PRADO, Geraldo Moreira.* Guia Ilustrado de Fontes sobre a Ciência, a Técnica, as Invenções e a Industrialização na História do Brasil: *projeto. Rio de Janeiro, 2001. p. 2).*

Objetivos

Recuperar documentos sobre privilégios industriais no conjunto conhecido como Coleção Documentos Biográficos, proveniente da Secretaria dos Negócios do Império. Proceder à revisão da descrição dos documentos, a fim de elaborar um inventário temático, facilitando a busca e o acesso.

Etapas

1. Recuperação dos documentos na coleção;

2. Revisão da descrição dos documentos;

3. Revisão da digitação;

4. Preparação do Inventário para publicação (instrumento de pesquisa histórica).

Resultados obtidos

1. Revisão e alteração das descrições;

2. Preenchimento de 325 planilhas;

3. Preenchimento de 28 planilhas para a Base de Dados do Arquivo Nacional;

4. Preservação e acondicionamento em papel alcalino dos 325 documento;

5. Digitação das descrições atualizadas de 69 registros.

Produtos

1. Inventário dos documentos relativos a privilégios industriais no Arquivo da Secretaria do Império existentes na Área de Manuscritos da Biblioteca Nacional;

2. Índice onomástico de requerentes;

3. Índice temático;

4. Publicação nos *Anais da Biblioteca Nacional.*

Previsão de trabalho para 2014

1. Digitação das descrições dos 325 registros do módulo;

2. Elaboração do índice onomástico de requerentes e índice temático;

3. Preparação do Inventário para publicação.

Terceiro módulo: graças e ordens honoríficas

Com o terceiro módulo Graças e Ordens Honoríficas**,** busca-se a documentação que contenha os pedidos e concessões de graças, títulos, ordens e favores ao soberano que eram mediados pela Secretaria de Estado dos Negócios do Império. Todo o fundo proveniente desta secretaria se encontra na coleção Documentos Biográficos.

Este projeto viabilizará a completa disseminação dessas informações que se encontram reunidas nessa coleção e, consequentemente, a elaboração de instrumentos de pesquisa – base de dados *on-line* e impresso – que facilitará a busca dos usuários do acervo de manuscritos da Biblioteca Nacional.

Depositária de documentos relativos ao cotidiano administrativo do Império no Brasil, a Coleção Documentos Biográficos é fonte preciosa de documentos ligados ao campo das práticas sociais.

> *Os assuntos relativos a graças e ordens honoríficas [...], por exemplo, guardam a rotina das práticas interativas entre a Corte e o Estado, a permanente barganha por distinções honoríficas, como títulos de nobreza e lugares nas ordens militares e religiosas, por funções e empregos públicos [...] e lugares na máquina administrativa ou por tipo de vantagens (como as cartas de sesmarias), franquias, privilégios, liberdades e isenções. O Tribunal do Desembargo do Paço emitia as devidas Provisões das Ordens de Cristo, S. Bento de Aviz e S. Tiago de Espada [...].*
> (MALERBA, Jurandir. Jóias da Casa Real. *O Arquivo Nacional e a História Luso-Brasileira – Casa Real – Comentário http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br. Acesso em: 12 abr. 2014)*

Os pedidos e concessões de graças, títulos, ordens e favores ao soberano eram mediados pela Secretaria de Estado dos Negócios do Império, principal órgão administrativo estabelecido.

Objetivos

Recuperar documentos sobre graças e ordens honoríficas no conjunto conhecido como Coleção Documentos Biográficos, proveniente da Secretaria dos Negócios do Império. Proceder à revisão da descrição dos documentos, a fim de elaborar um inventário temático, facilitando a busca e o acesso.

Etapas

1. Recuperação dos documentos na coleção;

2. Revisão da descrição dos documentos;

3. Revisão da digitação;

4. Preparação do Inventário para publicação (instrumento de pesquisa histórica).

Produtos

1. Inventário dos documentos relativos a graças e ordens honoríficas no Arquivo da Secretaria do Império existentes na Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional.;

2. Índice onomástico dos que foram agraciados;

3. Índice temático;

4. Publicação nos *Anais da Biblioteca Nacional.*

Resultados obtidos

1. Foram identificadas as seguintes ordens: Ordem da Rosa: 2.290 documentos. Ordem de São Tiago da Espada: 115 documentos. Ordem do Cruzeiro: 323 documentos. Total de 2.728 documentos identificados;

2. Levantamento, a revisão e o acondicionamento das Ordens da Rosa e de São Tiago da Espada foram concluídos;

3. Apresentação do trabalho Documentos biográficos: um retrato da vida cotidiana do Império – Módulo Graças e Ordens Honoríficas na 8ª Semana de História Política da UERJ (Maracanã), feita pela bolsista Júlia Gorges, no dia 14/11/2013.

Previsão de trabalho para 2014

1. Digitação das descrições atualizadas das ordens da Rosa e de São Tiago da Espada;

2. Revisão e acondicionamento da Ordem do Cruzeiro;

3. Elaboração do índice onomástico de requerentes e índice temático;

4. Preparação do Inventário para publicação.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

O IHGB NO PROJETO COLUSO

Introdução

Nos 175 anos completados pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 2013, a instituição permanece cumprindo seu papel social de *Casa da Memória Nacional*, custodiando documentos pertinentes para a história do Brasil – e do mundo–, e preservando o patrimônio brasileiro. O convênio com o COLUSO/CONARQ/UERJ-IHGB para a execução do Projeto COLUSO colabora, significantemente, para a pesquisa histórica e o trabalho arquivístico da instituição, pois ao promovermos o levantamento de fontes, trazemos fontes pertinentes ao alcance das mãos e do intelecto do pesquisador.

A formação do acervo documental do IHGB ocorreu desde sua fundação, pois os intelectuais eram responsáveis pela cópia, compra e doação de documentos encontrados em todo o mundo, mas considerados fundamentais para a construção da nação brasileira. O acervo, cuja dimensão é de 150 metros, aproximadamente, reúne uma substancial documentação – de originais e cópias – sobre os assuntos mais diversos e pertinentes.

A organização arquivística adotada pela instituição foi a criação de fundos artificiais como Coleção IHGB, acumulada por documentos doados e comprados ao longo de sua trajetória, e Arquivos Particulares, cuja natureza são os acervos privados de grandes personalidades brasileiras, como José Bonifácio, Visconde do Uruguai, visconde de Ourém, Barão de Cotegipe, Emílio Garrastazu Médici e outros, doados ao Instituto por seus familiares ou pelos próprios.

Ao longo de todo o Projeto COLUSO, o trabalho nunca foi monótono, pois o cotidiano é marcado por descobertas de novas "preciosidades" no acervo que corrobora sua relevância para o Brasil. Trabalhar com esse acervo aponta não somente para nossa história, mas demonstra como o Brasil estava envolvido nas relações internacionais, principalmente no tangente ao Império Lusitano, ao comércio de escravos e nas guerras regionais americanas.

O levantamento de fontes documentais do período colonial é significante para a compreensão do cotidiano do Império Ultramarino Português, principalmente as relações política, econômica, social e cultural entre Brasil e Portugal. Mas não para por ai. Os levantamentos sobre África e escravidão ampliam nossos horizontes para compreender as relações políticas estabelecidas devido ao complexo comércio de escravos, auxiliador na criação das alianças entre os continentes americano, europeu e africano.

No tangente a Brasil e Portugal, os arquivos particulares do Instituto fornecem importantes subsídios acerca da relação política entre a o Império do Brasil e sua antiga metrópole, ao longo do XIX. Ao trabalharmos com o Arquivo Particular do Visconde do Uruguai, diplomata brasileiro responsável pela formulação da política externa do Império, e o do Visconde de Ourém, diplomata brasileiro, chefe da Legação Brasileira em Londres, percebemos estes acervos como fundamentais para compreender a relação do Brasil com o mundo, principalmente com seus vizinhos latino-americanos e a Europa.

Em 2014, a eclosão da Guerra do Paraguai (1864-1870) completa 150 anos. No entanto, permanece como um objeto histórico complexo e repleto de lacunas. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro custodia a *Coleção Documentos Navais*, acervo doado pelo Almirante Alexandrino, que é composta pela documentação da Marinha do Brasil durante o século XIX, na qual a maior parte é constituída por documentos referentes ao conflito. As estratégias de defesa e de combate, a administração e logística do contingente militar e relatos das batalhas compõem a coleção e evidencia sua relevância. Acreditamos que trabalhar essa documentação e disponibilizá-la para o pesquisador é fundamental para trazermos novas peças para preencher esse quebra-cabeças.

Metodologia

O projeto no Instituto dispõe de cinco bolsas de estágio interno, do Cetreina, para os alunos do Curso de História da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). O objetivo é a produção de índices sumários. A metodologia do trabalho é a leitura do documento e a produção de verbetes, obedecendo às normas do CONARQ. O estágio proporciona ao estudante o manuseio de fontes primárias, o aprendizado de noções arquivísticas e de instrumentos de pesquisa, através do domínio de obras de referência e bibliografia técnica e histórica utilizadas.

A participação dos estagiários é excelente. Além da produção satisfatória, alguns descobriram seu objeto de pesquisa na própria instituição. Ao produzirem artigos, monografias, dissertações e teses com esses documentos, enriquecem o acervo da instituição que, por sua vez, é divulgada no meio acadêmico. O estágio também proporciona experiências em novas áreas, demonstrando que a História vai além da sala de aula. Alguns se identificaram com a profissão de arquivista, buscando sua segunda formação na área. Alguns passaram a se dedicar à área de pesquisa, arquivo e patrimônio.

Produção

Arquivos Privados

O Arquivo do IHGB tem mais de uma centena de arquivos privados, sendo que alguns de presidentes da República. Desde o Império, este material vem sendo disponibilizado ao público. Agora, o IHGB resolveu acelerar o acesso a este conjunto arquivístico e estamos resgatando as informações contidas neste material dos quais apresentamos:

Arquivo do Conde das Galveias

D. João de Almeida de Melo e Castro nasceu em Lisboa, em 23 de janeiro de 1756, morreu no Rio de Janeiro a 18 de janeiro de 1814. Filho segundo de D. Antonio Beja e Noronha e de sua mulher D. Violante Joaquina de Melo e Castro. Casou-se com D. Isabel José de Meneses 5ª filha do 1º Conde de Cavaleiros.

D. João de Almeida foi ministro de Portugal em Londres, Haia e Roma, e embaixador na Áustria. Estava em Londres quando, em 1792, iniciaram as conflagrações entre França e o resto da Europa, que mais tarde influíram sobre o destino de Portugal.

Em 1801, exerceu funções de ministro dos Negócios Estrangeiros, mas deixou o cargo em 1803, devido às exigências de Lannes, apoiadas por Napoleão Bonaparte, que obrigou o Príncipe Regente a demiti-lo.

O Conde das Galveias acompanhou a Família Real para o Rio de Janeiro em 1808, assumiu o Ministério da Guerra e dos Negócios Estrangeiros e, interinamente, o Ministério da Marinha e do Ultramar. Também oficial-mor da Casa Real, Couteiro–mor da Real Tapada de Vila Viçosa e mais a Coutada da Casa de Bragança, conselheiro de Estado, membro da Fazenda, presidente da Junta da Fazenda dos Arsenais do Exército, membro da Grã-Cruz das Ordens.

O acervo é formado por sete cadernos de borrador de correspondência ativa, na sua maioria, e passiva, além de correspondência de caráter diplomático e pessoal de um grande grupo de documentos oficiais avulsos, ainda não todo controlado. A documentação que se manteve sem arranjo, desde 1845, primeira referência a ele que encontramos, teve seus borradores transcritos devido à fragilidade dos papéis. A transcrição só foi possível por termos contado com financiamento da FAPERJ.

O inventário sumário do acervo esta pronto para ser inserido no site do IHGB.

Arquivo Visconde do Uruguai

Paulino José Soares de Souza, filho de José Antônio Soares de Souza e Antoniete Gabriele Madeleine Gilbert [Soares de Souza], nasceu em Paris a 4 de outubro de 1807 e faleceu no Rio de Janeiro a 15 de julho de 1866. Casou-se com Ana Alvares de Macedo e Azevedo, com geração.

O Visconde do Uruguai foi político e diplomata do Império do Brasil, foi deputado, senador e conselheiro de Estado. Com José Rodrigues Torres e Euzébio de Queirós, formou a Trindade Saquarema, grupo fundamental para a consolidação do Estado Imperial, a partir da década de 1830. No caso de Paulino Soares de Souza, sua principal atuação foi a construção da política externa brasileira para a bacia do Prata, baseada na intervenção política e militar para solidificar os interesses brasileiros na região. Sua gestão no Ministério dos Negócios Exteriores foi fundamental para as negociações de demarcação de limites entre o Brasil e outras nações. Foi nomeado Ministro Plenipotenciário de Sua Majestade, na França, para resolver problemas do Oiapoque e limites com a Guiana Francesa. As relações com o Prata também estão presentes no acervo chegando à Guerra do Paraguai, que recrudescia problemas existentes relativos à defesa das fronteiras da região desde a Bolívia até o Uruguai.

Doada por seu neto Paulino José Soares de Souza Neto, o acervo é composto por documentos familiares, pessoais e administrativos, acumulados por quatro gerações, seus pais, filho e neto, no correr de suas vidas profissionais. São 1.112 documentos, sendo a maioria procedentes do acervo particular do Visconde de Uruguai. Destacamos a vasta correspondência na qual demonstra o poder de influência exercido pelo visconde e além dos inúmeros bilhetes do Imperador D. Pedro II, encontramos Napoleão III, John Pascoe Grenfell, Solano López, Augusto Leverger, Visconde do Rio Branco e Barão de Cotegipe abordando assuntos nacionais e internacionais, como: negociações com a Inglaterra sobre a abolição do tráfico de escravos; Questão Christie; Guerra do Paraguai. Enfim, é o retrato do Brasil político no século XIX.

Arquivo particular Viscondessa de Cavalcanti

Dicionário Biográfico Brasileiro

Amélia Machado de Coelho e Castro nasceu no Rio de Janeiro, em 7 de novem-

bro de 1852 e morreu também no Rio de Janeiro a 21 de fevereiro de 1946. Filha do Doutor Constantino Machado Coelho de Castro e de Dona Mariana Barbosa de Assis Machado, foi a sexta mulher a ingressar no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e considerada uma das mais notáveis damas da corte durante o segundo reinado.

Amélia se casou com o Senador Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque (1829-1899), Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Olinda. Diogo Velho foi deputado provincial, senador do Império pelo Rio Grande do Norte e ministro de Estado. Pelos serviços prestados ao Império, D. Pedro II lhe concedeu, em 30 de maio de 1888, o título de "Visconde com honras de grandeza". Os Viscondes de Cavalcanti, Diogo e Amélia, foram co-proprietários do engenho Baixa Verde.

Ao se iniciar o projeto *Comissão Luso-Brasileira para Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental* (COLUSO), com base no acervo arquivístico do século XIX, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que objetiva organizar e disponibilizar, na íntegra, à comunidade científica, material sob sua guarda, nos deparamos com a presença de um *Dicionário Biográfico Brasileiro*, material inédito, visto que nunca foi publicado, produzido pela Viscondessa de Cavalcanti, entre os anos de 1880 e 1916.

O dicionário difere do que tinha sido feito até aquele momento, pois ela se preocupou, principalmente, com pessoas comuns que fizeram este País; a grande maioria dos elencados são personagens do Brasil Império e da Primeira República, mas os séculos antecedentes não foram negligenciados, apesar de sabermos as dificuldades de pesquisa, na época, dada a abordagem escolhida. Não só intelectuais integram o elenco. Há presença de mulheres, escravos, estrangeiros, viajantes, índios. A autora buscava tirar do anonimato aqueles que passaram despercebidos aos olhos da maioria e não foram lembrados por Sacramento Blake[1], que trabalhou só com os produtores intelectuais e calcado no modelo da obra do Innocêncio[2], nem tampouco se assemelha à *Enciclopédia Jackson*[3], o dicionário comemorativo do 4º Centenário do Descobrimento do Brasil.

A Viscondessa de Cavalcanti, sem ignorar políticos e intelectuais que tiveram peso na formação do País, privilegia o pequeno indivíduo que defendeu seu território, seus registros, seus companheiros, minorias, cangaços, mulheres estadistas, crianças responsáveis por proles órfãs; enfim, visava divulgar outro perfil da população deste País.

A publicação dessa obra é de suma importância, pois subsidiará pesquisas sobre a história do Rio de Janeiro, em particular, e do Brasil, em geral, o que demonstra o efeito multiplicador do projeto; poderá contribuir com os estudos sobre uma cultura dicionarista, tendo em vista a elaboração de demais dicionários, tais como os elaborados por Sacramento Blacke, e Francisco da Silva Innocêncio, ou a *Enciclopédia e*

1 BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1883

2 INNOCÊNCIO, Francisco da Silva. *Dicionário Bibliográfico Português*. Aplicável a Portugal e ao Brasil. Lisboa: Imprensa Nacional, 1888.

3 *Enciclopédia e Dicionário Internacional*, organizado e redigido com a colaboração de distintos homens de ciência e de letras brasileiros e portugueses. Rio de Janeiro/Nova York: W. M. Jackson, Inc. Editor, s/d. Direitos reservados a C. H. Simonds Company, Impressor, E.U.A.N.

o Dicionário Internacional, dentre outros; auxiliará os estudos sobre redes relacionais e intelectuais da virada do século XIX para o XX, tendo em vista a correspondência da Viscondessa com diversos intelectuais da virada do século.

Composto por 1.573 verbetes acondicionados em envelopes, juntamente com o material que serviu de base para a elaboração dos verbetes, o dicionário está todo digitalizado e em ponto de ser digitado para próxima edição.

Arquivo Visconde de Ourém

José Carlos de Almeida Arêas nasceu no Rio de Janeiro, em 21 de setembro de 1825 e faleceu na França, em 29 de julho de 1892. Bacharel em Direito pela Faculdade de São Paulo, foi um importante político e diplomata brasileiro. Exerceu cargos de Inspetor-Geral de Instrução Pública, Ministro e Presidente do Tesouro do Império e Ministro Plenipotenciário em Londres. Foi elevado a Barão de Ourém em julho de 1872 e a Visconde de Ourém, em julho de 1889.

A atuação na política doméstica e internacional do Império do Brasil retifica a potencialidade do seu arquivo particular para a compreensão da política brasileira e suas relações exteriores. Além disso, sua produção literária e científica sobre a legislação brasileira nos permite desbravar o pensamento da elite brasileira no século XIX.

O acervo composto por 2.471 documentos, aproximadamente, dividido em 28 latas, apresenta apontamentos pessoais e biográficos, correspondência ativa e passiva, cartas imperiais, regulamentos, pareceres e material iconográfico. Atualmente, foram trabalhadas 18 latas, totalizando 700 verbetes.

Coleção José Carlos Macedo Soares

José Carlos Macedo Soares nasceu em São Paulo, em 6 de outubro 1883 e faleceu em São Paulo, em 29 de janeiro de 1968. Formado em Direito pela USP (1905), foi político e diplomata brasileiro. Foi Ministro da Justiça e Negócios Interiores no governo de Getúlio Vargas e interino na gestão de Juscelino Kubitschek e Ministro das Relações Exteriores de Nereu Gomes. Na diplomacia, foi embaixador do Brasil no Vaticano. Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

O arquivo particular de Macedo Soares é composto por cópias de documentos sobre a Igreja Católica no Brasil, levantados pelo Embaixador nos arquivos do Vaticano, da Europa e do Brasil. O acervo fornece subsídios para a compreensão sobre a situação religiosa no Brasil desde o período colonial até o republicano. A pertinência do acervo retifica a necessidade de disponibilizar essas fontes para a análise da religião no Brasil e das relações entre o Brasil e os demais países católicos. Uma característica importante do acervo é a presença de bulas apostólicas relativas ao Brasil, desde o Tratado de Tordesilhas. Ainda não fizemos os confrontos com a relação canônica oficial, mas acreditamos que tenhamos quase todas até 1960.

Devido à sua extensão, a metodologia adotada foi o corte temporal sobre a documentação, privilegiando inicialmente a documentação do período colonial, do qual foi feito o inventário analítico, mas o restante da documentação tem um inventario sumário, ainda não disponível.

Arquivo Pedro Calmon

O inventário sumário realizado sobre o arquivo pessoal do Professor Pedro Calmon

Moniz de Bittencourt, por doação familiar, custodiado pelo IHGB, é composto por cerca de 1.800 documentos guardados em 47 latas. O arranjo dos conjuntos documentais preserva manuscritos e cópias de seus trabalhos, impressos, livros, correspondência oficial e pessoal, ativa e passiva, fotografias (que não foram objeto de análise), recortes de jornais e revistas e relevante documentação administrativa relativa à sua atuação em cargos públicos e privados, tais como: Ministro da Educação, Reitor da UFRJ, Presidente do IHGB.

As peças da Coleção Pedro Calmon, a serem divulgadas à comunidade científica, em sítio institucional, oferecem suporte para estudo de sua produção acadêmica e subsídios para análise de sua trajetória política, bem como elementos de pesquisa para a história-memória da Faculdade de Direito da UFRJ e da UNE, ampliando perspectivas de releituras de relevante período da História do Brasil. Para exemplificar a relevância do acervo, podemos citar: o Parecer do Ministro da Guerra sobre a ruptura de relações do Brasil com os países do Eixo, apresentado na reunião coletiva do Ministério, em 27 de janeiro de 1942. (oito páginas).

Arquivo Delgado de Carvalho

O trabalho organizado sobre o arquivo particular do intelectual Carlos Miguel Delgado de Carvalho, por doação familiar, custodiado pelo IHGB, organizou um acervo de aproximadamente 1.239 documentos, arranjados em 19 latas. Os conjuntos de fontes documentais, compostos por manuscritos originais de textos e desenhos, cópias datilografadas, impressos, fotografias, mapas e recortes de jornais e revistas, foram arranjados enquanto instrumentos de pesquisa nos campos da Geografia Física e Humana, da História do Brasil, das Relações Internacionais, da História da Educação e da Sociologia Geral e Educacional assim como as estruturas do Curso Rio Branco, do Itamaraty.

O arquivo pessoal preserva, além de documentação legal, seus cadernos de apontamentos de aulas, planejamento de cursos, conferências, trabalhos e dissertações de seus alunos, impressos, originais e cópias de revisão de seus livros, recortes de jornais e revistas, correspondência ativa e passiva, oficial e familiar e mapas. O acervo arquivístico a ser disponibilizado em sítio institucional oferece aos pesquisadores nacionais e internacionais novas opções de objetos de análise na linha de pesquisa da "geohistória", conceito criado pelo próprio professor-autor. A relevância do acervo do geógrafo e historiador pode ser exemplificada: manuscritos e cópias datilografadas do Curso de História Diplomática, 33 docs.

Arquivo Emílio Garrastazu Médici

Emílio Garrastazu Médici nasceu em Bagé, em 4 de dezembro de 1905 e morreu no Rio de Janeiro em 9 de outubro de 1985. Militar de carreira no Exército Brasileiro, assumiu o Governo brasileiro, de 30 de outubro de 1969 até 15 de março de 1974. Foi o 6º presidente durante o Regime Militar (1964–1985). Em sua gestão, o Ato Institucional nº 5 (AI–5), responsável por centralizar ainda mais o poder nas mãos do executivo, suspendeu direitos civis, como o direito ao *Habeas Corpus*, e foi consolidado; a repressão política e a censura à imprensa foram intensificadas e os aparatos repressivos dos centros de informação do Exército foram ampliados com o comando das operações transferido para o Comando de Defesa Interna (CODI).

Ao mesmo tempo, houve um desenvolvimento da economia, durante o processo denominado "milagre econômico".

O acervo é composto por uma vasta documentação pessoal e oficial – correspondência ativa e passiva, relatórios, dossiês, artigos e material iconográfico – sobre sua gestão no poder, apresentando assuntos pertinentes para nossa história, como as relações de poder, domésticas e internacionais do período e a repressão política, ao longo do regime militar. O trabalho foi baseado na produção de índice analítico da documentação. Atualmente, encontra-se em revisão para ser disponibilizado no sítio da instituição.

Levantamento de Fontes do Período Colonial

A documentação Colonial existentes na Coleção IHGB tem em torno de 20 mil documentos, o que gerou um instrumento de busca muito grande. Foram avaliadas as condições físicas dos documentos. Na sua maioria, as condições são de razoáveis para boas. Havendo alguns casos que são críticos, que precisam de urgente atenção.

A metodologia adotada para facilitar a elaboração de verbetes foi: quando os conjuntos encadernados eram referentes a um só assunto, um processo ou um livro de assentamento de correspondência de alguma repartição, foi feito um só verbete, muitas vezes extenso, mas contendo os assuntos abordados para facilitar o acesso e, quando a encadernação era artificial, ou seja, elaborada no IHGB, no final do século XIX, início do XX, o inventário foi feito peça a peça, assim como os documentos avulsos.

O levantamento da documentação relativa à Colônia está em processo de revisão para a produção de índices onomásticos, toponímicos e de assunto, mas o inventário analítico está pronto.

Deste conjunto, foi elaborado o inventário documental do Período Joanino, composto de 4.003 verbetes, inventário pronto precisando de revisão.

Coleção Documentos Navais: Escravidão, Revoltas Regenciais e Guerra do Paraguai

A *Coleção Documentos Navais* é constituída por um conjunto documental sobre a atuação da Marinha do Brasil no século XIX, doado ao IHGB pelo Serviço de Documentação da Marinha, ao longo do século XX. O acervo é composto por aproximadamente 25.000 documentos, divididos por 110 latas.

Devido à sua extensão, optamos pela divisão de segmentos sob o critério de assuntos. Inicialmente, trabalhamos toda documentação acerca de tráfico e escravidão. A Armada Imperial foi o principal braço armado do Estado Brasileiro. Responsável por guarnecer o mar, participou diretamente do comércio de escravos ora protegendo o comércio e usufruindo da força negra para formar seu contingente militar, principalmente, durante a Guerra do Paraguai (1864-1870), ora concedendo alforria, proibindo e lutando para combater o tráfico ilícito. Portanto, o acervo contribui, significantemente, para a compreensão da escravidão.

Foram produzidos 1.601 verbetes que se encontram em estágio final devido à elaboração dos índices onomástico, toponímico e de assuntos para o lançamento do *Homens, Mares e Terras* (2º volume) no volume especial da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (RIHGB), através de financiamento da FAPERJ.

Finalizado a documentação sobre escravidão, optamos trabalhar com a documentação sobre Guerra do Paraguai. A coleção, em sua maioria, apresenta documentos sobre atuação da Marinha Imperial no conflito, constando narrativas de batalhas, estratégias militares de defesa e ataque e a documentação administrativa e logística que apontam para a organização da instituição no teatro de operações. Atualmente, o trabalho permanece em desenvolvimento cuja produção atual é de cerca de 500 verbetes.

A relevância histórica das revoltas regenciais, como a Cabanagem (1835-1840), Revolta dos Malês (1835), Sabinada (1837), Farroupilha (1835–1845) e a Guerra do Paraguai (1864-1870) justificam a escolha temática, pois essa documentação fornece subsídios para a compreensão acerca das problemáticas políticas, sociais e econômicas do período, o arranjo político do Brasil e a estratégia de defesa brasileira, por exemplo. Até a presente data, foram produzidos 250 verbetes sobre as revoltas regenciais, principalmente sobre a Cabanagem.

A Guerra dos Farrapos recebeu destaque no projeto. O inventário foi produzido sobre a documentação inserida na coleção IHGB e Arquivos e Coleções Particulares (ACP'S) acerca do movimento político e militar Farroupilha, totalizando 960 verbetes. O índice analítico da Revolução Farroupilha dentro da Coleção Documentos Navais totalizou 743 verbetes. Os índices estão concluídos e será disponibilizado no sítio da instituição.

Noticias da Bahia

Podemos também citar as *Notícias da Bahia* de autor anônimo[4] composta por crônicas baianas sobre o cotidiano, acontecimentos, nascimentos, mortes, eclipses, a Revolução dos Alfaiates, a estada de D. João na Bahia e a sociedade baiana até o ano de 1812. Sabemos que eram quatro volumes, por este ser o último e conter o índice geral da obra que finda em 1812, A obra esta transcrita, esperando publicação.

PADAB – Projeto Acervo Digital Angola – Brasil

O levantamento de fontes documentais no IHGB pelo projeto COLUSO permitiu o aumento do interesse pela história da África, o tráfico de escravos e a escravidão. A publicação do 1º *Guia de Fontes Homens Mares e Terras* composto pela documentação acerca desta temática no IHGB, aumentou o interesse de outras instituições sobre nosso acervo. O resultado foi a formação do Projeto PADAB, sob coordenação das Professoras Mariza Soares e Regina Wanderley, que gerou um convênio entre o Arquivo Histórico de Angola, o IHGB e a UFF, com financiamento do CNPQ. Foram digitalizados 108 códices, desde o século XVI até 1915.

A metodologia de trabalho está baseada na produção de verbetes dos documentos digitalizados no Arquivo de Angola, compostos por 108 códices. Atualmente, estamos finalizando a produção de verbetes e revisando para a produção dos índices.

O índice sumário dos códices até 1808, constante de 51volumes, está pronto e em breve no site do IHGB.

Estes são os últimos trabalhos elaborados pelo projeto COLUSO no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

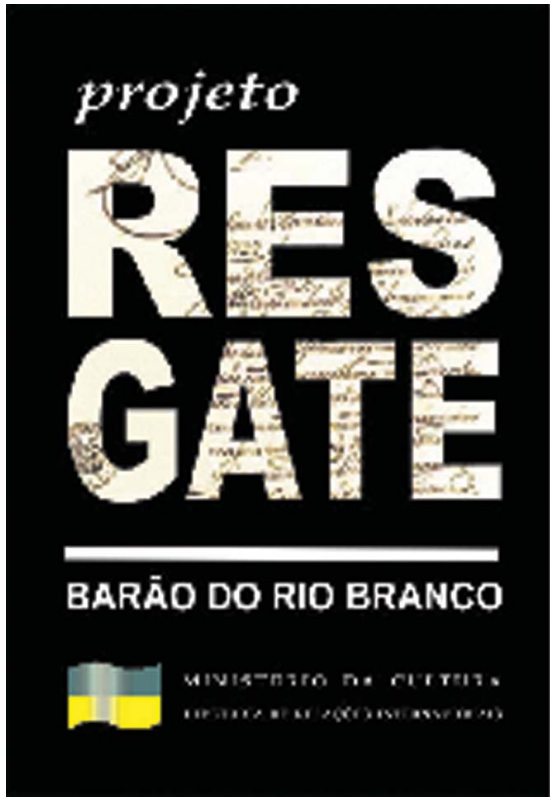
4 Possivelmente um padre, tendo em vista citar que rezou uma missa.

PROJETO RESGATE BARÃO DO RIO BRANCO E PROJECTO REENCONTRO

PROJETO RESGATE "BARÃO DO RIO BRANCO"

Logomarca e Folder do Projeto Resgate – Brasil e Portugal aquiesceram em realizar o Ano de Portugal no Brasil e o Ano do Brasil em Portugal, no período de 7 de setembro de 2012 a 10 de junho de 2013, em prol da promoção e da atualização de vínculos entre as duas nações através de projetos e eventos que envolveriam instituições e entidades culturais, educativas, tecnológicas, científicas e econômicas de ambos os países. O **Projeto Resgate de documentação histórica existente no exterior referente ao Brasil "Barão do Rio Branco"**, em seu 30º aniversário do lançamento da pedra fundamental, aproveitando ocasião de evidência oportuna e tendo por base assegurar o conhecimento, a necessidade de pesquisa, participação, inovação e divulgação das artes, da cultura, da ciência, entre outros, o que se enquadrou na Resolução do Conselho de Ministros nº 7/2012 que quis afiançar o *Ano de Portugal no Brasil e Brasil em Portugal com a elaboração e execução de um plano de informação e comunicação global e de amplo espectro,..., estabelecendo ou promovendo, para o efeito, parcerias com meios de comunicação de massas do Brasil... com a ...elaboração e execução de um plano de informação e comunicação global ...* , toma para si todos estes pontos e l**ança no ano de 2012 material de profusão comunicativa próprio** fundindo e gerando uma ação de cooperação sócio-educativa-cultural e participando na divulgação dos países em tão importante e particular efeméride.

O Projeto Resgate – O *Projeto Resgate de documentação histórica manuscrita existente no exterior referente ao Brasil "Barão do Rio Branco"* foi instituído e fundamentou seus princípios na Resolução 4212/1974 da UNESCO[1] e é parte integrante do Projeto Memória Brasil da UNESCO. Essa Resolução induz os países a recuperarem a sua história em sua época de colônia em outras nações e, estas, a abrirem as portas de suas instituições e fornecerem todo e qualquer dado referente a estes países. O Projeto Resgate também tem como função: tratar, armazenar e difundir a documentação e as publicações inventariadas, com isto fomentando o conhecimento e a compreensão mútua das nações.



Logomarca Projeto Resgate

1Esta Resolução criou o Projeto Guia de Fontes para a História das Nações e seu texto foi publicado em 1975 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura/UNESCO, impresso em Paris pela Imprimerie de las Presses Universitaires de France. Teve várias edições: edição espanhola: ISBN 92-3-301277-8; edição árabe: ISBN 92-3-601277-9; edição francesa: ISBN 92-3-201277-4; edição inglesa: ISBN 92-3-101277-0; edição russa: ISBN 92-3-401277-l.

O Projeto Resgate está firmado na Diretoria de Relações Internacionais do Ministério da Cultura do Brasil, sob a atual direção do Ministro Conselheiro Antonio Alves Jr., tem como coordenador-geral *(in memoriam)* o Embaixador Wladimir Murtinho desde os seus primórdios, teve de 1990 a 2011 a coordenadora-técnica Drª. Esther Bertolletti e, desde julho de 2011, tem como coordenadora-geral a Profª. Drª. Katia Jane de Souza Machado, Pesquisadora da Biblioteca Nacional do Brasil/FBN. A Fundação Biblioteca Nacional é o órgão depositário oficial de toda a produção científica do Projeto Resgate, que está na Divisão de Manuscritos da Coordenadoria de Acervo Especial/CRD e da Coordenadoria de Microrreprodução/CPT, e conta com o apoio do Ministério de Relações Exteriores/BR e das embaixadas do Brasil nos nove países conveniados onde atua.

Contudo, foi no ano de l983 que se celebrou o início e o alicerce do que hoje é o Projeto Resgate "Barão do Rio Branco" pelo Embaixador Wladimir Murtinho, no então MEC (Ministério de Educação e Cultura do Brasil), que, para dar o pontapé inicial ao Projeto Resgate, usou como base o livro *A Pesquisa Histórica no Brasil,* de 1952, de seu supervisor José Honório Rodrigues, e contou com as pesquisas históricas dos fundadores-diplomatas e historiadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro/IHGB (1838), incluindo as do Barão do Rio Branco, pois estes já queriam evoluir no saber cultural e eram conscientes da desinformação histórica que existia no País e no mundo e se empenharam a distribuírem-se e pesquisarem em outras nações, copilando e transcrevendo de punho próprio a documentação manuscrita encontrada em órgãos e instituições dos governos, suprimindo do imaginário humano os dados fictícios sobre o que passou e o que foi feito na época colonial e imperial do Brasil, com base em tratados, cartas, ofícios, diários de bordo entre outros, publicando, então, alguns trabalhos. A eles também se acresceu a experiência do, agora saudoso, Almirante Max Justo Guedes, que muito deu a compreender, com seus comentários, os planos, as cartas e os mapas manuscritos encontrados pela equipe de pesquisadores do Projeto Resgate.

Sendo assim, o Projeto Resgate, seguindo os parâmetros da Resolução da UNESCO, iniciou sistematicamente no ano de 1992, ano de celebração dos 500 anos do Brasil, a microfilmagem de documentos manuscritos em Portugal, onde se firmou o primeiro protocolo e depois, abarcando de modo mais completo as informações históricas, foram incluídos países como a Espanha, a França e a Holanda e, no decorrer do tempo, o número de países conveniados passou a nove, pois se tratava de países que direta ou indiretamente tiveram suas trajetórias entrelaçadas, são eles, os já citados, PORTUGAL, HOLANDA, ESPANHA, FRANÇA e mais a INGLATERRA, BÉLGICA, ITÁLIA, ÁUSTRIA e ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA.

GUIAS DE FONTES DO PROJETO RESGATE "BARÃO DO RIO BRANCO" PAÍSES, CIDADES E INSTITUIÇÕES CULTURAIS PESQUISADOS		
PAÍSES/GUIAS	**CIDADES**	**INSTITUIÇÕES**
HOLANDA	7	7
FRANÇA	21	36
ESPANHA	14	38
IRLANDA E GRÃ-BRETANHA	39	69
ESTADOS UNIDOS	17	40
ITÁLIA	18	41
BÉLGICA	6	14
ÁUSTRIA	6	18
TOTAL	**128**	**263**

A Pesquisa e a Produção Científica

O Projeto Resgate "Barão do Rio Branco", pensando a pesquisa como ferramenta desbravadora de nossa historiografia, objetiva a memória histórica, a democratização informacional e a amostragem da evolução de um diálogo de uma história no tempo entre as nações. O Projeto Resgate vem pesquisando a história do Brasil através de documentação manuscrita no exterior e já passou em seu caminhar, nos nove países conveniados, por 137 cidades 292 instituições entre América e Europa.

Sempre contou com parcerias como, por exemplo, a do Ministério de Relações Exteriores, Ministério da Ciência e Tecnologia (CNPq), Ministério da Justiça, Arquivo Nacional do Brasil, Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e da Comissão Luso-Brasileira de Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental, que aprovou o Plano Luso-Brasileiro de Microfilmagem facilitando o desenvolvimento do Projeto Resgate nos arquivos portugueses, principalmente no Arquivo Histórico Ultramarino, onde inicialmente se concentrou a pesquisa do Projeto Resgate, pois neste Arquivo estava reunida toda a documentação relativa às antigas colônias – capitanias brasileiras que significam 80% do acervo do Projeto Resgate de hoje.

As pesquisas efetuadas foram sobre as relações entre os países desses continentes a partir do século XVI até meados do século XIX, o que nos permite ultrapassar a questão do colonialismo e analisar o Atlântico e o rumo que tomaram estas relações em suas diversas perspectivas, observando-se nos manuscritos os documentos, a cartografia e a iconografia nas questões dos limites, de defesa do litoral, dos viajantes, militar, aldeias indígenas e sesmarias, colonização, arquitetura religiosa, construção naval, cultura, educação e outras relações que iniciaram e deram base a nossa história e que podem ser vistas e estudadas democraticamente através de Guias de Fontes, de Catálogos, de uma diversidade de microfilmes chegando a cerca de quatro milhões de páginas, dos CD-ROM e de material em suporte online, produção científica do Projeto Resgate, o que difunde e globaliza a cultura his-

toriográfica brasileira, dando ênfase a arte de recuperar a história. Tudo isso contou com o apoio institucional de mais de 130 instituições e de cerca de 250 pesquisadores entre brasileiros e estrangeiros.

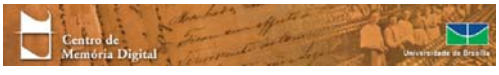
As pesquisas foram iniciadas, concentradamente, no Arquivo Histórico Ultramarino na cidade de Lisboa-Portugal, revendo o material oferecido pelos antigos copistas do IHGB e atualizando os primeiros inventários feitos no início do século XX por Alfredo Mendes Gouveia, Eduardo Castro e Almeida e Luiza da Fonseca, e o Roteiro-Sumário de Caio Boschi, o que fez com que o Projeto Resgate evoluísse, repensasse e optasse pela técnica hoje apresentada, para tanto, os pesquisadores, especialistas em leitura paleográfica e diplomática, sempre estiveram sob a orientação de professores doutores de diversos Estados brasileiros e portugueses em vista da elaboração desta técnica, elaborada especificamente para o Projeto, baseada nas novas regras e modernas normas arquivísticas internacional e já produziram cerca de 380 mil verbetes-resumos de documentos contidos em mais de 3,8 milhões de páginas manuscritas, somente da documentação localizada no atual Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa/Portugal e com isto sendo solicitado para dar consultoria de sua metodologia a outros projetos como, por exemplo, o Projeto do Palácio de Mafra, o Projeto África do Arquivo Histórico Ultramarino.

Manuscrito séc.XVI - AHU

Roteiro-Sumário de arquivos portugueses de interesse para o pesquisador da História do Brasil, 1995, de Caio C. Boschi, que embasou a seleção de arquivos e pesquisa do Projeto Resgate em Portugal

TABELA ESTATÍSTICA DAS CAPITANIAS HEREDITÁRIAS E DAS SÉRIES PORTUGAL				
CAPITANIAS /SÉRIES	CATÁLOGOS	CDs	ROLOS DE MICROFILMES	VERBETES
ALAGOAS	01	01	09	532
BAHIA Avulsos Castro de Almeida Luis da Fonseca	 03 05 01	 32 25 06	 293 143 38	 19.610 30.374 4.384
CEARÁ	01	03	22	1.436
CÓDICES I e II	01	44	232	759
COLÔNIA DO SACRAMENTO E DO RIO DA PRATA	01	02	14	1,224
CONSELHO ULTRAMARINHO Diversos	 01	 18	 78	 7.728
ESPÍRITO SANTO	01	02	07	549
GOIÁS	01	07	73	2.950
MARANHÃO	01	14	199	13.118
MATO GROSSO	01	09	39	2.221
MINAS GERAIS	03	54	174	13.916
PARÁ	03	16	178	12.690
PARAÍBA	01	06	57	3.523
PERNAMBUCO	04	25	336	20.029
PIAUÍ	01	05	37	1.716
RIO DE JANEIRO Avulsos Castro de Almeida	 03	 20 07	 287 83	 20.964 20.485
RIO GRANDE DO NORTE	01	01	12	684
RIO GRANDE DO SUL	01	02	15	822
RIO NEGRO (Amazonas)	01	02	21	750
SANTA CATARINA	01	01	11	619
SÃO PAULO Avulsos Mendes Gouveia	 03 15	 04 07	 33 70	 1.383 5.113
SECRETARIA CONSELHO ULTRAMARINO Avulsos	 01	 01	 22	 2.020
SERGIPE	01	02	07	641
ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO				
Séries – Avulsos	01	00	128	7.728
ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO – CARTOGRAFIA/ ICONOGRAFIA Diversos	 01	 01	 400 CROMOS	 435
TOTAL	64	317	2.618	198.475
TRABALHOS EM ANDAMENTO/ CAIXAS REINO (200) BRASIL/DIVERSOS (55) CONSELHO ULTRAMARINO/BNP (10)		**TOTAL DE NÚMEROS DE CAIXAS** 265		

A Conclusão - O Projeto Resgate estima, no futuro, obter o resgate documental de cerca de cinco milhões de páginas de documentos manuscritos recuperados, o que se traduz em 500 mil cópias de documentos. E salienta que existem no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa outras classificações em andamento como Brasil Diversos, Reino e Conselho Ultramarino/ BNP em 265 caixas a serem pesquisadas e organizadas que foram encontradas ao final da grande pesquisa, ademais do Catálogo da Capitania do Rio de Janeiro com seus mais de 20 mil verbetes-resumos e índices que estão sendo estruturados para publicação futura em suporte papel e online com as parcerias do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro e do Museu Imperial. Além da Holanda, que segue pesquisando material inédito. Assim como a Espanha e a França, que já tendo o Guia de Fontes, estão em fase de pesquisa e organização para a publicação de seus Catálogos. O Guia da Áustria também está em fase de elaboração, pois, foram encontradas, como em Portugal, mais 200 caixas de documentos manuscritos que precisam ser trabalhados. Vale ressaltar que toda a produção científica do Projeto Resgate é distribuída, por todo o Brasil, a todos os Arquivos Públicos dos Estados, às Universidades Federais e Estaduais, aos Institutos Históricos Estaduais e ao Brasileiro, além das instituições de caráter nacional educacionais e culturais no Rio de Janeiro e às instituições parceiras no exterior.



Produções científicas do Projeto Resgate

E o Projeto continua... Resgatando e difundindo os marcos da História!

Lançamentos de publicações do Projeto Resgate no ano de 2014 em Portugal ainda em prol das comemorações do Ano de Portugal no Brasil e Brasil em Portugal e de seu trigésimo aniversário:

- Catálogo dos Documentos Manuscritos Avulsos existentes no AHU (publicado em 2011);
- Catálogo Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do AHU (publicado em 2012);
- Guia de Fontes para a História do Brasil Colonial Conservadas nos Institutos e Arquivos Italianos (publicado em 2013);
- Catálogo da Capitania do Rio de Janeiro em suporte online (publicação em andamento).

PROJECTO REENCONTRO

O Procjeto Reencontro que fez parte das efemérides das Comemorações dos Quinhentos Anos do Brasil, foi criado para concretizar o estabelecido no *Protocolo de Colaboração na área dos arquivos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa.* Foi desenvolvido nos termos do Plano Luso-Brasileiro de Microfilmagem, aprovado em outubro de 1997, em reunião no Rio de Janeiro, no âmbito da COLUSO, levando em conta o Acordo Cultural entre Brasil e Portugal do ano de 1966, assim como o Protocolo firmado em Lisboa, em 15 de dezembro de 1983, relativo à microfilmagem de documentos de interesse para a memória nacional de ambos os países.

É respaldado ainda pelo Memorando de Entendimento de 1993 sobre o levantamento sistemático do acervo cultural de um país existente no território do outro. Da mesma forma, também considerou a Declaração Conjunta de Lisboa que já contemplava a cooperação na área dos arquivos históricos, trabalho que já vinha sendo desenvolvido pelo Projeto Resgate "Barão do Rio Branco" do Ministério da Cultura do Brasil em território português.

Portanto, o Projecto Reencontro, que representa a contrapartida portuguesa, em relação ao efetuado pelo Projeto Resgate "Barão do Rio Branco", objetiva o levantamento e a microfilmagem de fontes documentais referentes à presença portuguesa no Brasil, propicia a elaboração conjunta de instrumentos de busca na recuperação da informação e promove o diálogo produtivo entre historiadores e arquivistas.

Toda a produção científica, quer sejam as cópias dos microfilmes ou os catálogos publicados como fruto do Projecto Reencontro estão depositados nos Arquivos Nacionais Torre do Tombo pela *Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses* que iniciou e financiou parte dos trabalhos realizados em diversos arquivos e instituições brasileiras, quais sejam, o Arquivo Nacional, o Arquivo Público do Estado da Bahia, o Arquivo Público do Estado do Pará, o Arquivo Público Mineiro, a Fundação Biblioteca Nacional, o Arquivo do Itamaraty/MRE/RJ, e a Universidade de São Paulo.

A microfilmagem dos conjuntos documentais foi feita a pedido da Seção Portuguesa da COLUSO onde, no Arquivo Nacional, se encontraram 588 volumes, que originou um total de 76 rolos e nas demais parceiras 536 rolos e 596 cromos.

Arquivo Nacional	
FUNDOS	Nº de Volumes
Casa Real e Imperial	7
Chancelaria-Mor do Estado	1
Chancelaria-Mor do Estado / Reino do Brasil (Cod. 0Q)	132
Companhia de Pernambuco e Paraíba	1
Conselho de Fazenda (Cod. EL)	35
Diversos	29
Fisicatura-Mor (Cod.2O)	12
Intendência do Arsenal Real do Exército (Cod. 6C)	2
Intendência Geral da Polícia / Polícia da Corte (Cod. 0E)	14
Mesa da Consciência e Ordens	40
Mesa do Desembargo do Paço de Estado do Brasil (Cod. 4K)	49
Ministério da Justiça / Secretaria de Estado dos Negócios do Reino do Brasil (Cod. 4T)	3
Ministério do Império (Cod. 53)	12
Negócio de Portugal / Audiência dos Governadores (Cod. 59)	1
Negócio de Portugal / Casa Real e Imperial (Cod. 59)	1
Negócios de Portugal / Conselho de Fazenda do Brasil (Cod. 59)	6
Negócios de Portugal / Erário Régio (Cod. 59)	1
Negócios de Portugal / Secretaria dos Negócios do Reino / ou do Brasil (Cod. 59)	25
Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação (Cod. 7X)	72
Secretaria das Mercês do Brasil	75
Secretaria do Estado do Brasil (Cod.86)	49
Tribunal do Desembargo do Paço e Mesa da Consciência e Ordens	21
TOTAL	588
TOTAL DE FUNDOS 22	**ROLOS 76**

INSTITUIÇÕES E ACERVOS	ROLOS	CROMOS
1. Arquivo Público do Estado da Bahia		
• Provisões Régias (1548-1805) – Códices 254 a 263-2	6	
• Ordens Régias (1648-1800) – Códices 1-90	57	
• Senado da Câmara de Salvador – Maços 485-1 a 485-2	1	
• Registro de correspondêcia expedida do Senado da Câmara de Salvador para o Rei (1640-1822) – Códices 128 a 132	1	
• Documentação diversa do Fundo Colonial e Provincial		
a. Dossiês sobre repartições e autoridades militares – Maços n.431-426		

b. Correspondência expedida de autoridades diversas para o rei: juízes de fora, juízes ordinários e Câmara (1725-1780)		
c. Matrícula dos engenhos da Capitania da Bahia pelos dízimos reais administrados pela Junta da Real Fazenda (1807) d. Sesmarias (1552-1815) – Livros 597-601 e Maço 601-1 e. Terras (1657-1813) – Maços 602 e 602-2 f. Dossiês sobre aldeamento e missões indígenas (1758-1807) – Maço 603 g. Contratos e regimentos (impressos) (1548-1815) Maços 626, 627, 483-1; Livro 459 h. Correspondência expedida por dois capitães-mores (1775-1822) – Maços 407-415, 417-418, 420, 423 i. Registros de pedidos de passaportes para escravos e de guias para despachos de embarcações (1718-1729) – Livros 248-253	12	
2. Arquivo Público do Estado do Pará • Correspondência de Diversos com o Governo (1733-1779) – Códices: 17, 72, 95-96, 98, 100, 102, 104-107, 111, 113-116	8	
3. Arquivo Público Mineiro • Seção Colonial/Secretaria do Governo (1605-1837) • Secretaria do Governo (1709-1821)	23 44	
4. Fundação Biblioteca Nacional • Documentação avulsa • Coleção Portugal (1622-1877) • Morgado de Mateus (1769-1775) • Coleção Linhares (1638-1829) • Coleção Casa dos Contos	85 16 27 13 118	
5.Ministério das Relações Exteriores/Itamaraty/Rio de Janeiro • Documentação avulsa anterior a 1822 • Cartas Del Rei ao Conde da Torre • Cartas Del Rei escritas a Álvaro de Souza e Gaspar de Souza • Livro Primeiro do Governo do Brasil	93 3 1 1	
6. USP – Universidade de São Paulo/São Paulo 6.1. Museu Paulista • Livro Segundo do Governo do Brasil 6.2. Instituto de Estudos Brasileiros/IEB • Coleção Alberto Lamego • Coleção Yan de Almeida Prado	1 22 4	499 97
TOTAL	536	596

DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA

PROJETO 1 – "MEMORIAL NAVAL BRASILEIRO NA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL": CONSOLIDAÇÃO DAS ATIVIDADES NAVAIS NO PERÍODO DE 1796-1895

Realizado no período de 2006 a 2010, este projeto consistiu na descrição e digitalização dos documentos que constituem o acervo "Memorial Naval Brasileiro na Independência do Brasil", no período de 1796 a 1895, sob a guarda da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha - DPHDM(Arquivo da Marinha). O projeto gerou como produto a indexação da documentação e a produção em suporte de CD-ROM COLUSO Memorial Naval Brasileiro e a Base de Dados do Sistema COLUSO, desenvolvido pela DPHDM. O projeto contou com a participação de quatro estagiários bolsitas do convênio entre a Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ e a **Comissão Luso-Brasileira para Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental – COLUSO.** A fase de digitação dos documentos descritos foi realizada de acordo com a NOBRADE – Norma Brasileira de Descrição Arquivística, utilizando os campos descritores e respeitando os campos indispensáveis e a codificação da norma. Na 1ª fase do projeto, foram descritos os seguintes acervos: Ordens Gerais do Ministro da Marinha, Relatórios apresentados à Assembleia Geral Legislativa pelo Ministro da Marinha, Atas do Conselho Naval, Minutas (cópias) da correspondência oficial com as autoridades militares na Campanha do Paraguai, Arquivo do Almirante Tamandaré–Ofícios e Cartas recebidas por este Comandante em Chefe da Esquadra em Operações de Guerra. Na 2ª fase do projeto foram descritos e indexados os conjuntos de documentos referentes aos fundos permanentes do Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro do período de 1825 a 1899, da Capitania dos Portos do RJ no período de 1848 a 1895 e da Escola Naval no período de 1796 a 1883. O conjunto documental abaixo descrito constitui-se de um rico acervo, referente às Organizações Militares que se destacaram por sua importância na História Marítima e Naval Brasileira. Os documentos retratam a história das atividades administrativas e operativas dessas Organizações Militares, dessa forma constituindo-se em fonte primária de grande valor para a pesquisa histórica, não apenas da Marinha, mas de todo o Brasil. Este acervo de caráter permanente está constituído dos seguintes documentos:

Fundo Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro

1. Ofícios recebidos da Divisão de Construções Navais. 1825 a 1843;

2. Ofícios recebidos da Divisão de Máquinas e da Patromoria. 1848 a 1887;

3. Avisos ao Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro. 1867 a1870;

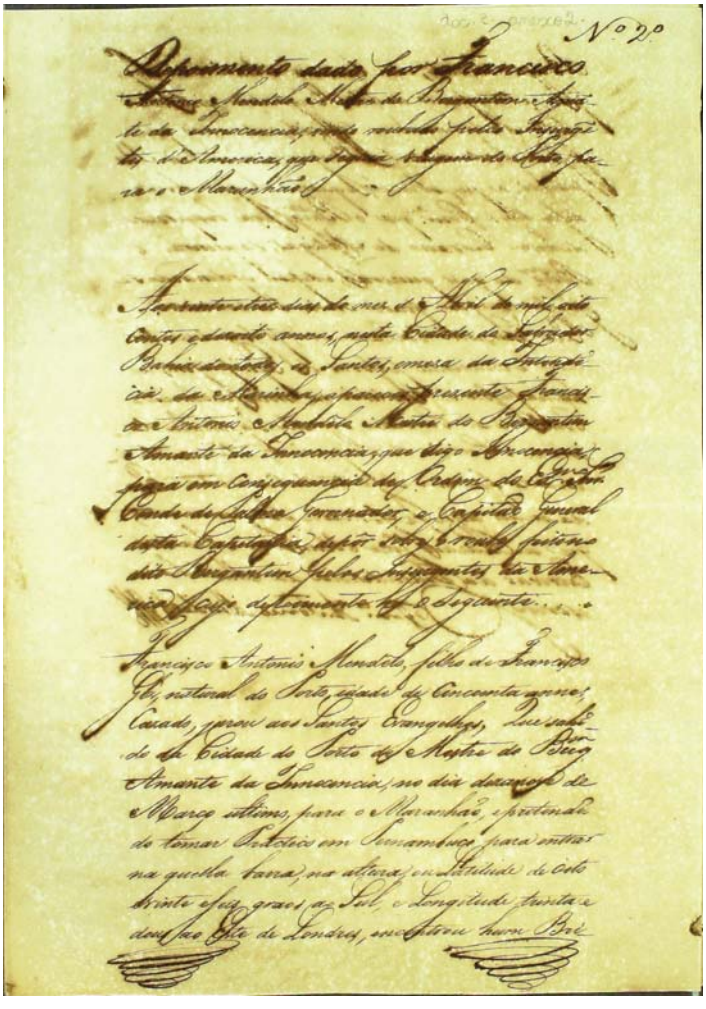
4. Minutas de Obras Hidráulicas da Divisão de Obras Civis. 1833 a 1866.

Fundo Capitania dos Portos do Rio de Janeiro

1. Copiadores de ofícios e avisos. 1848 a 1897;

2. Regimento de Arrolamento de Embarcações. 1863 a 1875.

Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro



Ofícios recebidos da Divisão de Construções Navais

PROJETO 2 - DIGITALIZAÇÃO, DESCRIÇÃO E INDEXAÇÃO DO FUNDO "SECRETARIA DE ESTADO E NEGÓCIOS DA MARINHA" CUSTODIADOS NO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO (IHGB), DO PERÍODO DO SÉC.XVI A 1825

O Projeto que se iniciou no 2º semestre do ano de 2010, consiste na digitalização, descrição e indexação dos documentos que constituem o Fundo "Secretaria de Estado e Negócios da Marinha", custodiados no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), no período do séc. XVI a 1825.

O objetivo do Projeto visa à identificação, recuperação e localização dos registros do Fundo "Secretaria de Estado e Negócios da Marinha" – SENM, com base na NOBRADE – Norma Brasileira de Descrição Arquivística. A Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha – DPHDM, é a responsável pela coordenação do processo de digitalização dos documentos do referido Fundo, realizado no IHGB.

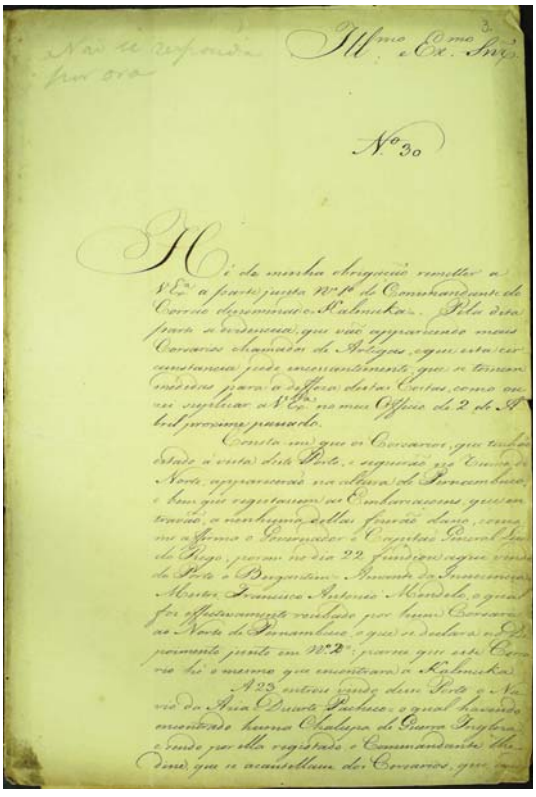
As atividades referentes à descrição, indexação e digitação dos documentos do conjunto "Documentos Navais" pertencentes ao Fundo está sendo executada na DPHDM, com a colaboração de quatro estagiários bolsistas do convênio firmado entre a Universidade Estadual do Rio de Janeiro e o Conselho Nacional de Arquivos.

O conjunto está acondicionado em 110 latas, totalizando 14.000 documentos avulsos, quantificando o total de 32 metros lineares, produzidos no período que se inicia no séc. XVI até o ano de 1825.

O sistema a ser usado, na descrição e controle das informações contidas no acervo da SENM será o ICA-AtoM, desenvolvido pelo Conselho Internacional de Arquivos – ICA, conhecido como ICA-Atom– Accsess to Memory. O ICA-AtoM é um sistema informatizado para constituição de base de dados, desenvolvido em plataforma livre ou em sistema aberto.

A DPHDM instalou o programa e adequou de acordo com suas necessidades. Os registros inseridos no banco de dados da DPHDM serão disponibilizados ao IHGB e Arquivo Nacional para consulta. Como resultado do Projeto, a DPHDM visa à elaboração de um catálogo digital, a ser disponibilizado para a DPHDM, AN e IHGB.

O referido catálogo possibilitará o acesso e a consulta aos usuários nestas instituições, agilizando assim a busca e a recuperação das informações contidas no Fundo SENM. A DPHDM também disponibilizará a Base de Dados do fundo documental aos cidadãos para consulta na Internet, o que possibilitará a transparência pública e o acesso da sociedade.



Não se responde por ora

Illmo e Exmo Snr.

Nº 30

Tenho de minha obrigação remetter a V. Ex.ª a parte junta Nº 1º do Commandante da Corveta denominada Salamuka. Pela dita parte se verificou que vão apparecendo meus Corsarios chamados de Artigas, e que esta circumstancia pede encarecidamente que se tomem medidas para o affasto destes Corsarios, como ouvi expliquar a V. Ex.ª no meu Officio de 2 de Abril proximo passado.

Consta em que os Corsarios, que tinhão estado à vista dita Porta, e aguarda na Costa do Norte, apparecerão na altura de Pernambuco, e bem que registarem os Embarcações que encontrão, e nenhuma dellas fourão dano, como me o Firmo o Governador e Capitão General da dita Prego, porem no dia 22 Junho que veio da Porta o Brigantim Amante da Innocencia Mestre Francisco Antonio Mendes, e que foi officialmente revistado por hum Corsario ao Norte de Pernambuco, e que se declara no Diario junto em Nº 2º, para que este Corsario he o mesmo que encontrara a Salamuka.

A 23 entrou vindo dita Porta o Navio da Asia Duarte Pacheco, e que havendo encontrado huma Chalupa de Guerra Inglesa, e tendo por ella registado o Commandante Ingleza que se acautellasse dos Corsarios, que

P. JOANINO COLUSO

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

ARQUIVO

Coleção Documentos Navais - Corsários

Resumo Of. nº 8, da junta do Governo Provisório de S. Paulo a Tomás Antônio de Vilanova Portugal, remetendo cópia de uma notícia sôbre corsários de Buenos Aires, que fizeram prêsas. (anexa)

S. Paulo, 11/12/1817

Lata 36 Documento 1

Documentos digitalizados do Fundo "Secretaria de Estado e Negócios da Marinha"

PROJETO DE DESCRIÇÃO DO ACERVO DOCUMENTAL DA SECRETARIA DE ESTADO E NEGÓCIOS DA MARINHA

Desde 2006, a Marinha do Brasil, por meio da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM), organização que tem o propósito de preservar e divulgar o patrimônio histórico e cultural da Marinha, faz o levantamento descritivo de um conjunto documental com origem no Ministério e Secretaria de Estado e Negócios da Marinha. Tal documentação, ao longo das décadas de 1910 e 1920, foi transferida para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e para o Arquivo Nacional, tratando-se, em sua maioria, do período monárquico da história brasileira.

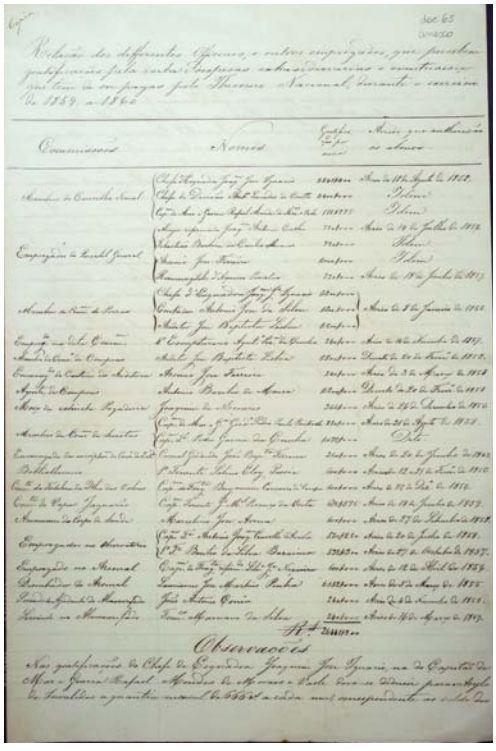
Nas remessas, iniciadas em janeiro de 1910, foi transferida para o Arquivo Nacional parte da documentação correspondente, em sua maioria, ao século XIX. Esse conjunto documental constitui um único fundo denominado "Série Marinha", sendo composto por 18 subséries, com 448,43 metros lineares de documentos, e foi organizado segundo o arranjo arquivístico elaborado por Henri Boullier de Branche na década de 1960[1], privilegiando a organização macroestrutural da Administração Naval. Entretanto, esse arranjo arquivístico apresentou a necessidade de uma descrição, a fim de facilitar as pesquisas decorrentes das novas temáticas presentes na historiografia brasileira.

As transformações na área do conhecimento das humanidades suscitou novas abordagens nas pesquisas que passaram a privilegiar os processos históricos em menor escala. Os pesquisadores passaram a investir nas microestruturas, redimensionando o lugar dos agentes e dos processos históricos, sobretudo acerca dos protagonistas históricos, resultando em novas perspectivas historiográficas. Trabalhar e compreender a "Série Marinha" passou a ser um desafio a mais para o pesquisador na atualidade. Portanto, a criação de instrumentos de busca aperfeiçoados que superem as limitações do presente arranjo arquivístico permitirá ao pesquisador quantificar, qualificar e delimitar seu *corpus documental*.

Atento a essas mudanças, o levantamento descritivo da documentação da "Série Marinha" tem como objetivo facilitar o acesso àquela documentação, em conformidade com as novas perspectivas teórico-metodológicas. Nesse sentido, a contribuição do projeto busca viabilizar as pesquisas que abordem as inúmeras temáticas que perpassam um fundo documental produzido por uma instituição do Estado brasileiro como a Marinha do Brasil, visando enriquecer a historiografia brasileira. Destarte, a partir do material descrito, estamos trabalhando na elaboração de um banco de dados que viabilizará o acesso à documentação, a partir de uma busca qualificada em eixos temáticos específicos, otimizando a pesquisa nessa documentação primária.

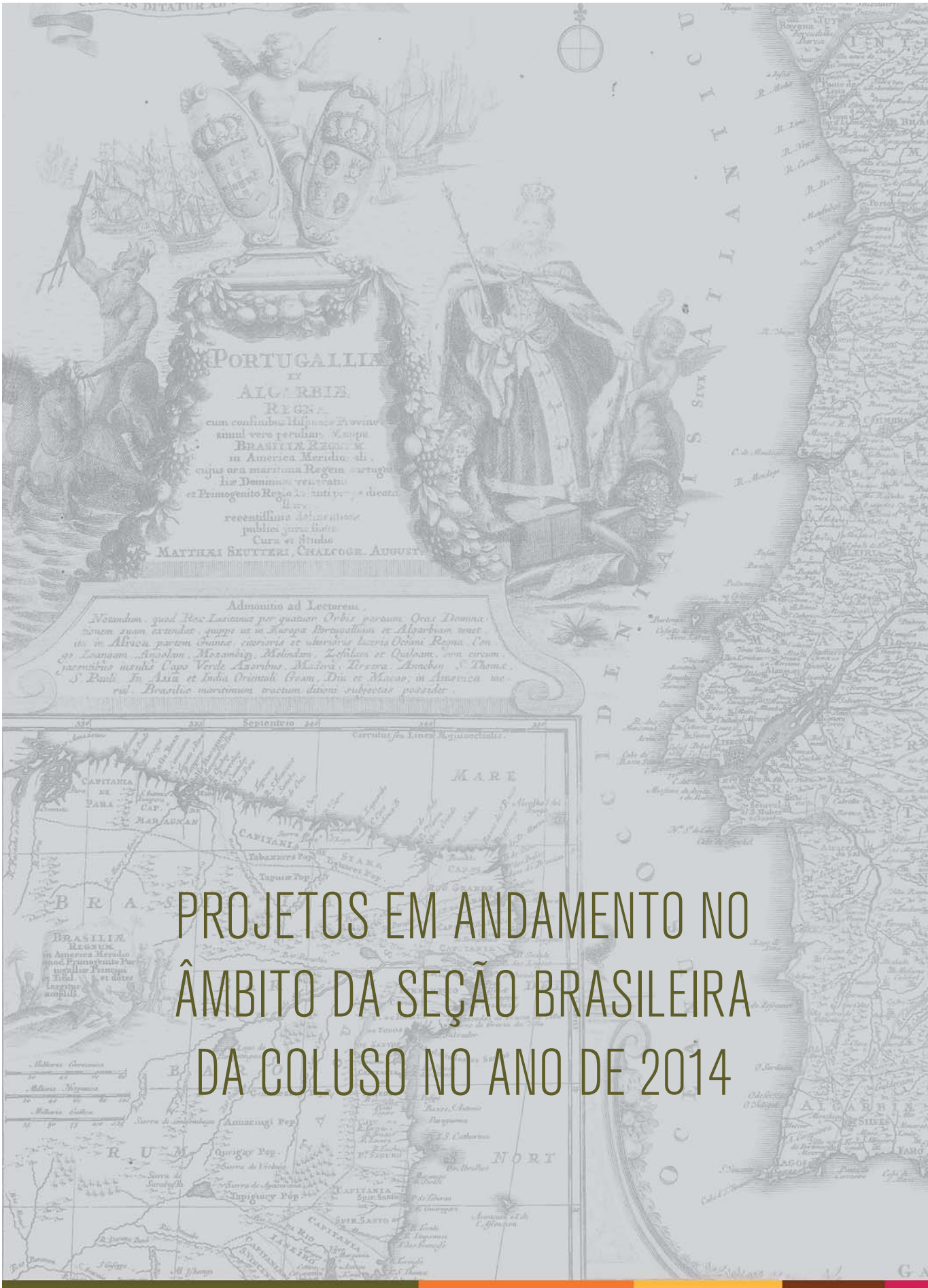
1 BRANCHE. Henri Boulier de. *Inventário sumário dos documentos da Secretaria de Estado da Marinha. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional: 1960.*

Nesse primeiro momento, parte desta documentação, já descrita, estará disponível por meio das ferramentas de pesquisa existentes em arquivos do tipo PDF. Posteriormente, tais dados serão inseridos no ICA-AtoM, ferramenta escolhida para apoiar as atividades de Descrição Arquivística em conformidade com os padrões do Conselho Internacional de Arquivos (CIA). O Projeto conta com a participação de cinco estagiários bolsistas do convênio CONARQ/CETREINA – UERJ. Hoje já são mais de 20.000 documentos descritos, que correspondem a quatro subséries descritas, três em fase de conclusão e mais três em andamento, com o mais variado cabedal de assuntos pertinentes à História do Brasil.



Acervo Série Marinha Arquivo Nacional

Selo Real do Império



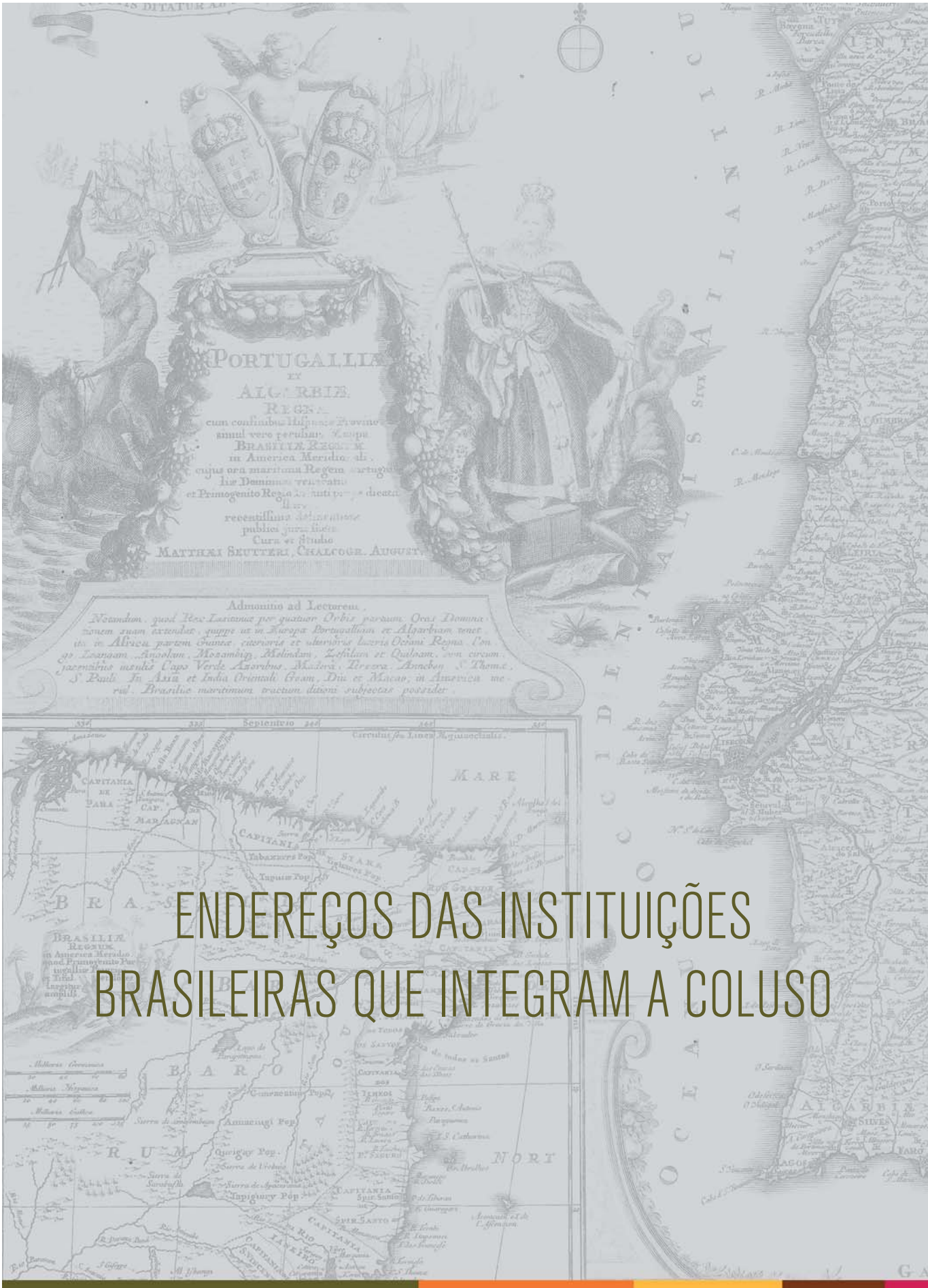
PROJETOS EM ANDAMENTO NO ÂMBITO DA SEÇÃO BRASILEIRA DA COLUSO NO ANO DE 2014

PROJETOS EM ANDAMENTO NA SEÇÃO BRASILEIRA DA COLUSO

No dia 22 de janeiro de 2014, realizou-se a 36ª Reunião da Seção Brasileira da COLUSO, ocasião em que foram aprovados 13 (treze) projetos originários de 9 (nove) instituições, a serem desenvolvidos no ano de 2014, além dos já aprovados do Projeto Resgate "Barão do Rio Branco", e procedida a distribuição das bolsas de estágio concedidas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ em decorrência de convênio firmado desta Universidade com o CONARQ, de conformidade com as necessidades de cada projeto.

INSTITUIÇÃO	PROJETO EM ANDAMENTO – 2014
Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha	Digitalização, Descrição e Indexação do Fundo Documentos Navais Custodiados no IHGB – Secretaria de Estado e Negócios da Marinha Período: a partir de 1825
	Descrição do Acervo Documental da Secretaria de Estado e Negócios da Marinha
Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro	Presença Portuguesa na Documentação da Municipalidade Carioca-Período: 1822 a 1910
Arquivo Histórico do Exército	Tratamento das Coleções referentes aos Códices Militares do Império Português Período: Corte (1808-1823)
Arquivo Nacional	O Arquivo Nacional e a história luso-brasileira: Expansão e presença ibérica no Oriente
	Organização da Coleção Negócios de Portugal
	Estado, administração e reforma: O governo provisório de Getúlio Vargas (1930-1934)
Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro	Tratamento Técnico do Acervo da Presidência de Estado do Rio de Janeiro
	Migrantes no Estado do Rio de Janeiro
Fundação Biblioteca Nacional	Documentos Biográficos: um retrato da vida cotidiana do Império – Módulo Graças e Ordens Honoríficas

INSTITUIÇÃO	PROJETO EM ANDAMENTO – 2014
Arquivo Histórico do Itamaraty – MRE/RJ	Arquivo Histórico do Itamaraty – MRE/RJ Organização e Descrição de Documentos dos Períodos Colonial e Imperial Brasileiro – as Comissões Mistas e os Tribunais Mistos
Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro	Identificação e descrição da documentação do Brasil Independente: África / Tráfico / Escravidão
Museu Histórico Nacional	Um Recorte no Período Imperial: Inventário e Processamento Técnico das Coleções do Arquivo Histórico do MHN
Projeto Resgate "Barão do Rio Branco" – MinC	Identificação, Organização e Descrição de Documentos dos períodos Colonial e Imperial Brasileiro nos seguintes países: Portugal, Holanda, Espanha, França e Áustria. Publicação em andamento do Catálogo em suporte papel e *on line* da Capitania do Rio de Janeiro



ENDEREÇOS DAS INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS QUE INTEGRAM A COLUSO

INSTITUIÇÕES DA SEÇÃO BRASILEIRA

Arquivo Nacional / Ministério da Justiça
Praça da República nº 173 – Centro
20211-350 - Rio de Janeiro, RJ
Tel.: (21) 2179-1313/ 2179-1290
E-mail: diretoriageral@arquivonacional.gov.br

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
Av. Augusto Severo nº 8, 10º andar – Centro
20021 – 040 - Rio de Janeiro, RJ
Tel: (21) 2252-4430/ 2509-5107/ 2257-3766
E-mail: presidencia@ihgb.org.br

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro
Rua Amoroso Lima 15 - Cidade Nova
20211-120 - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (21) 2273-4582, 2273-3141
Telefax: (21) 2273-4582
E-mail: arquivog@pcrj.rj.gov.br

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Departamento de História
Av. Dom José Gaspar nº 500 – Coração Eucarístico
30535-610 - Belo Horizonte, MG
Caixa Postal: 1686
Tel: (31) 3319-4047, 3319-4046
E-mail: caio@pucminas.br; cpesquisahist@pucminas.br

Coordenadoria Geral de Processamento e Preservação do Acervo / Arquivo Nacional
Praça da República 173 – Centro
20211-350 - Rio de Janeiro, RJ
Tel.: (21) 2179-1289 / 1284
E-mail: maurodomingues@arquivonacional.gov.br

Projeto Resgate "Barão do Rio Branco"/ Ministério da Cultura
Palácio Gustavo Capanema
Rua da Imprensa 16 – 2º andar – Sl. 213

20030-120 – Rio de Janeiro – RJ
Tel: (21) 3733-7108 – Telefax: (21) 3733-7107
E-mail: resgate@cultura.gov.br / katia.machado@cultura.gov.br / kjane@bn.br

Centro de Referência e Difusão /Fundação Biblioteca Nacional
Av. Rio Branco 219 – 3º andar – Centro
20040-008 – Rio de Janeiro – RJ
Tel/fax: (21) 2220-4001/3095-3985/3984/1196/1643
E-mail: rizzo@bn.br

Coordenação de Documentação Diplomática Esplanada dos Ministérios/ Ministério das Relações Exteriores
Bloco H, Anexo II – 1º subsolo – sala 10
70170-900 – Brasília – DF
Tel.: (61) 3411-9277/ 3411-6459/3411-6965
Fax: (61) 2233-7986
E-mail: pedro.garcia@itamaraty.gov.br; cdo@itamaraty.gov.br
(representante no Escritório do Rio de Janeiro)

Arquivo Histórico do Itamaraty
Av. Marechal Floriano 196 – Centro
20080-005 – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (21) 2253-5720/2263-1462 (Fax)
E-mail: rosiane_rigas@yahoo.com.br

Arquivo Histórico do Exército – Comando do Exército
Praça Duque de Caxias nº 25 – 6º andar – Centro
20221 – 260 – Rio de Janeiro – RJ
Tel/Fax.: (21) 2519-5351
E-mail: ahex_dir@decex.ensino.eb.br

Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha – DPHDM
Rua Dom Manuel nº 15 – 3º andar - Praça XV – Centro
20010-090 – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (21) 2524-9199 / 2533-6696
E-mail: secom@dphdm.mar.mil.br; bittencourtb@dphdm.mar.mil.br

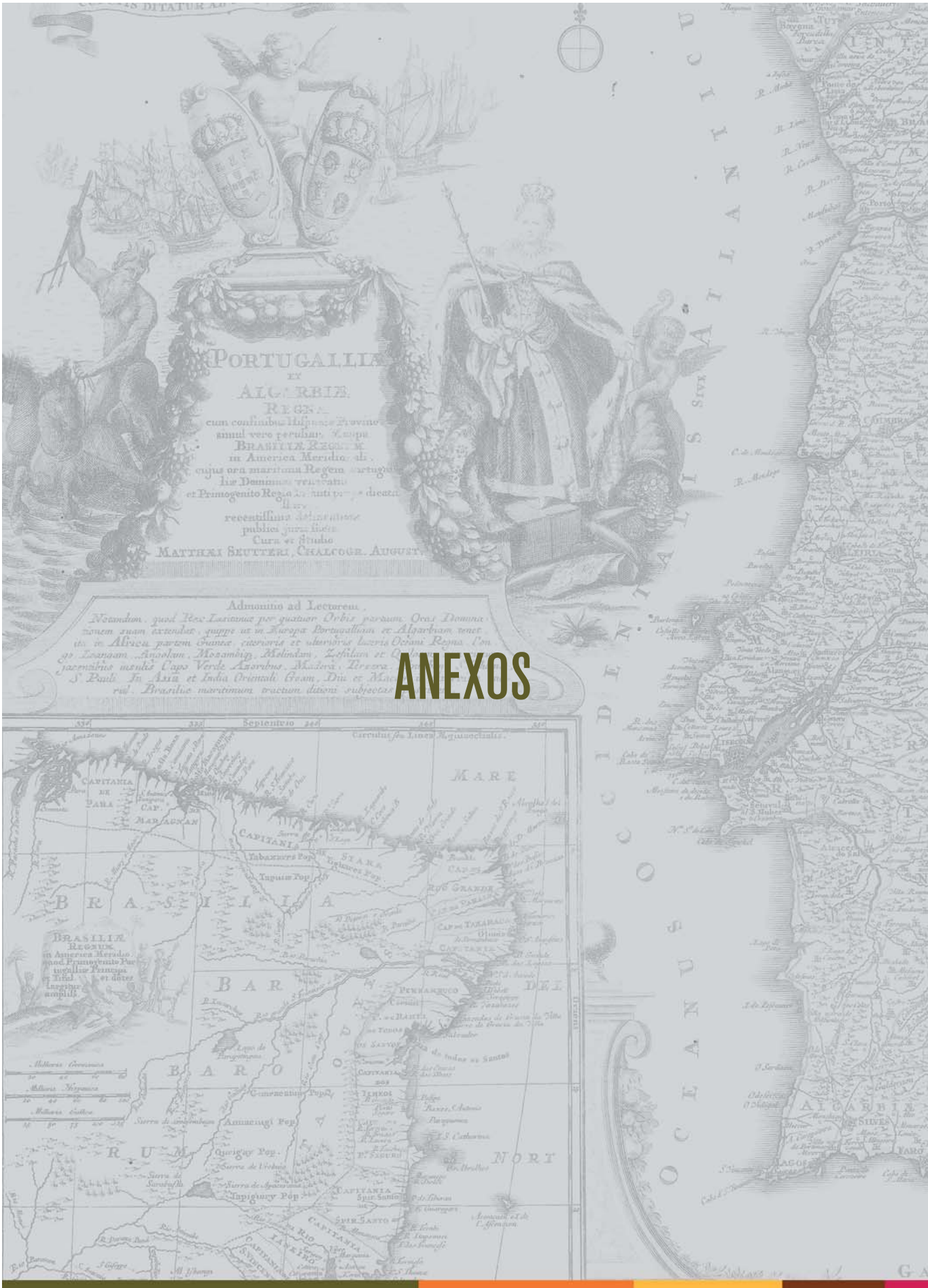
Arquivo Público da Bahia
Ladeira de Quintas 50 – Baixa de Quintas
40320 -140 – Salvador – BA

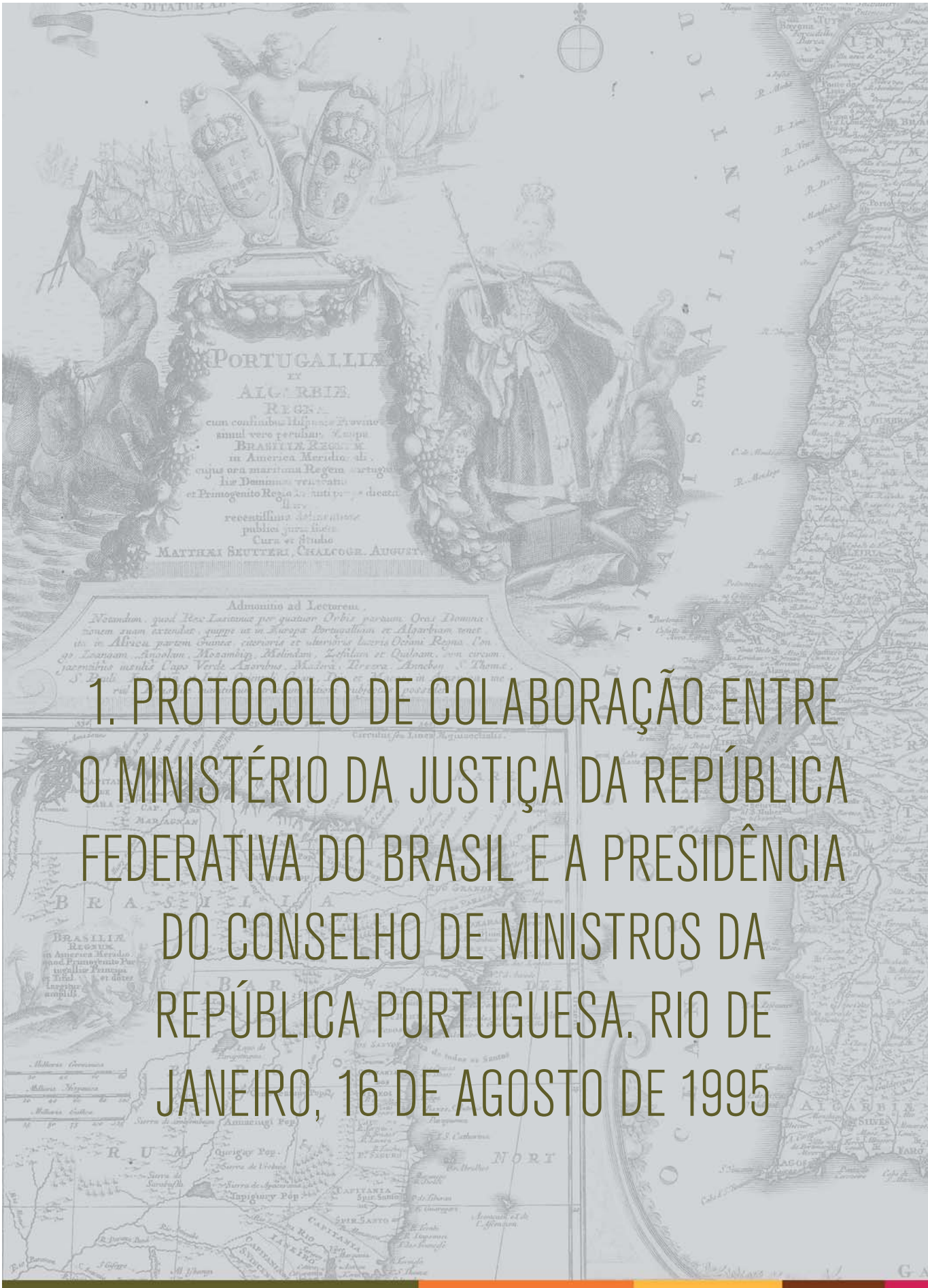
Tel.: (71) 3233-4455/ 3116-2140
Fax: (71) 3233-5112
E-mail: apb@fpc.ba.gov.br; http://www.apeb.ba.gov.br

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro
Praia de Botafogo 480
22250-040 – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (21) 2332-1434/ 2332-1448 (direto)
(21) 2332-1444
E-mail: aperj@aperj.rj.gov.br
http://www.aperj.rj.gov.br/

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Departamento de História
Rua São Francisco Xavier 524 – T 031 – Maracanã
20550–013 - Rio de Janeiro, RJ
Tel.: (21) 2334-0497, 2334-0519
E-mail: bessone@uerj.br

ANEXOS


PORTUGALLIÆ
ET
ALGARBIÆ
REGNA
BRASILIÆ REGNUM
in America Meridionali
MATTHÆI SEUTTERI, CHALCOGR. AUGUST.
Admonitio ad Lectorem.
MARE
CAPITANIA DE PARA
MARANHAN
CAPITANIA
BRASILIA
BRASILIÆ REGNUM in America Meridionali quod Principatus Portugalliæ Principi Tituli largiuntur amplissimi.
PERNAMBUCO
CAPITANIA
CAPITANIA SPIR. SANTO
CAPITANIA RIO JANEIRO
NORT
OCEANUS ATLANTICUS
ALGARBIA
LAGOS
FARO



1. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MINISTÉRIO DA JUSTIÇA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS DA REPÚBLICA PORTUGUESA. RIO DE JANEIRO, 16 DE AGOSTO DE 1995

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MINISTÉRIO DA JUSTIÇA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS DA REPÚBLICA PORTUGUESA

Animados do espírito de prosseguir a concretização no plano imediato das previsões do Acordo Cultural entre Portugal e o Brasil, assinado em Lisboa em 7 de setembro de 1966;

Tendo em conta a conclusão do Protocolo entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil relativo à microfilmagem de documentos de interesse para a memória nacional de ambos os países, concluído em Lisboa, em 15 de dezembro de 1983;

Pretendendo levar a efeito o estabelecido na Ata da VII reunião da Comissão Mista Cultural Luso-Brasileira, que teve lugar em Brasília, de 13 a 15 de março de 1989, em particular no que diz respeito à partilha de patrimônio arquivístico comum;

Entendendo que a Comemoração dos Quinhentos Anos da Descoberta do Brasil deve também ser assinalada pelo aprofundamento da investigação e a troca de informação entre ambas as partes relativas ao passado comum que se encontra documentado;

Considerando que as celebrações do ano 2000 devem ainda incluir uma exposição desse acervo documental à guarda de ambos os países e que registra a História comum;

Tendo ainda em consideração a Declaração Conjunta de Lisboa, firmada a 21 de julho de 1995, contemplando já o quadro da cooperação na área dos arquivos históricos.

Resolvem concluir o presente protocolo na área dos arquivos:

1. Pelo presente Protocolo ambas as Partes acordam na necessidade de promover a permuta de informações contidas nos acervos arquivísticos de interesse mútuo.

2. Para o efeito do que se dispõe na cláusula anterior, ambas as Partes iniciarão o processo de microfilmagem dos respectivos fundos documentais, designadamente daqueles que respeitam a História comum.

3. Registrados progressos no processo a que se reporta a cláusula anterior, organizar-se-ão um colóquio e uma exposição luso-brasileira, a terem lugar em Portugal e no Brasil em data oportuna do ano 2000 e em que se evidenciarão os resultados do trabalho de pesquisa e partilha dos acervos documentais.

4. Ambas as Partes poderão alargar, de comum acordo, a participação nos eventos atrás referidos aos países que solicitarem e que comunguem da mesma tradição cultural.

5. Ambas as Partes nomearão uma comissão bilateral que se encarregará de:

a) inventariar e selecionar o patrimônio arquivístico ou documental à guarda de cada

um dos Estados a ser objeto do processo de microfilmagem, nos termos da segunda cláusula do presente Protocolo;

b) propor as bases que orientarão o processo de microfilmagem e permuta dos microfilmes;

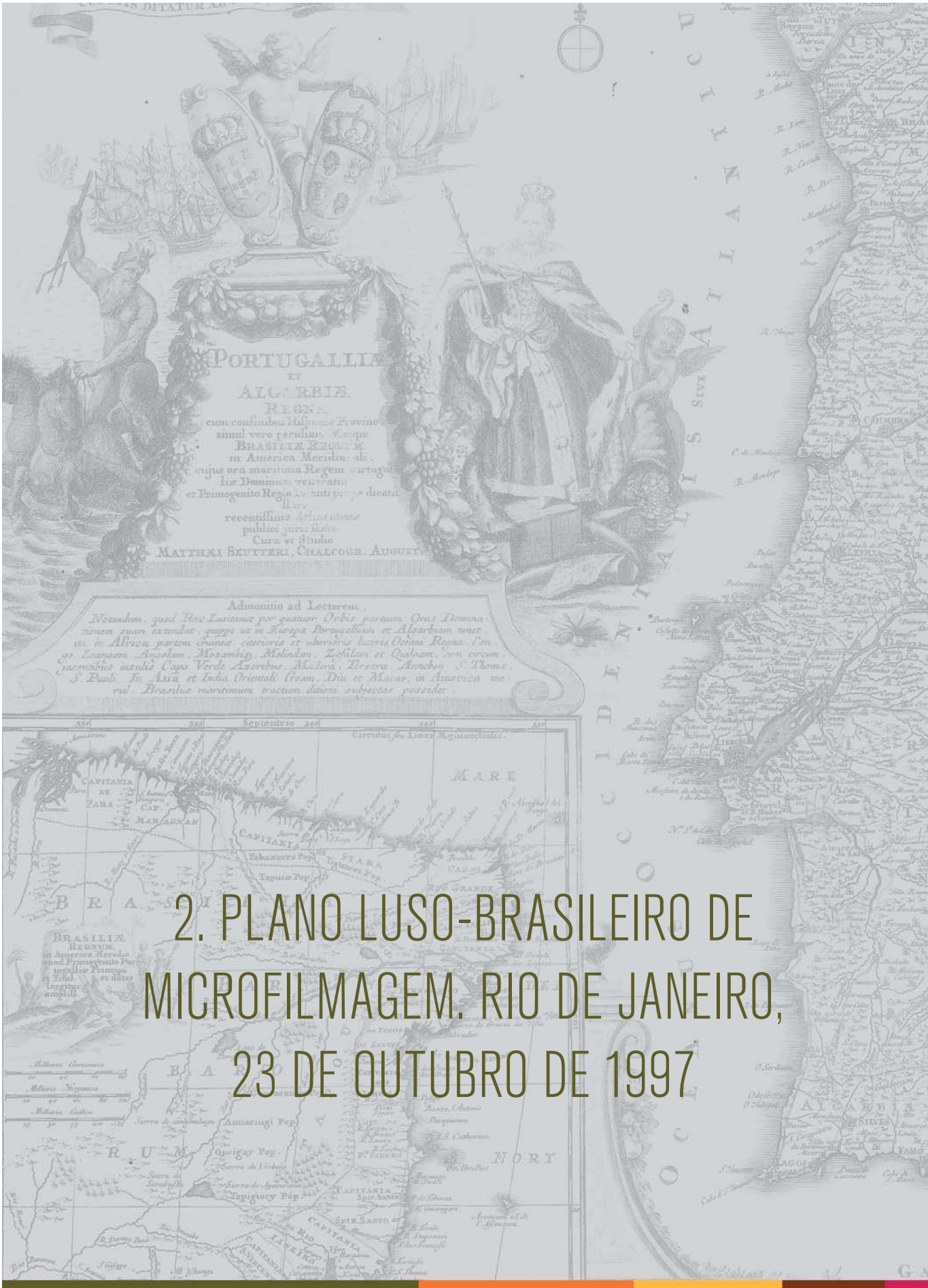
c) promover a organização do colóquio e da exposição referidos na terceira cláusula do presente Protocolo.

6. Ambas as Partes acordam ainda em fomentar o intercâmbio de especialistas na área das bibliotecas e dos arquivos, assim como a troca de informações entre as respectivas instituições, em particular as que concerne aos seus programas de informatização.

7. Ambas as partes se declaram dispostas a facilitar a participação dos seus nacionais em ações de formação que levem a cabo na área das bibliotecas e dos arquivos.

Feito no Rio de Janeiro aos dezesseis dias do mês de agosto de mil novecentos e noventa e cinco em dois exemplares originais, no idioma português, sendo os textos igualmente autênticos.

PELO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PELA PRESIDÊNCIA DO
CONSELHO DE MINISTROS DA
REPÚBLICA PORTUGUESA
Nelson A. Jobim
Ministro de Estado da Justiça
Manuel Barata Frexes
Subsecretário de Estado da Cultura



2. PLANO LUSO-BRASILEIRO DE MICROFILMAGEM. RIO DE JANEIRO, 23 DE OUTUBRO DE 1997

PLANO LUSO-BRASILEIRO DE MICROFILMAGEM

Em cumprimento ao disposto na alínea "b" do item 5 do PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MINISTÉRIO DA JUSTIÇA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS DA REPÚBLICA PORTUGUESA, assinado na cidade do Rio de Janeiro, em 16 de agosto de 1995; e ao preconizado no item III, do anexo único das atividades definidas pela Comissão Bilateral Luso-Brasileira, reunida em Lisboa em 2 de dezembro de 1994, que indica a importância da salvaguarda do patrimônio comum, através de inventariação e divulgação, e a determinação contida na Portaria nº 131, de 9 de outubro de 1995, do Ministro de Estado da Cultura do Brasil, e animados do espírito de prosseguir a concretização no plano imediato das previsões do Acordo Cultural entre Portugal e o Brasil, assinado em Lisboa em 7 de setembro de 1966; Tendo em conta a conclusão do Protocolo entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil relativo à microfilmagem de documentos de interesse para a memória nacional de ambos os países, realizado em Lisboa, em 15 de dezembro de 1983; Pretendendo levar a efeito o estabelecido na Ata da VII reunião da Comissão Mista Cultural Luso-Brasileira, que teve lugar em Brasília, de 13 a 15 de março de 1989, em particular no que diz respeito à partilha do patrimônio arquivístico comum, conforme enfatizado no Protocolo de Colaboração supra mencionado; Tendo em vista o Protocolo Binacional sobre as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, de 7 de maio de 1991, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 87, de 24 de novembro de 1992, que deu ensejo a criação da Comissão Bilateral Luso-Brasileira das Comemorações da Viagem de Pedro Álvares Cabral e da Comissão Nacional para as Comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil; Considerando o disposto no Memorandum de Entendimento, firmado no Rio de Janeiro, em 24 de abril de 1993, entre o Ministério da Cultura do Brasil e a Secretaria de Estado de Cultura de Portugal, que acordam no levantamento sistemático do acervo cultural de seu país existente no território do outro; Entendendo que a Comemoração dos Quinhentos Anos da Descoberta do Brasil deve também ser assinalada pelo aprofundamento da investigação e pela troca de informações entre ambas as Partes relativas ao passado comum que se encontra documentado. Tais atividades levarão as Instituições brasileiras e portuguesas, detentoras de acervos de interesse comum, a facilitar o acesso aos referidos documentos, com o uso inclusive, de tecnologias aplicadas ao tratamento arquivístico, disponibilizando as informações através de meios modernos de disseminação; Considerando que as celebrações do ano 2000 devem ainda incluir congressos e exposições desse acervo documental à guarda de ambos os países e que registra a História comum; Tendo ainda em consideração a Declaração Conjunta de Lisboa, firmada a 21 de julho de 1995, contemplando já o quadro da cooperação na área dos arquivos históricos ficam estabelecidas as bases que orientarão o processo de microfilmagem da documentação existen-

te nos arquivos e instituições de ambos os países, bem como a utilização e permuta dos mesmos.

Artigo 1º

Ambas as Partes assumem o compromisso de facultar o acesso para o preparo e microfilmagem da documentação existente nos arquivos e instituições públicas, sem prejuízo da pesquisa individual, como é internacionalmente reconhecido.

Artigo 2º

O acesso referido no parágrafo anterior está condicionado à declaração de confidencialidade e aos prazos de reserva de sigilo para consulta pública, de acordo com as normas em vigor nos respectivos países.

Artigo 3º

Caso a documentação já tenha sido microfilmada, existindo em depósito um negativo matriz de qualidade arquivística, em 35mm, este será utilizado para duplicação.

Artigo 4º

Cada uma das Partes prestará o apoio técnico e orientação que facilite a elaboração dos inventários das fontes documentais, e/ou uso dos já existentes, nomeadamente quanto às regras da sua classificação e indexação arquivística que se procurará compatibilizar nos dois países, adequando-as, na medida do possível, às normas internacionais de padronização de descrição arquivística do Conselho Internacional de Arquivos, da UNESCO.

Artigo 5º

Ambas as Partes designarão os seus coordenadores dos Projetos, podendo incumbir instituições ou pessoas físicas pela responsabilidade da execução dos subprojetos. A Coordenação dos Projetos poderá ser auxiliada por técnicos e pesquisadores previamente credenciados para atuar nas diversas fases dos mesmos.

Artigo 6º

Os conjuntos documentais a serem reproduzidos pela microfilmagem devem ser previamente analisados pelos coordenadores dos Projetos aprovados pela Comissão Luso-Brasileira para Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental e previstos em seus planos anuais de trabalho.

Artigo 7º

Caberá aos coordenadores dos Projetos tomar as medidas necessárias, de acordo com as entidades detentoras dos documentos, para evitar que os acervos documentais possam sofrer danos ou deteriorações durante os trabalhos de inventariação e de microfilmagem.

Artigo 8º

O processo de microfilmagem deve obedecer às seguintes normas:

a) os trabalhos de microfilmagem, sempre que possível, deverão ser realizados nos arquivos ou instituições detentoras dos documentos, sujeitos às regras do respectivo funcionamento;

b) a microfilmagem deverá ser processada em rolos de 35mm;

c) os negativos matrizes deverão ser de sais de prata;

d) os negativos de segunda geração e/ou positivos de pesquisa, em sais de prata,

deverão ser feitos, a partir dos matrizes, para remessa ao país que tem interesse na documentação comum;

e) as Partes estabelecerão intercâmbio de microfilmes, rolo a rolo, programando, anualmente, a operacionalização dos acordos a serem firmados.

Artigo 9º

Sempre que uma das Partes pretenda executar um volume de microfilmagem para além das cotas anuais acordadas, responsabilizar-se-á pela respectiva viabilização. Neste caso, a entidade detentora da documentação deverá garantir local adequado para a instalação da aparelhagem técnica necessária à consecução dos trabalhos programados. Os coordenadores dos Projetos deverão comunicar, com antecedência, qual a empresa e técnicos que se ocuparão dos trabalhos, de forma a serem estabelecidas as condições de sua execução.

Artigo 10º

No caso da microfilmagem não ser feita pela própria instituição detentora dos documentos originais, o negativo matriz do microfilme ser-lhe-á entregue no prazo máximo de 90 dias, após a conclusão dos Projetos. Procedido ao controle de qualidade dos microfilmes recebidos, a instituição poderá solicitar a repetição da microfilmagem do rolo matriz até 90 dias a contar da recepção do mesmo.

Artigo 11º

Ficam as instituições, brasileiras e portuguesas, detentoras de cópias de segunda geração, autorizadas a executar cópias desses microfilmes para fins científicos e acadêmicos.

Parágrafo Único

Qualquer outra reprodução dos microfilmes só poderá ser feita com prévia autorização da instituição detentora dos documentos originais.

Artigo 12º

Ambas as Partes remeterão às instituições detentoras dos documentos originais um exemplar dos trabalhos, impressos ou não, elaborados pelas mesmas a partir das informações contidas nos microfilmes produzidos em decorrência deste Protocolo.

Artigo 13º

Cada uma das Partes suportará as despesas da execução dos projetos, as viagens e estada dos coordenadores dos mesmos e dos pesquisadores ou técnicos envolvidos nos trabalhos, inclusive com apoio de instituições de fomento nacionais e internacionais.

Artigo 14º

A revisão das normas do presente Plano caberá à Comissão Luso-Brasileira para Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental.

Rio de Janeiro, 23 de outubro de 1997

3. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO NA ÁREA DE ARQUIVOS ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA PORTUGUESA. BRASÍLIA, 05 DE SETEMBRO DE 2001

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO NA ÁREA DE ARQUIVOS ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA PORTUGUESA

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa (doravante denominados "Partes"), animados do espírito de prosseguir a concretização no plano imediato das previsões do Acordo Cultural entre o Brasil e Portugal, assinado em Lisboa em 7 de setembro de 1966;

Tendo em conta a conclusão do Protocolo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa relativo à microfilmagem de documentos de interesse para a memória nacional de ambos os países, realizado em Lisboa, em 15 de dezembro de 1983;

Pretendendo levar a efeito o estabelecido na Ata da VII reunião da Comissão Mista Cultural Luso-Brasileira, que teve lugar em Brasília, de 13 a 15 de março de 1989, em particular no que diz respeito ao compartilhamento do patrimônio arquivístico comum;

Considerando o Memorando de Entendimento assinado entre o Ministério da Cultura do Brasil e a Secretaria de Estado da Cultura de Portugal, no Rio de Janeiro, em 29 de abril de 1993, sobre o levantamento sistemático do acervo cultural de um país existente no território do outro, inclusive mediante a criação do centro informatizado de documentação cultural;

Considerando a Declaração Conjunta de Lisboa, firmada a 21 de julho de 1995, contemplando já o quadro da cooperação na área dos arquivos históricos;

Tendo em consideração o Protocolo de Colaboração entre o Ministério da Justiça da República Federativa do Brasil e a Presidência do Conselho de Ministros da República Portuguesa, firmado no Rio de Janeiro, em 16 de agosto de 1995;

Entendendo que a Comemoração dos Quinhentos Anos da Descoberta do Brasil assinalou o aprofundamento da investigação e a troca de informação entre ambas as Partes relativas ao passado comum que se encontra documentado;

Avizinhando-se as comemorações do bicentenário da chegada da Corte portuguesa ao Brasil a ter lugar em 2008;

E considerando ainda a necessidade de dar continuidade aos vários projetos em curso, acordam:

Artigo 1º

Pelo presente Protocolo, ambas as Partes acordam na necessidade de continuar a promover a permuta de informações contidas nos acervos arquivísticos de interesse mútuo.

Artigo 2º

Para o efeito do que se dispõe no artigo anterior, ambas as Partes incentivarão a

organização e a inventariação de fundos documentais, bem como o desenvolvimento e o intercâmbio de elementos de pesquisa documental sob a guarda de ambos os países, designadamente daqueles que respeitam à História comum.

Artigo 3º

Para o efeito do que se dispõe no Artigo primeiro, ambas as Partes prosseguirão o processo de microfilmagem dos respectivos fundos documentais, designadamente daqueles que respeitam à História comum.

Artigo 4º

Com o objetivo de promover os resultados dos trabalhos de pesquisa e intercâmbio de informações, bem como da reprodução dos acervos documentais, apontados como de interesse para ambas as Partes, poderão fomentar-se ações de divulgação tais como colóquios, exposições, concursos monográficos e demais eventos julgados de interesse a terem lugar no Brasil e em Portugal.

Artigo 5º

Ambas as Partes poderão alargar, de comum acordo, a participação nos projetos e eventos acima referidos aos países que solicitarem e que comunguem da mesma tradição cultural.

Artigo 6º

Ambas as Partes prorrogarão a vigência de suas respectivas Seções da Comissão Luso-Brasileira para Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental, que se encarregará de:

a) identificar o patrimônio arquivístico ou documental à guarda de cada um dos países a ser objeto dos trabalhos preconizados nos Artigos segundo e terceiro deste Protocolo;

b) promover a organização de eventos previstos no Artigo quarto do presente Protocolo.

Artigo 7º

Ambas as Partes acordam em fomentar o uso das fontes documentais, objeto deste Protocolo, estimulando as universidades e centros de investigação de ambos os países a criarem ou fortalecerem linhas de pesquisa sobre a História comum.

Artigo 8º

Ambas as Partes acordam, ainda, em fomentar o intercâmbio de especialistas na área dos arquivos e das bibliotecas, assim como a troca de informações entre as respectivas instituições, em particular as que respeitam aos fundos documentais de interesse para a História comum, por meio de instrumentos de pesquisa tradicionais ou de bases de dados existentes em seus programas de informatização, inclusive via redes externas de informação (Internet).

Artigo 9º

Ambas as Partes se declaram dispostas a facilitar a participação dos seus nacionais em ações de formação desenvolvidas na área dos arquivos e das bibliotecas.

Artigo 10º

O presente Protocolo entra em vigor na data de sua assinatura e poderá ser denunciado por qualquer das Partes, mediante notificação por escrito. A denúncia surtirá efeito noventa dias após o recebimento da notificação pela outra Parte.

Feito em Brasília, em 5 de setembro de 2001, em dois exemplares originais, no idioma português, sendo os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
PORTUGUESA

4. RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS Nº 7/2012, DE 13 DE JANEIRO DE 2012

Resolução do Conselho de Ministros n.º 7/2012, de 13 de janeiro, Enquadra as iniciativas Ano de Portugal no Brasil e Ano do Brasil em Portugal, fixando as responsabilidades de supervisão e coordenação a nível governamental, criando uma Estrutura de Missão responsável pelos trabalhos de concepção, preparação, organização e operacionalização e nomeando o comissário-geral para o Ano de Portugal no Brasil e o Ano do Brasil em Portugal (JusNet 54/2012)

(**DR** N.º 10, Série I, 13 Janeiro 2012; **Data de Disponibilização** 13 Janeiro 2012)
Emissor: Presidência do Conselho de Mi nistros
Entrada em vigor: 18 Janeiro 2012

Versão original

Portugal e o Brasil acordaram, por ocasião da X Cimeira, na realização, em 2012, em conjunto e simultâneo, do Ano de Portugal no Brasil e do Ano do Brasil em Portugal, iniciativas concebidas como oportunidades para actualizar as imagens recíprocas, promover as culturas e as economias de ambos os países e estreitar os vínculos entre as sociedades civis.

O Governo Português e o Governo Brasileiro propõem-se dar forma a estas iniciativas através da organização de temporadas com vertentes culturais e económicas, projectando inovação e modernidade, a realizar entre 7 de Setembro de 2012 e 10 de Junho de 2013, e envolvendo e somando esforços com os meios, instituições e agentes culturais, educativos, científicos, tecnológicos, económicos e mediáticos dos dois países.

Deste modo, o Governo entende ser necessário dar, de imediato, início à definição do modelo de organização do Ano de Portugal no Brasil e, concomitantemente, da participação nacional na realização do Ano do Brasil em Portugal, bem como designar o Ministério que assume a responsabilidade pela supervisão e coordenação dos respectivos trabalhos de concepção, preparação, organização e operacionalização, em articulação com os demais departamentos governamentais com competência na matéria, dada a natureza interministerial das actividades a desenvolver.

Atendendo à manifesta complexidade associada à organização e gestão de iniciativas desta envergadura e abrangência, e à urgência na sua preparação a presente resolução designa, ainda, o comissário-geral de Portugal, que deverá apresentar um plano global para a realização do Ano de Portugal no Brasil e para a participação nacional na realização do Ano do Brasil em Portugal.

Assim:

Nos termos do artigo 28.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de janeiro (JusNet 175/2004), alterada pelas Leis nºs 51/2005, de 30 de Agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, e 57/2011, de 28 de novembro e pelos Decretos-Leis n.os 200/2006, de 25 de outubro (JusNet 1948/2006), 105/2007, de 3 de abril (JusNet 659/2007), e 116/2011, de 5 de dezembro (JusNet 1808/2011), e da alínea g) do artigo 199.º da Constituição (JusNet 7/1976), o

Conselho de Ministros resolve:

1 - Determinar que compete ao Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros a supervisão e a coordenação, a nível governamental, dos trabalhos de concepção, preparação, organização e operacionalização do Ano de Portugal no Brasil e da participação nacional na realização do Ano do Brasil em Portugal, em articulação com os Ministros da Economia e do Emprego, e da Educação e Ciência e com o Secretário de Estado da Cultura.

2 - Criar, na dependência do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, uma Estrutura de Missão designada por «Comissariado-Geral Português para o Ano de Portugal no Brasil e para o Ano do Brasil em Portugal em 2012/2013» cuja missão é a concepção, preparação, organização e operacionalização do Ano de Portugal no Brasil e da participação nacional na realização do Ano do Brasil em Portugal, a realizar entre 7 de Setembro de 2012 e 10 de junho de 2013.

3 - Determinar que a Estrutura de Missão tem os seguintes objectivos:

a) Assegurar uma apresentação da criatividade e do conhecimento portugueses nas artes, cultura, pensamento, ciência, investigação, inovação tecnológica e economia;

b) Assegurar a organização do Ano de Portugal no Brasil como uma operação de cooperação que implica os meios artísticos, intelectuais, económicos e mediáticos dos dois países;

c) Assegurar todas as actividades necessárias à concretização do Ano de Portugal no Brasil e do Ano do Brasil em Portugal, de acordo com os objectivos, prioridades e eixos de programação definidos;

d) Coordenar a programação e desenvolver um mecanismo de mobilização, selecção e chancela de projectos oriundos da sociedade civil, assegurando a elaboração do programa oficial do Ano de Portugal no Brasil;

e) Assegurar a formação de um comité de patrocinadores oficiais, os quais beneficiarão da campanha de comunicação global do Ano de Portugal no Brasil, tendo em vista a constituição de um fundo de apoio a projectos, sem prejuízo do recurso ao patrocínio directo de acções e eventos que usufruam igualmente dos benefícios fiscais relativos ao mecenato, nos termos admitidos na legislação de ambos os países;

f) Assegurar a elaboração e execução de um plano de informação e comunicação global e de amplo espectro do Ano de Portugal no Brasil, estabelecendo ou promovendo, para o efeito, parcerias com meios de comunicação de massas do Brasil;

g) Desenvolver, conjuntamente com a entidade ou estrutura homóloga brasileira, o modelo de organização e operacionalização do Ano de Portugal no Brasil e concomitantemente do Ano do Brasil em Portugal, incluindo a definição de responsabilidades e objectivos comuns e de mecanismos de financiamento;

h) Enquadrar e garantir a articulação entre as demais entidades, públicas e privadas, envolvidas ou interessadas nestas iniciativas ou na divulgação de Portugal no estrangeiro, concertando e somando esforços com as mesmas;

i) Assegurar todas as actividades e eventos preparatórios do Ano de Portugal no Brasil e do Ano do Brasil em Portugal, em

cooperação com a entidade ou estrutura homóloga brasileira, a terem lugar tanto em Portugal como no estrangeiro.

4 - Determinar que a Estrutura de Missão é dirigida por um comissário-geral, o qual é coadjuvado na sua missão por:

a) Um coordenador-geral;

b) Um conselho geral.

5 - Estabelecer que compete ao comissário-geral representar e dirigir a realização do Ano de Portugal no Brasil e a participação nacional na realização do Ano do Brasil em Portugal, competindo-lhe especialmente:

a) Representar Portugal perante as entidades nacionais e internacionais, em tudo o que esteja relacionado com o Ano de Portugal no Brasil e o Ano do Brasil em Portugal;

b) Dirigir, assegurando o exacto cumprimento das orientações governamentais, todas as actividades tendentes à concretização do Ano de Portugal no Brasil e do Ano do Brasil em Portugal, concertando com o seu homólogo brasileiro os termos da mesma e subscrevendo os compromissos adequados;

c) Convocar e presidir às reuniões do conselho geral;

d) Fazer executar o plano global para a realização do Ano de Portugal no Brasil e para a participação nacional na realização do Ano do Brasil em Portugal;

e) Remeter ao Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros relatórios periódicos sobre o andamento dos trabalhos, nomeadamente a elaboração do programa oficial, estimando custos e identificando fontes, públicas e privadas, de financiamento;

f) Dar visibilidade e sensibilizar a opinião pública brasileira para o Ano de Portugal no Brasil;

g) Contribuir para a divulgação do país e das suas potencialidades no Brasil;

h) Praticar todos os actos que se revelem necessários ao cumprimento dos objectivos da Estrutura de Missão.

6 - Estabelecer que o conselho geral é presidido, por inerência, pelo comissário-geral, e composto pelo coordenador-geral, em representação do Ministério dos Negócios Estrangeiros, por dois representantes da Presidência do Conselho de Ministros e por um representante dos Ministérios da Economia e do Emprego, da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território e da Educação e da Ciência, competindo-lhe:

a) Coadjuvar o comissário-geral para a realização dos objectivos fixados;

b) Identificar oportunidades para o Ano de Portugal no Brasil e para o Ano do Brasil em Portugal, identificando temas e projectos culturais e económicos em sentido amplo que possam despertar interesse comum;

c) Pronunciar-se sobre a selecção de projectos e a definição da programação, bem como sobre o plano de informação e comunicação;

d) Promover o envolvimento dos departamentos representados, de forma a garantir o seguimento e operacionalização dos compromissos assumidos e das decisões tomadas pelo comissário-geral.

7 - Determinar que os representantes da Presidência do Conselho de Ministros são designados, um por despacho do

Secretário de Estado da Cultura e outro por despacho do Secretário de Estado do Desporto e Juventude, sendo os restantes designados por despachos dos respectivos ministros.

8 - Determinar que o comissário-geral apresenta ao Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, no prazo de 60 dias a contar da aprovação da presente resolução, um plano global para a realização do Ano de Portugal no Brasil e para a participação nacional na realização do Ano do Brasil em Portugal.

9 - Determinar que compete à Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros assegurar o apoio logístico e administrativo da estrutura de missão.

10 - Estabelecer que a estrutura de missão dispõe de um núcleo de apoio técnico permanente, a constituir com recurso aos instrumentos de mobilidade interna previstos na Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro (JusNet 390/2008), até ao limite máximo de seis elementos.

11 - Determinar que os encargos orçamentais relativos aos custos de funcionamento da estrutura de missão, que incluem as despesas com o pessoal que a compõe, são suportados por descativação de verbas do orçamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros para 2012 e 2013.

12 - Determinar que os serviços, organismos, entidades ou estruturas públicos envolvidos concedam a prioridade possível, no âmbito dos respectivos planos de actividades para 2012 e 2013, à realização do Ano de Portugal no Brasil e do Ano do Brasil em Portugal.

13 - Estabelecer que o comissário-geral é equiparado a cargo de direcção superior de 1.º grau, para efeitos protocolares e do disposto nos artigos 7.º, 13.º e 15.º a 17.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro (JusNet 8/2004), não sendo remunerado pelo exercício das suas funções.

14 - Estabelecer que o coordenador-geral, designado, em comissão de serviço, por despacho do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, é equiparado a cargo de direcção superior de 2.º grau, para efeitos protocolares e do disposto nos artigos 13.º, 15.º a 17.º e 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro (JusNet 8/2004).

15 - Estabelecer que os membros do conselho geral não são remunerados.

16 - Nomear o licenciado Miguel António Igrejas Horta e Costa, para exercer as funções de comissário-geral de Portugal para o Ano de Portugal no Brasil e para o Ano do Brasil em Portugal, pelo período de duração da estrutura de missão ora criada.

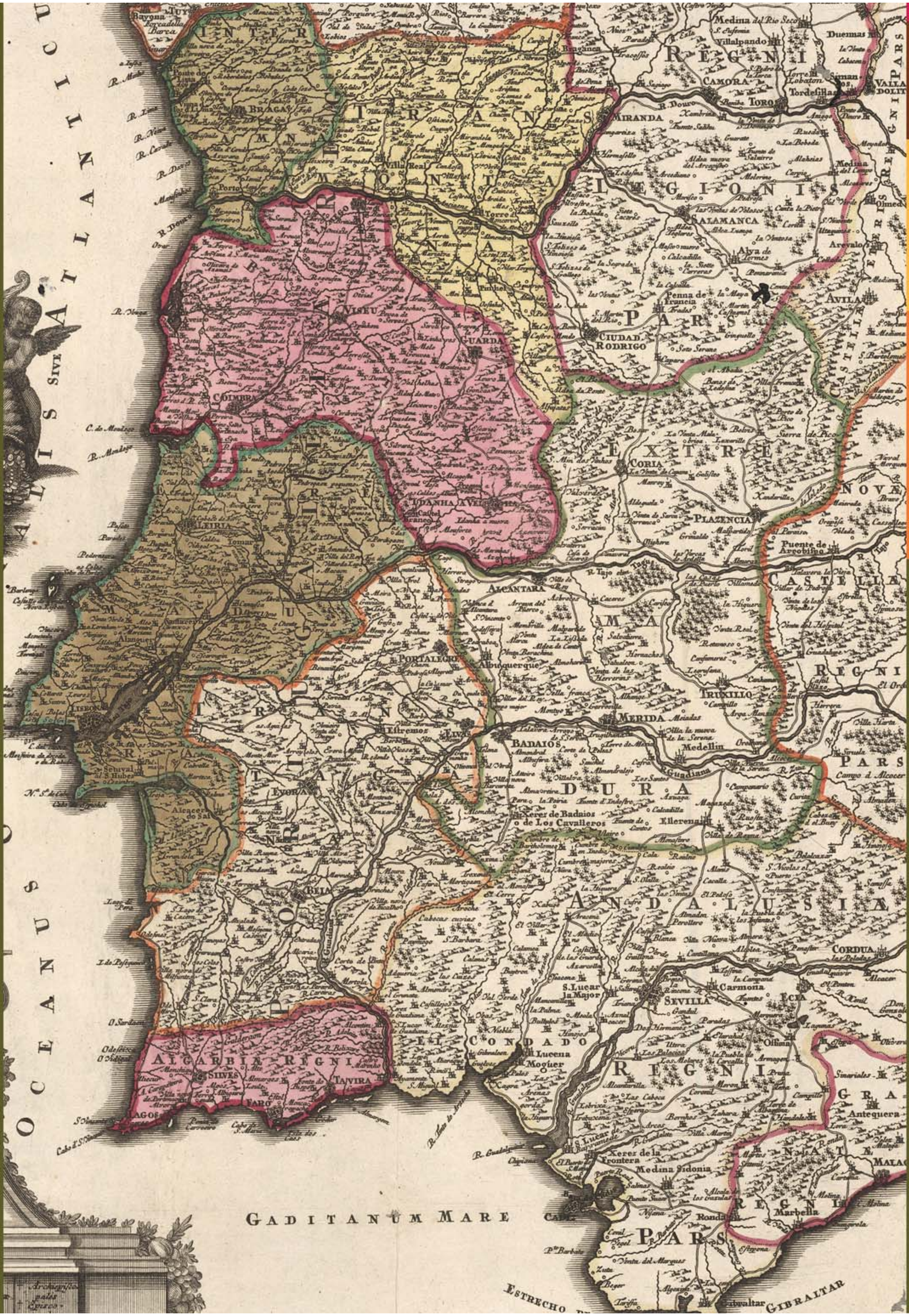
17 - Autorizar o licenciado Miguel António Igrejas Horta e Costa a exercer funções ou actividades privadas remuneradas, nos termos da lei.

18 - Estabelecer que o mandato da presente Estrutura de Missão se inicia à data da aprovação da presente resolução e termina com a entrega do relatório final do Ano de Portugal no Brasil, o qual deve estar concluído até ao dia 31 de agosto de 2013.

19 - Determinar que a presente resolução produz efeitos desde a data da sua aprovação.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS, 22 DE DEZEMBRO DE 2011.

O PRIMEIRO-MINISTRO, PEDRO PASSOS COELHO.



OCEANUS
ATLANTICUS
GADITANUM MARE
ESTRECHO
GIBRALTAR
REGNI
LEGIONIS PARS
EXTRE
MA
DURA
ANDALUSIA
NOVÆ
CASTELLA
PARS
CONDADO
ALGARBIA REGNI
TRANS
MONTANA
MIRANDA
SALAMANCA
CIUDAD RODRIGO
CORIA
PLAZENCIA
ALCANTARA
MERIDA
BADAIOS
TRUXILLO
Medellin
SEVILLA
Carmona
CORDUA
Xerez de la Frontera
Medina Sidonia
Ronda
Marbella
Gibraltar
BRAGAS
VISEU
GUARDA
COIMBR
LEIRIA
LISBON
PORTALEGRE
ELVAS
EVORA
BEJA
SILVES
TAVIRA
FARO
LAGOS
AVILA
Arevalo
Medina del Rio Seco
Villalpando
CAMORA
TORO
Tordesillas
Lucena
Moguer
Antequera
Ellerena
Guadiana